

OLISIPO

Boletim do

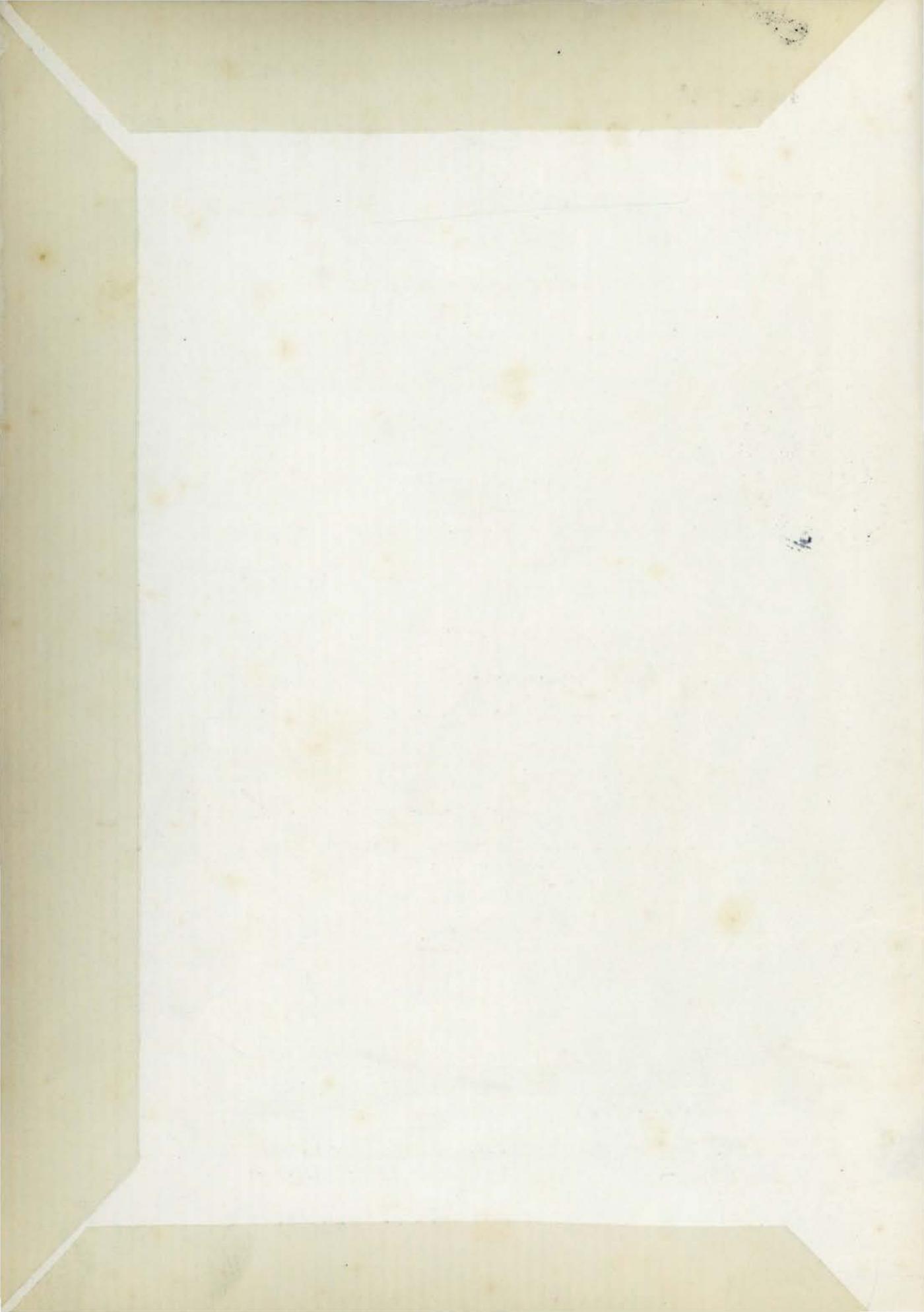
Grupo Amigos de Lisboa



N.ºs 137-138



ANOS 37.º e 38.º



27. JUL. 1988

OLISIPO

ANOS XXXVII - XXXVIII

BIÊNIO DE 1974-1975

NÚMEROS 137 - 138

Direcção, Edição e Propriedade
do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Palácio da Mitra - Rua do Açúcar - Tel. 38 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 5-A

SUMÁRIO

	Pág.
ESTIMADOS CONSÓCIOS	
por <i>Inocêncio Castelbano</i>	3
LISBOA ROMANA E VISIGÓTICA	
por <i>Prof. Doutor D. Fernando de Almeida</i>	8
LISBOA MOURA	
por <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	20
ROTEIRO FRASEOLÓGICO DE LISBOA (Apontamento)	
por <i>Dr. Paulo Caratão Soromenho</i>	27
LISBOA EM ALGUNS EX-LÍBRIS	
por <i>Mário Vinhas</i>	33
LISBOA A DITOSA	
por <i>Jorge Gomes Fernandes</i>	39
SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA IGREJA DE JESUS	
por <i>Dr. Fernando Castelo-Branco</i>	44
HISTÓRIA DA IGREJA E CONVENTO DE S. DOMINGOS DE LISBOA	
por <i>Dr. Manuel Hermenegildo Lourinbo</i>	48
A PROPÓSITO DA IGREJA DE S. JULIÃO	60
LISBOA NA COMEMORAÇÃO DO TRICENTENÁRIO DA MORTE DE LUÍS DE CAMÕES	
por <i>F. A. de Oliveira Martins</i>	61
OS «AMIGOS DE LISBOA» NA COMEMORAÇÃO DO 4.º CENTENÁRIO DA PUBLICAÇÃO DE «OS LUSÍADAS»	
por <i>F. A. de Oliveira Martins</i>	75
O GRUPO DOS AMIGOS DE OLIVENÇA VISITOU O GRUPO DOS AMIGOS DE LISBOA	79
ALFREDO MARCENEIRO (Pedra arqueológica viva da cidade)	
por <i>Doutor Amaro d'Almeida</i>	86
CAMILO RECLUSO POR AMOR	
por <i>Apio Garcia</i>	94
ARMANDO DE LUCENA	95
UMA POESIA DE HENRIQUE LOPES MENDONÇA	
por <i>Alfredo Mota</i>	97
PRÉDIOS LEGADOS PELO COMENDADOR JOÃO MARIA FERREIRA	
por <i>Dr. Leonel Ribeiro</i>	99
FEIRA DA LADRA	102
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1973	104
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1974	110
ACTIVIDADE CULTURAL NO ANO DE 1974	117
RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1975	121
CAPA: O PÁTIO DE D. FRADIQUE, <i>J. A. Videira</i>	
VINHETAS de <i>J. A. Videira</i>	

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores



CORPOS DIRECTIVOS DO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — Vago

Vice-Presidente — Dr. Álvaro do Amaral Barata

1.º Secretário — Joaquim Pascoal Rodrigues

2.º Secretário — Vago

JUNTA DIRECTIVA

Presidente — Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

Vice-Presidente — Dr. Paulo Caratão Soromenho

Secretário-Geral — Dr. José Cassiano Neves

Secr.-Geral Adjunto — Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho

Tesoureiro — Inocêncio Castelhana

Vogais — Dr.^a D. Anna-Maria Pereira da Gama

Padre Francisco dos Santos Costa

Prof. Francisco de Assis de Oliveira Martins

Dr. Leonel Ribeiro

COMISSÃO DE CONTAS

Presidente — Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

Secretário — Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

Relator — Vago

Estimados Consócios :

**”ABSQUE SUDORE ET LABORE
NULUM PERFECTUM EST”**

*(Sem suor e sem trabalho,
nenhuma obra é perfeita)*

A todos os bons AMIGOS DE LISBOA, que ainda conservam, animosos, o entusiasmo pelo nosso Grupo, e não se esqueceram de acompanhar-nos nas horas bem críticas vividas nos últimos tempos, algumas das quais em grande alvoroço revolucionário, envolvendo o país num processo por vezes dramático, mas também de grandeza moral e esforço patriótico, ao serviço da Nação e da Paz do Mundo, iniciado com a já histórica Revolução de Abril, aqui deixamos estas palavras de gratidão e de apreço, apelando, mais uma vez, para a sua consciência no sentido de continuarmos a merecer a sua indispensável colaboração a bem da sempre NOBRE E LEAL CIDADE DE LISBOA, que tudo merece dos seus dilectos filhos.

Honraremos, assim, não só a memória de quantos deixaram gravados, em letras de ouro, os seus nomes ao serviço da grandeza de LISBOA, como igualmente aqueles que, num momento tão crítico da vida nacional, estão dando o melhor do seu esforço, enfrentando as maiores dificuldades pelo prestígio da PÁTRIA.

Continuar a obra dos AMIGOS DE LISBOA, iniciada há perto de 40 anos, é propósito que nos anima desde sempre.

Todos nós, filhos de Lisboa, somos profundamente impressionados pela nossa capital, cuja área central, a majestosa Praça do Comércio (antigo Terreiro do Paço) é uma das mais famosas da Europa e cuja história foi admiravelmente feita por um notável e numeroso grupo de eruditos e historiadores, tendo sido editada em 1938 pela C. M. L. sob o título «Reconstrução da Cidade. Depois do terramoto de 1755».

Mas nem só nós admiramos Lisboa, também os estrangeiros, incluindo os ingleses que chamam ao Terreiro do Paço «Black Horse Square»,

ficam de tal modo impressionados que se não cansam de a levar na celulóide das suas máquinas fotográficas.

Esta Lisboa, a que tanto queremos, duma configuração excepcional, foi largamente contemplada pela Natureza que lhe deu aspectos extraordinários; nela recriamos o espírito na mais variada gama dos seus raros panoramas e lugares e até a sua própria luz, em determinados dias, — quando Deus quer... — dá-lhe tal claridade que se reflecte em revérberos de fantasia poética, que nos emocionam e deslumbram, sobretudo em tardes de arrebol.

Lisboa é recreio inexaurível, que nos inspira e delicia a alma, predispondo-nos para obras valorosas, tais como aquelas que o nosso grande épico nos deixou no seu fabuloso «LUSÍADAS» cantando em estrofes magníficas «AS ARMAS E OS BARÕES ASSINALADOS».

Também ao genial Poeta não deve ter sido estranha a claridade irradiante do nosso sol — brilho singular, que jamais deixará o nimbo resplandecente da cabeça do Divino Poeta — Mestre de Poetas!

Os AMIGOS DE LISBOA não podem deixar de referir nem deixar de manifestar a sua maior gratidão ao Município de Lisboa, pela valiosa e pronta ajuda recebida, não só o subsídio de 100 mil escudos, que já vínhamos recebendo anteriormente, como também a cedência de algumas salas que estamos ocupando no Palácio da Mitra, sem o que o nosso Grupo teria deixado de existir. De louvar são também as animosas e encorajantes palavras proferidas pelos Ex.^{mos} Srs. Professor Dr. Piteira Santos e Dr.^a Irisalva Moita, o primeiro como Director-Geral dos Serviços Culturais, e a segunda, Conservadora dos Museus Municipais da Cidade de Lisboa, o que muito contribuiu para evitar a derrocada do nosso próprio Grupo, cujas tradições são por todos conhecidas.

Não deixa, porém, de ser alarmante a nossa situação financeira, cujos reflexos muito se têm sentido nos últimos dois anos por várias carências que chegaram a paralisar, quase totalmente, as nossas actividades.

É certo que nem tudo o dinheiro resolve, mas sem ele muito pouco se pode realizar. Há momentos em que uma ideia feliz pode fazer ganhar uma batalha, mas nem sempre a sorte nos permite aproveitá-la no momento exacto. O que é essencial, e para isso apelamos para a massa associativa, é não perder o ideal pelo nosso Grupo, avaliando consciente e decididamente as crises que nos assoberbam, e com muito maior entusiasmo o devem fazer quando acontece, como agora, em que se regista a espantosa deserção de mais de 250 associados, quando, pelo contrário, precisaríamos de que eles fossem mil para podermos sobreviver.

Os AMIGOS DE LISBOA são parte integrante de Lisboa e não desaparecerão enquanto Lisboa existir. Assim pensam os responsáveis actuais pelos destinos desta Casa, e muito nos encoraja que sejam também esses os sentimentos das entidades oficiais. Por isso estamos certos de continuar a nossa obra, dispostos a vencer as dificuldades com a ajuda dos associados e de todos aqueles que o possam fazer e, como nós, reconheçam a vantagem da nossa obra a favor da sempre amada Lisboa. Daremos, gostosamente, toda a colaboração que nos for possível ao Município e a todos os sectores da vida nacional, na grande obra de reconstrução do país, que já começou e terá de ser acelerada, a fim de se alcançar a prosperidade que todos anseiam.

Deixámos a casa de S. Roque em Julho último, quando já não tínhamos dinheiro para pagar a renda. Havíamos já contactado o Município nesse sentido, que em seguida nos concedeu algumas salas do Palácio da Mitra, onde estamos instalados, infelizmente ainda com sérias dificuldades por carências, não só de meios financeiros, mas também muitas outras.

Não deixa de ter um amargo pitoresco, cheio de ironia, a circunstância de termos ido parar à Mitra — sinónimo de asilo protector. A esse fatal destino estamos agora quase todos sujeitos, até aqueles que algum dia foram bastante poderosos.

O local onde está o Palácio fica muito afastado do centro da cidade, dificultando e complicando os contactos indispensáveis às nossas actividades, quer com perdas de tempo bastante prolongadas por causa do intenso trânsito, quer por terem de ser desempenhadas por uma empregada da nossa secretaria, cujos serviços muito mais úteis podiam ser noutras tarefas. Não dispomos de verba para pagar a um contínuo, cujo ordenado anual implica um dispêndio de cerca de 100 contos, quando acrescido de todos os encargos.

Temos necessidade urgente de proceder a um acto de inauguração das novas instalações, colocando-as ao serviço dos nossos estimados consócios. Aguardamos que seja modificado o horário do encerramento do Palácio, por outro mais apropriado ao exercício das nossas actividades.

Os móveis e livros da nossa valiosa biblioteca estão por arrumar. Os móveis, por antiquados, carecem de ser substituídos por outros que melhor se harmonizem com as lindas salas e os belos lambris de azulejos do século XVIII. Estamos diligenciando conseguir auxílio destinado à compra de novos apetrechos e aguardamos esperançados obtê-lo. Os quadros e objectos de arte, alguns de valor apreciável, estão também por colo-

car, sendo-nos exigido pela C. M. L. a sua instalação sem dano das paredes, isto é, sem utilização de pregos, devendo serem fixados por meios que não possuímos e temos de conseguir através de algumas entidades oficiais que os dispensem ou cedam por empréstimo temporário.

As receitas obtidas com as cotas enviadas à cobrança através dos C. T. T. não atingem nível suficiente para podermos suportar, sem grande dano, os respectivos encargos, hoje bastante elevados. Tentámos já efectuar a cobrança por um funcionário que se dedica a essa actividade, mas tal processo não chegou a concretizar-se, pelas mesmas razões já expostas, continuando a cobrança a fazer-se pelo correio.

Alguns dos nossos sócios deixam de pagar a cota no acto da cobrança, repetindo-se tal falta, duas e três vezes, o que é bastante lamentável.

Os actuais sócios não chegam a 500, o que é um número insuficiente para continuarmos, sem graves preocupações. Apelamos para todos no sentido de cada um promover a admissão de mais um sócio, de maneira que, dentro em pouco, sejamos mil, número que consideramos razoável para caminharmos sem dificuldades e podermos aumentar a nossa capacidade realizadora.

É de tal forma crítica a nossa situação financeira que não podemos deixar de fazer um apelo de urgência (tal qual como a Emissora costuma fazer para salvar um doente em perigo de vida), pedindo a ajuda de todos os consócios no sentido de todos colaborarem na medida das suas possibilidades, aumentando não só a sua cota, mas também efectuando o pagamento por períodos anuais, semestrais ou trimestrais, evitando atrasos no pagamento, que implicam excessivas taxas de cobrança, agora muito elevadas e inoportáveis nesta situação aflitiva em que vivemos. Se assim o entenderem, como esperamos, podemos estar certos de que salvaremos o Grupo «AMIGOS DE LISBOA» da morte de que está ameaçado.

Resolvemos relatar aqui, no Boletim, os problemas que tanto nos preocupam, evitando mais despesas com circulares tipografadas, hoje tão caras e sem as potencialidades que o Boletim nos oferece, as quais irão certamente merecer atenta meditação dos nossos sócios, a das entidades oficiais e de diversas empresas que, deste modo, se aperceberão melhor das nossas dificuldades e decidam ajudar-nos.

Graças ao auxílio recebido da mui benemérita e notável Fundação Calouste Gulbenkian, sem o qual não poderíamos editar este número do nosso boletim, tão necessário nesta hora grave em que nos encontramos, julgamos nosso dever dirigir ao digno Presidente do Conselho de Admi-

nistração, a quem tanto o país ficou devendo e muito consideramos por ter sido a personalidade a quem o Fundador entregou os destinos de tão prestante e valiosa instituição, os nossos mais profundos agradecimentos, aguardando uma próxima oportunidade para voltar a repeti-lo em acto solene, na nossa sede, na presença de S. Ex.^a

É altamente desvanecedor para o Grupo «AMIGOS DE LISBOA» registar, também aqui, as generosas palavras que o Ex.^{mo} Sr. Dr. Azeredo Perdigão nos dirigiu em 20 de Outubro por sua carta endereçada ao nosso Secretário-Geral, Ex.^{mo} Sr. Dr. José Cassiano Neves:

«Em resposta, informo que a título excepcional, pois a Fundação Calouste Gulbenkian, normalmente, não dá subsídios para a edição de publicações periódicas, concede ao Grupo «Amigos de Lisboa», que tantos serviços tem prestado à arte Olisiponense, portanto à cultura em geral, um subsídio extraordinário de 30 mil escudos, para ajudar a manter a publicação do seu interessante Boletim».

Igualmente nos cumpre registar com o maior agrado a intervenção que, no caso acima referido, houve por bem ter a favor do nosso Grupo o actual Presidente da nossa Junta Directiva, Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, ilustre Director da Faculdade de Medicina de Lisboa, e a quem, expressamos, em nome da Junta Directiva e de todos os associados, os melhores agradecimentos.

E para finalizar, endereçamos a todos os nossos estimados consócios, especialmente àqueles que nos acompanharam nos últimos meses, nas muitas tarefas ocasionadas com a transferência da nossa casa de S. Roque para a nova instalação no Palácio da Mitra, as saudações mais calorosas, distinguindo o nosso colega da Junta Directiva, Dr. Leonel Ribeiro, que pôs, à nossa disposição, pessoal e meios de transporte gratuitos.

A Livraria Sá da Costa aceitou fazer a distribuição deste Boletim aos nossos Consócios, o que de novo muito agradecemos.

I N O C Ê N C I O C A S T E L H A N H O

LISBOA ROMANA E VISIGÓTICA (1)

pelo PROF. DOUTOR D. FERNANDO DE ALMEIDA

○ S Romanos vieram à Península em 218 a.C., durante a segunda guerra púnica. Levaram dois séculos para a submeterem em lutas sucessivas; a paz só ficou consolidada em 19 a.C., depois de vencida a última resistência, a dos Cântabros e Ástures.

Em parte desse largo período, precisamente entre 193 a.C. e 139 a.C. (assassinato de Viriato) foram os Lusitanos (o povo mais valente da Ibéria, no dizer de Estrabão, que o teria sabido por Diodoros) quem travou o tremendo impulso dos Romanos, não poucas vezes com vantagens retumbantes.

Olisipo, cidade, era anterior à chegada das legiões; garante-o até o próprio topónimo pela sua terminação, idêntica à de outras povoações peninsulares suas contemporâneas: Diplo, Collipo, Baesipo, Lacipo, Oripo, Ostipo.

A colina do Castelo de S. Jorge tinha condições muito particulares para nela ser criada uma povoação: fontes de água potável e até outras de água medicinal; campos próximos bons para a agricultura e também com água; um rio largo, onde abundava o peixe; navegável até muito acima da foz e, por outro lado, abrindo-se no mar vizinho. Sucedia até haver um braço desse rio, um esteiro, a ocupar boa parte da actual zona baixa da cidade; estendia-se até à colina de Santana e subia ainda um pouco pelos vales que lhe ficam a um e outro lado. Com todos estes predicados, a cidade não podia deixar de ter tido uma origem muito remota. Não nos admirará,

(1) O apontamento despretensioso a que estas páginas amavelmente dão guarida foi, no essencial, assunto de uma palestra pronunciada na sede do Grupo «Amigos de Lisboa». Inicialmente deveria ser integrado em uma obra sobre a história da Cidade; mas não tendo tido seguimento tal projecto, ofereci-o, com muito gosto, à nossa revista «Olisipo».

por isso, que um dia venha a provar-se ter até existido na colina do Castelo, uma fortificação eneolítica, oc da Idade do Bronze, como a do Zambujal ou a de Vila Nova de São Pedro. Um castro da Idade do Ferro também poderia ter tido assento no mesmo lugar, mas igualmente nada no-lo garante.

Muitas suposições, mais ou menos fantasiosas, têm sido tecidas sobre as origens de Olisipo. Deixemo-las em paz até ao dia em que alguma coisa de concreto venha lançar luz sobre este passado remoto.

No período proto-histórico houve um caminho a ligar Olisipo com Tartessos; mas sobre este país e o seu rei Argantonius, o mistério continua. É de crer ter existido a tal via de comunicação entre o nosso largo porto atlântico e aquele país quase inteiramente mediterrânico. O estanho, o cobre, os produtos agrícolas circulariam por ele mais segura e facilmente que pela longa volta marítima.

Os Fenícios cá teriam vindo e por cá se teriam instalado: no lugar da Sé apareceu cerâmica pintada, talvez de tipo seu contemporâneo.

É para lastimar que não tenham sido convenientemente aproveitadas as ocasiões surgidas uma ou outra vez em trabalhos feitos no solo da colina histórica.

Durante os dois séculos da conquista da Península o território manteve-se, até Augusto, dividido em dois: Citerior e Ulterior, assim designados pela sua situação em relação a Roma. A Citerior, à medida que a ocupação prosseguia, foi sendo alargada para Ocidente; e assim se manteve uma divisão estabelecida por uma linha hoje difícil de precisar. Naturalmente, Olisipo estava incluída na Ulterior. Os seus habitantes eram Lusitanos.

Foi este povo difícil de submeter, pois praticamente manteve-se em luta de 193 a.C. até 27 a.C.; mesmo depois da morte de Viriato, o incêndio voltava em um ou outro ponto do seu território. Logo pouco depois do assassinato, o procônsul D. Júnio Bruto foi designado para combater a grave revolta no Noroeste. Dirigiu-se a Olisipo, onde reuniu as suas tropas e estabeleceu um forte apoio à expedição que iria fazer. Certamente por não ter muita confiança na lealdade dos Lusitanos, fortificou a cidade, dotando-a com uma cinta de muralhas na parte mais alta da colina de S. Jorge. Levantou também torres isoladas na encosta e em baixo, junto ao esteiro. De alguns desses muros há ainda vestígios; uma exploração meticulosa poderá dar-nos elementos mais concretos. A sua construção deve datar de pouco antes do ano 137 a.C., pois nesta data atravessava D. Júnio o rio Douro e internava-se na Gallaecia.

O caminho seguido não deveria afastar-se muito do traçado da via construída bastante mais tarde por Trajano, no ano 100 d.C. e que ligava Olisipo a Bracara.

Bastantes anos depois andaram os Lusitanos envolvidos nas lutas civis entre os partidários de Sila e os de Mário. Foi na qualidade de marista que Sertório, notável guerreiro e político, veio à Lusitânia para bater, na província, o partido contrário ao seu. Depois de uma carreira brilhante em que os Lusitanos por ele arregimentados se bateram com valor, teve fim idêntico ao de Viriato: foi assassinado (72 a.C.).

C. Júlio César, depois de ter estado uma primeira vez na Península, na qualidade de questor, voltou novamente em 61 a.C., mas como propretor. Estava cheio de dívidas que precisava liquidar para satisfazer a sua grande ambição política. Na Hispânia poderia valorizar tal situação em dois sentidos: batendo Pompeu e arrancando aos peninsulares quantias substanciais.

A Lusitânia havia sido entregue ao pompeiano Petreio, que nesta província levantou muitos combatentes.

No seu plano estratégico, o futuro ditador não deixara de reflectir na conveniência em integrar os Lusitanos nas suas hostes. Por isso, ou então para os afastar da luta, e obrigá-los a trabalhar a terra, ordenou aos habitantes dos Hermínios que baixassem às planícies e nelas se instalassem. Tentaram os serranos iludir César, que se viu obrigado a mover-lhes feroz perseguição.

Estava-se nos fins de Agosto, princípios de Setembro de 61 a.C. Alguns dos fugitivos foram para o Norte e atravessaram o Douro; outros, mais tarde, dirigiram-se para a costa. Sempre com os persiguidores no seu encalço conseguiram os Lusitanos passar à Berlenga. Em seguida aí aportaram também os Romanos, servindo-se de jangadas (?). Na luta que então se travou, só escapou com vida um romano, salvando-se a nado. Só por este facto deixou o seu nome conhecido na História: chamava-se P. Sceva.

César, que nesta campanha revelou pela primeira vez o seu génio militar, regressou a Córdova para passar o Inverno. No ano seguinte mandou uma esquadra com soldados vingar a derrota da Berlenga. Desta vez não escapou um Lusitano. Não faria sentido levantar-se na ilha um monumento às qualidades de coragem, resistência, amor pela liberdade do povo lusitano? Nem faltava o mar que o havia de levar aos quatro cantos do mundo!

Esquecidas as lutas contra Roma e estas directamente contra César, anos mais tarde Olisipo ostentaria com orgulho o seu cognome: Felicitas Julia. O que pode fazer uma política bem conduzida!

No principado de Augusto, no ano 27 ou talvez 29 a.C., a primeira divisão da Hispânia foi substituída por Agripa, desmembrando a Ulterior em Ulterior Lusitânia e Ulterior Baetica. Esta última correspondia, mais ou menos, à actual Andaluzia. Portanto, o território lusitano atingia o Cantábrico e por isso Plínio escreveu que o Minho era o maior rio da Lusitânia. Durou pouco esta divisão, pois Augusto, entre 12 e 2 a.C. (sobre a data precisa não há unanimidade), talvez por uma questão de maior segurança quanto a possíveis insurreições no Norte, entregou à Citerior o território ao Norte do Douro, isto é, à Tarraconense, já assim designada.

À Lusitânia havia-lhe sido imposta uma capital fundada em 25 a.C. em território não lusitano, mas vetão. Agora era-lhe amputada a parte norte com as suas riquíssimas minas de ouro, as terceiras em importância no Império Romano.

Propositadamente, assim o julgamos, a capital da nova província não foi instalada em território lusitano; se o fosse, Olisipo apresentava, para esta função, vantagens sem par. Situada em local aprazível, com vias de acesso fácil por terra, por rio e pelo mar; largos e férteis campos para a agricultura, para criação de gado; célebre pelo valor das suas éguas que produziam cavalos tão rápidos como o vento favónio, seu pai; rica em metais (cobre, ferro e até ouro e pedraria); águas ricas em peixe: que mais seria necessário para uma grande capital? Por outro lado, não ficava mais distante dos limites da sua província do que Tarragona das costas da Galiza, incluídas no seu território.

A razão residiu unicamente, assim o supomos, na falta de confiança na lealdade dos Lusitanos, o povo mais forte da Hispânia, como já citámos, para com Roma. De resto, o Atlântico não fazia parte do Império, era-lhe como que estranho.

A paz veio à Península com Augusto e o seu interesse pelos assuntos hispânicos trouxeram-no até cá. Foi feita nova divisão administrativa, criadas colónias, classificadas povoações. A nossa cidade recebeu o nome «Municipium civium Romanorum Olisipo, Felicitas Julia cognominatum». Na Lusitânia era a única cidade com esta categoria. O seu governo seria exercido por três organismos: a cúria (ou senado) composta por decuriões, os magistrados (ou duovirii) e a assembleia do povo ou comício.

O município foi inscrito, politicamente, em uma das 35 tribos romanas. A epigrafia olisiponense mostra-nos que ficaria pertencendo à tribo

Galéria. Nela, como também a epigrafia o mostra, ficaram também inscritos os habitantes dos arredores da cidade.

No tempo de Tibério (14-37 d.C.) um acontecimento fantástico perturbou o espírito dos Olisiponenses. Atingiu tais aspectos que foi mandada uma comissão a Roma participar ao imperador ter sido observado ali perto, e ouvido, um tritão a tocar búzio em uma gruta! E também, nas praias vizinhas fora vista uma nereida moribunda! Muito estranho também foi o facto de terem notado que as nereidas tinham escamas, inclusivamente na parte humana do seu corpo! Não sabemos que impressão teria deixado em Roma a comissão olisiponense.

Era Cláudio imperador (41-54) quando foram criados, na província Lusitânia, três conventos jurídicos, com sedes em Emerita Augusta (Mérida), Pax Julia (Beja) e Scallabis (Santarém). Olisipo ficou a pertencer a este último.

Como lugar importante que era, serviam a cidade quatro grandes vias: três para Emerita, uma para Bracara. Esta última parece que saía de Olisipo por alturas da Porta de Ferro, e o seu trajecto era, mais ou menos, o da estrada actual, por Santarém — Coimbra — Gaia — Braga. Das outras três, uma ia por Coima, Alcácer, Évora, Marvão, outra partindo da de Bracara atravessaria o Tejo em Vila Franca ou Santarém, a terceira talvez em Abrantes, indo ambas entroncar na primeira, antes de atingirem Mérida.

A cidade prosperou no tempo do Império. Não atingiu a magnificência de Mérida, mas os poucos monumentos que restam, alguns quase desaparecidos ou revelados por acaso, dão-nos testemunho de uma vida rica onde não faltaram edifícios em nada desmerecedores, nem da época do seu traçado, nem das técnicas em uso nas construções romanas. E assim, junto ao Largo da Madalena, por baixo do prédio que torneja para a Travessa das Pedras Negras, foram encontradas ruínas de um suposto grande templo, fragmentos de colunas jónicas, duas aras à deusa oriental Cibele, mãe dos deuses, outra à deusa romana Concórdia e uma quarta a Mercúrio, mensageiro dos deuses, deus do comércio. Na velha cerca, às Portas do Sol, apareceu outra inscrição a Mercúrio e no Castelo de S. Jorge, mais cma. Nesta, o nome da divindade vem acompanhada por um atributo: «cohortalis». Significando esta palavra «relativo à coorte» ou «ao galinheiro», por qual delas deveremos decidir-nos? Optemos pela primeiro, levando em conta o lugar do achamento: atento à defesa da cidade, ali poderia ter estado aquartelada uma coorte e assim explicada a invocação.

Na mesma área do Castelo, foi também encontrada uma ara dedicada a Diana, deusa da caça e da agricultura.

Na área ocupada pela Sé, e precisamente por este motivo, o da persistência do culto nos mesmos lugares ao longo dos tempos, é muito para pensar o ter por lá existido um templo pagão. De resto, há uma grande pedra romana, lavrada no cunhal norte da frontaria, que aí foi simplesmente



Sileno do teatro romano (Jardim do Marquês de Rio Maior)

reaproveitada como silhar; há outra com idêntica decoração, mas reutilizada no período visigótico e depois metida como elemento de construção em um gigante do lado sul. Também se pode pensar ter esse templo pagão sido dedicado a Augusto, a Roma, a Lívía.

Apareceu uma ara dedicada a Júpiter, o pai dos deuses, na área de S. Vicente de Fora; outra a Júpiter Ótimo Máximo foi encontrada na cidade, mas em lugar indeterminado. Uma terceira mostra um atributo

indígena, Júpiter Assaecus; foi recolhida no Poço do Bispo. Este então arrabalde da cidade parece ter sido destinado ao comércio de vinhos já nesta época, pois o deus Liber Pater, a partir de certa data confundido com Baco, teve lá pelo menos uma ara.

Mas o panteão olisiponense não se ficou por aqui. E assim, dedicada ao deus Apolo, filho de Zeus e de Leto, deus do Sol, da Luz, da Medicina, apareceu uma ara na Rua das Canastras. À deusa Thetis, mãe de Aquiles e chefe de Nereidas, ligada ao mar, foi encontrada uma lápide no lugar onde teria existido um templo a ela dedicado; esse lugar está hoje ocupado pela igreja de S. Nicolau.

Já fora da área da cidade romana, na Avenida da República, em frente do lugar onde esteve o Mercado Geral de Gados, foi encontrada uma ara a Saturno, deus agrícola, que depois incarnou o Baal púnico. Perto do lugar onde surgiu esta ara, foi achada outra, mas de tipo funerário.

Há três lápides dedicadas a Esculápio, deus da Medicina. Uma delas apareceu na zona das chamadas «Termas Romanas da Rua da Prata»; fora oferecida ao Município olisiponense por dois augustais, ambos de origem grega, como se infere pelos seus nomes. Outra lápide foi recolhida na Porta de Ferro e a terceira no adro ou numa parede da igreja de Sant'Iago.

No teatro romano, de que adiante falaremos, havia dois Silenos, ainda hoje existentes: um, no Museu de Belém, outro no jardim do Marquês de Rio Maior.

Na inscrição do templo de Thetis há referência a uns devotos de determinados deuses lares.

No friso de um sarcófago encontrado em Chelas, chamado agora «Sarcófago dos Escritores», vêem-se quatro musas, cada uma a acompanhar um escritor: Tália (comédia), Melpomene (tragédia), Polímnia (pantomima) e Clio (história).

Em inscrições várias aparecem flamínicas, um flâmine, uma cernéfora, vários augustais.

Uma divindade indígena, de atributo desconhecido, foi encontrada na igreja de S. Paulo, de onde desapareceu para há poucos anos «ressuscitar» em uma quinta de Manique de Baixo, Cascais. O teónimo, por não estar completa a lápide, parece ser Cuaranioniceus. A terminação já foi encontrada na inscrição consagrada ao deus Mandiceus, em Sintra; a Bandisvorteaecus, no Salgueiro, Fundão.

Pelo que deixamos dito se verifica ter tido Olisipo vida religiosa intensa durante o período romano, pois aqui tiveram culto não só divindades de primeira grandeza, como outras de menor importância e ainda deuses locais.

Entre as ruínas de monumentos, que atestam a importância de «Felicitas Julia», sobressai o teatro romano. Construído rasgando a rocha até rascar a muralha do castelo de S. Jorge, aberto ao sul, a sua situação é magnífica e a vista que dele se disfruta de uma grandiosidade rara. Construído no tempo de Nero e a ele dedicado, segundo inscrição ali existente, esteve prestes a desaparecer mais uma vez, se não tivéssemos tido a sorte de lhe encontrar rastros autênticos e para eles chamar a atenção esclarecida do senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa. A área por ele ocupada fica em torno do encontro da Rua da Saudade com a de S. Mamede. Actualmente procede-se a escavações arqueológicas que esperamos ver levadas a bom termo. A cidade ficará, então, a poder mostrar mais um grande monumento da sua vida passada.

Não longe do teatro, na Rua das Pedras Negras apareceram, durante os trabalhos de construção da casa do Conde de Penafiel, as ruínas de umas termas romanas; segundo inscrição ali encontrada eram conhecidas por Termas dos Cássios. Foram delas tomados alguns apontamentos e levada a estatueta de um guerreiro romano, ali aparecida em um nicho, para a Sala do Risco.

Nada disto pode ser visto hoje; mas certamente debaixo do palácio alguma coisa terá escapado à destruição. Datam do tempo de Cláudio, pois foram construídas, segundo uma inscrição lá existente, pelo ano 49 d.C.

Ocupando uma larga zona do subsolo da Baixa, por alturas da Rua da Prata e da dos Retroseiros, há uma série de galerias romanas, abobadadas, em pedra às vezes rusticada e apresentando óptimo estado de conservação. Nelas surgem nascentes de água potável. Também para os lados da Rua Augusta e dos Correeiros existem outras construções, algumas semelhantes e que parece terem tido ligação com as primeiras, pois não só são tidas como romanas, mas têm a mesma orientação.

Foram as primeiras, visitáveis depois de previamente serem esgotadas as águas, apelidadas «Termas Romanas dos Augustais». Esta última designação veio-lhes por ali ter aparecido uma lápide com inscrição, datável do tempo de Tibério (14-37), e onde se lê terem dois augustais consagrado esse monumento ao deus Esculápio. A designação de «termas» é, portanto, moderna. Temos fortes dúvidas em se tratar, efectivamente, de um bal-



Reconstituição da barragem imaginada sobre o que viu Francisco d'Olanda,
«Da fábrica que falice...», Lx.^a, 1571



Barragem. entre duas torres «modernas» e a entrada de Caneças — Belas

neário, pois na parte visitável nada há que justifique tal designação. Parece-nos mais um criptopórtico ou armazéns portuários. Recordamos ter havido por ali no tempo de Roma um esteiro do Tejo, a cerca de oito metros abaixo do actual nível da rua; esse esteiro ficava perto do sopé da colina onde se erguia a cidade. Os barcos de comércio carregariam e descarregariam com mais facilidade no esteiro do que no rio, dada a força das correntes: portanto, a existência naquele lugar de um armazém portuário estaria plenamente justificada. Acresce terem sido encontradas, nesta área, junto ao esteiro, ruínas de uma torre romana, para sua defesa e dos barcos nele ancorados.

Ainda na Baixa, no largo onde funcionou a Praça da Figueira e no Rossio, apareceram materiais romanos, até epigráficos, funerários.

Julgamos assim que o que resta ou tem sido encontrado do período romano de Olisipo nos garante ter tido a cidade muita importância, muita vida e esplendor durante os séculos da dominação.

Não queremos ainda deixar de fazer referência a um monumento romano que há pouco estudámos. Não se encontra em Lisboa, mas a uma dúzia de quilómetros e foi construído para servir a cidade: a barragem romana. Destinava-se a provocar a formação de uma albufeira de onde viria, e veio, água para o abastecimento da população, visto as nascentes e poços já então não serem suficientes para o desenvolvimento crescente da cidade. Fica entre Caneças e Carenque e a estrada que une estas duas povoações passa por cima de parte da muralha.

Da albufeira saía um aqueduto que levava água até à porta de Santo André, ao cimo da Calçada dos Cavaleiros. Dessa barragem resta ainda boa parte, com cerca de oito metros de altura e cinco de espessura. E por ela atravessa o actual aqueduto, substituto do romano na sua tarefa de ajudar a matar a sede à moderna Lisboa.



Não sabemos quando entrou o Cristianismo na cidade. O início da sua expansão pela Península teria sido nos fins do século II. Em meados do século III a perseguição de Décio fez muitas vítimas e provocou apostasias; prova de que os cristãos já eram numerosos. Foi durante a grande perseguição ordenada por Diocleciano, nos princípios do século IV, que em Lisboa foram martirizados os três irmãos Veríssimo, Máxima e Júlia e os seus corpos lançados ao rio, atados a pedras. O Tejo devolveu-os e no lugar onde os entregou foi erigido um templo, de que a igreja de Santos-o-Velho

é a continuadora. Há anos tivemos ocasião de classificar, como visigótica, uma pedra lavrada, achada em trabalhos de escavação feitos sob a sacristia da dita igreja.

Apesar da ferocidade na perseguição de Diocleciano, talvez no mesmo ano ou, pouco depois reunia-se em Elvira (Granada) por 304 ou 305 um grande concílio onde concorreram muitos bispos de dioceses peninsulares. Entre eles havia um de Ossonoba (Faro). Não sabemos se já ao tempo existiria a diocese de Lisboa, nem tão-pouco se o seu primeiro bispo teria sido indicado por S. Pedro de Rates; mas o que é certo é ter havido no meado desse século um bispo chamado Potâmio, na diocese olisiponense. Teve esse prelado papel relevante conjuntamente com o célebre bispo Osio, de Córdova, de quem foi companheiro na célebre querela sobre a heresia ariana.

A igreja olisiponense, durante o período romano, não nos forneceu mais notícias seguras, embora como é evidente, devesse ter tido mais bispos além do citado.

PERÍODO GERMÂNICO

Olisipo não parece ter sofrido muito com a vinda dos bárbaros germânicos. O seu território foi incorporado no reino dos Suevos, que veio a ter Braga por capital.

Com a conquista do Noroeste pelos Visigodos, a diocese que até então era sufragânea da galaica bracarense, passou a sê-lo da lusitana emeritense.

Teve Olisipo vários bispos. Sabe-se o nome de alguns, como: Paulo, Gonca, Viarico, etc., até Landerico. Encontrámos em Odrinhas uma inscrição visigótica onde se fala de um bispo, certamente desta época, chamado Hildefonso.

A sua catedral seria no mesmo lugar da basílica paleocristã, ou até talvez fosse o mesmo templo; mas certamente sofreu alterações a avaliar pelas pedras com lavores visigóticos por ali encontradas. Vimos duas conservadas no museu lapidar organizado no claustro. Em um gigante do lado sul, pouco acima do chão, sobressai uma pedra exibindo uma moldura romana em uma face; noutra vêem-se duas conchas, cada uma dentro de uma moldura com decoração em espinha. Entre elas um quadrado com um losango incluso, os espaços preenchidos por desenhos vegetalistas. Mais outra pedra visigótica se vê, esta empotrada em um gigante do lado norte,

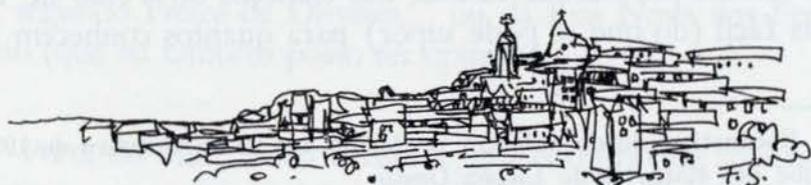
bem visível por estar à altura dos olhos de quem passa. Representa uma arcaria; os três arcos que a compõem são visigóticos, em ferradura e com desenho em espinha. São acompanhados, superiormente, por outros ornamentos, representando uma grinalda de palmetas. Assentam em capitéis baixos, com volutas, apoiados em colunas torsas, sustentados por fortes bases. Dentro do vão do meio há duas pombas; em cada um dos laterais, um quadrúpede (cordeiro?). É uma linda composição, de inspiração cristã; está prestes a desaparecer, pela acção do tempo e bem merecia ser retirada e guardada em lugar onde não sofresse mais dano e pudesse ficar exposta ao público. Bem o merece.

Um pouco acima da Sé, nas ruínas do teatro romano, apareceu, durante os trabalhos em curso, mais uma pedra deste período, que certamente será descrita a seu tempo; pela técnica não desmerece das suas contemporâneas.

Em um prédio da Rua dos Bacalhoeiros foi recolhida mais uma pedra visigótica, incompleta, com bela ornamentação geométrica ao estilo da época; no entanto em um lado, onde a pedra está partida, vê-se ainda, parte da cauda de um pavão.

Em Chelas houve um mosteiro desde época muito recuada, fundado, talvez, no período paleocristão. São dele dois fragmentos de pilastras ornamentadas nas quatro faces por grifos dentro de uma moldura circular, feita por um cordão de folhas à maneira bizantina. Também lá apareceu uma pedra com uma composição representando leões e palmeiras, ou seja pagãos martirizando cristãos; e ainda outra, no mesmo lugar, decorada com motivos vegetalistas.

Todas estas pedras visigóticas de Lisboa formam um grupo dentro da arte visigótica em Portugal. Mostram uma técnica e uma escolha de motivos com características diferentes das que se vêem nas suas contemporâneas aparecidas pelo resto do país. Por isso, há tempo, propusemos uma classificação das pedras com motivos visigóticos distribuindo-as por três grupos: O Suévico, ou do Noroeste, o Lusitânico, ou do Centro e do Sul e o Olisiponense. Este mais erudito, com nítida superioridade artística sobre os outros dois.



LISBOA MOURA ⁽¹⁾

pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

A presença de um membro do Grupo dos «Amigos de Lisboa» na confraternização dos Rotários de Lisboa Oeste desvanece não só quem tem essa honra mas de igual modo aquela instituição. A ligação amiga das duas colectividades culturais fica estabelecida pela recordação comum de um facto, pleno de significação histórica, na vida da nossa Cidade: a sua passagem do poder mouro ao domínio cristão. Fui encarregado de dizer «Algumas Palavras sobre a Conquista de Lisboa», mas a meditação que fiz sobre o assunto levou-me a falar na Lisboa que D. Afonso Henriques conquistou de preferência à maneira como a conquistou.

Vou, pois, tentar a descrição da Lisboa moura — para o que me socorro de alguns amigos de todos nós, por um lado, e de quanto reste na actualidade desse período longínquo de há 826 anos, do dia em que o primeiro monarca português fez entrada na sua nova cidade, solenemente pela porta depois chamada de São Pedro de Alfama. Os amigos são sérios, pelo que dignos da nossa amizade: Herculano, Júlio de Castilho, Samuel Schwartz, Osberno, Arnulfo, José Pedro Machado, David Lopes, Augusto Vieira da Silva, Matos Sequeira, José Augusto de Oliveira, Garcia Domingues... e decerto outros mais, que me sussurraram informações ao ouvido sem, injustamente, reparar em quem as dava.

Do que vou dizer, do que vão ouvir — apenas me pertencem a organização dos dados colhidos e a sua relação com quanto se vê, na nossa época, dessas velharias «do tempo dos Mouros.»

Começemos por definir Lisboa, nos começos do Verão de 1147 — o que é mais fácil (do que se pode supor) para quantos conhecem razoavel-

(¹) Reconstituição da palestra proferida, em 25 de Outubro de 1973, a convite do Clube dos Rotários de Lisboa Oeste.

mente a cidade: defini-la é limitá-la pela muralha ou cerca moura, cuja marcha podemos seguir quase «*pari passu*», sem esforço de maior, e mesmo com a vantagem de penetrarmos, a nosso belo talante, por uma das oito portas, isto é, se os guardas não nos levantarem dificuldades... a seu belo talante.

A muralha rodeante do recinto do Castelo — de construção visigótica, talvez romana, aproveitada e reconstruída pelos mouros — prolongava-se e descia a oriente e a ocidente até à beira do Tejo: do poente, de São Bartolomeu ao Largo de Santo António, banhada em parte pelo braço do Rio, que se distanciava até São Domingos; depois acompanhando o Tejo até o Largo do Terreiro do Trigo; em seguida, voltando para o norte, subia a São Pedro, São João da Praça, Adiça, São Brás (ou Santa Luzia, como é geralmente conhecido o local), Pátio de D. Fradique e, de novo, o Castelo.

As portas rasgadas no muro têm ou tiveram designações, que merecem comentário e ajudam a nossa imaginação — neste momento sem nenhum socorro a não ser a recriação baseada nos tópicos a seguir proporcionados:

1) Porta de Alfofa: nome árabe, para que se apontam quatro (à falta de um) significados — *ameixoeira, covas, postigo, porta escusa*; para este último se inclina David Lopes, e será o mais aceitável, por vir de quem vem e por corresponder a uma possível realidade: ficava na confluência das ruas de São Bartolomeu e do Milagre de Santo António; junto, pois, do ponto em que o grande taumaturgo salvou da força seu pai (injusta e cruelmente acusado), tendo vindo a Roma resolver o angustiante assunto, enquanto lá rezavam os seus auditores um padre-nosso! Esta porta foi também chamada da Alcáçova, por ser a mais próxima da entrada do palácio do Castelo.

2) Porta do Ferro: posteriormente, da Consolação. Ficava no Largo de Santo António, e foi apelidada daquele modo pela proximidade das Ferrarias, segundo Freire de Oliveira... ou da Rua Nova dos Ferros, conforme creio (que eu também posso ter opinião).

3) Porta do Mar: ainda existente, que corresponde ao Arco Escuro, como é agora, e que foi também intitulada da Rua das Canastras.

4) Porta de Alfama: ou de São Pedro, no termo oriental da Rua de São João da Praça, ligada à velha torre de Alfama; por ela, como se disse acima, entrou D. Afonso Henriques, em 25 de Outubro de 1147, contam-se hoje 826 outonos. Desapareceu já.

5) Porta do Sol: talvez por ficar voltada ao Oriente. Também desaparecida, mas ficou o topónimo.

6) Porta de D. Fradique: já aberta na muralha do Castelo, assim conhecida pelo nome de D. Frederico, moço-fidalgo de D. Manuel I.

7) Porta do Moniz: recorda o único feito militar português de que há notícia na conquista de Lisboa, embora seja considerado lendário por muito boa gente.

8) Porta da Traição: ainda lá está, no Castelo.

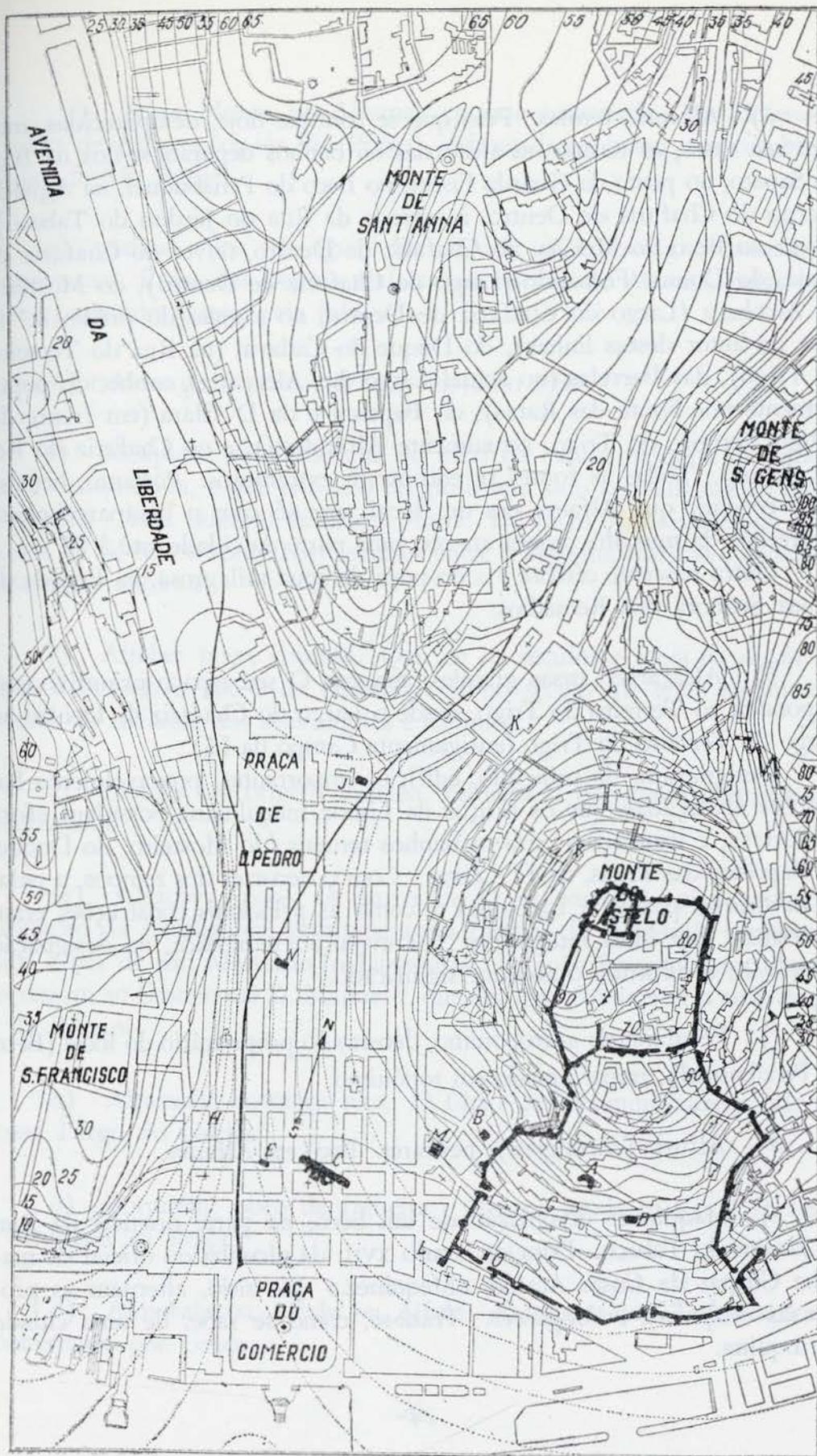
Sem entrarmos na cidade, lembremos que os sitiantes de Junho a Outubro de 1147 fizeram os arraiais com a seguinte disposição: na Graça, os Portugueses; em S. Vicente, os Alemães; em São Francisco, os Ingleses e os Franceses; no Tejo, 200 barcos.

Era então a nossa querida cidade bem pequena, com intenso comércio quer interno quer externo, com a exploração agrícola do solo, com amplo aproveitamento das termas, de elevado nível intelectual, de vida política movimentada e com... baixo nível moral; da sua história restou uma famosa viagem ao Mar Tenebroso, realizada por oito aventureiros, parentes entre si.

Várias etnias dominavam: gente arábico-moura, hebraica, moçárabe e saloia. Quanto ao seu número, porém, as informações são contraditórias e parecem sempre exageradas: 154 000, «só homens», segundo Osberno; 200 000, informa Arnulfo — o que é aceite por Júlio de Castilho. No século XII a população de Sevilha foi calculada em 300 000, enquanto no final do século XV se atribuíram 200 000 a Granada.

Insisto em que todos estes milhares devem ser exagerados, se pensarmos que os habitantes do Condado de Portugal, no começo do século XII, estão estimados em 500 000 por historiadores, que merecem confiança.

A toponímia vai agora conceder-nos um quadro bastante realista, variado e colorido, de pontos urbanos, dos quais um pincel de artista poderia obter uma reconstituição, em que a verdade histórica não ficaria grandemente prejudicada. Vejamos, isto é, imaginemos:



FRAGMENTO DA PLANTA TOPOGRAFICA DE LISBOA MOSTRANDO A CERCA MOURA E O ESTEIRO DO RIO TEJO QUE PENETRAVA PELO VALE DA BAIXA

ESCALA 1:10000

(Vieira da Silva: *A Cerca Moura de Lisboa*)

a) Alfama: termas. Pelo que se conhece hoje, desaparecidas, mas com seu rasto, as termas ou alcaçarias ou banhos deparam-se-nos na Bica do Sapato, no posto da Guarda Fiscal, no Beco do Penabuquel, na Aguada (Largo do Chafariz de Dentro, à entrada da Rua do Jardim do Tabaco), talvez no Beco do Mexias, no Chafariz de Dentro, talvez no Chafariz da Praia, do Doutor Fernando (Largo do Chafariz de Dentro), do Mosteiro de Alcobaça (Largo do Chafariz de Dentro, no saguão do prédio n.º 8, casa do autor destas linhas), do Duque do Cadaval (na Rua do Terreiro do Trigo), das Barrelas (no actual Largo das Alcaçarias, conhecido popularmente por Fonte das Ratas), do Baptista e da D. Clara (em frente do antigo Terreiro do Trigo, actualmente Alfândega), e no Chafariz do Rei (D. Dinis). Todas as fontes se encontram extramuros. Portanto, bem se pode concluir que Alfama era um local, que só com o desaparecimento de trechos da muralha moura anexou uma parte da cidade, até à Sé.

Outra nascente célebre é a do poço de água milagrosa, na Ermida de Nossa Senhora dos Remédios.

b) Alcaçarias: casas grandes; termas. O seu espaço primitivo correspondeu ao Terreiro do Trigo, desde o Largo do Chafariz de Dentro ao Largo do Terreiro do Trigo (antigamente Campo da Lã).

Designavam, de princípio, edifícios importantes, provavelmente habitações apalaçadas, que os ricos da Lisboa muçulmana possuíam «fora de portas», e instalações para os banhos termais (do Mosteiro, do Duque, do Baptista, das Ratas, da D. Clara). Com o decorrer dos tempos, a palavra *alcaçarias* passou a topónimo, e como as principais construções eram de termas, esta ideia integrou-se, por evolução semântica, na designação *Alcaçarias*, e substituiu o anterior significado.

c) Penabuquel: antropónimo, decerto do proprietário do local (Beco do Penabuquel), transformado em topónimo.

d) Alfurja (Alfúnger): pedraria. Beco em Alfama.

e) Maquinez: designação de um beco, na parte oriental da Rua do Jardim do Tabaco. Data do século XVII, da alcunha do oficial de marinha Gaspar da Costa Ataíde, «Mequinez.» No sítio, alternam as pronúncias *Maquinez* e *Mequinez*. Trata-se, como se sabe, de uma cidade marroquina.

f) Torre Moura de Alfama: enorme construção, que defendeu a porta de Alfama (ou de São Pedro), debruçada no nosso tempo sobre o Largo de São Rafael.

g) Adiça: mina (de água? De ouro?). A etimologia, contudo, é controversa. É um dos pontos mais característicos de Alfama, pelas pessoas e, segundo parece, pela fala.

b) Almargem: Prado. É uma rua junto à Sé.

i) Mesquita: admita-se que no local da maior mesquita da cidade recém-conquistada, e que por zelo religioso terá sido arrasada até ao chão, se ergueu a bela catedral de Santa Maria. De facto os mais atentos estudiosos da Sé não encontraram relações entre o presente edifício e qualquer construção anterior.

j) Aljube: poço, cisterna. Que de há séculos a ideia de *aljube* se ligue à de *prisão* não é de estranhar: já no século XII eram sinónimos. Saímos de Alfama, dos seus limites e subimos:

l) Castelo: de origem romana, reformado por gente germânica e maometana.

m) Alcáçova: paço. A partir de D. Afonso III foi a principal habitação da família real portuguesa em Lisboa. D. Fernando preferiu o Paço a par de São Martinho (o Limoeiro). D. João I e seus descendentes regressam ao Castelo até D. Manuel I, que em 1505 foi habitar o novo paço, o da Ribeira.

n) Alcamim: hortaliça seca. O Chão de Alcamim corresponde ao nosso Largo do Caldas.

o) Borratém: poço da figueira. O poço ainda existe; a figueira é lembrada na Praça.

p) Almofala ou Alfala ou Alfela: acampamento. Todos agora a conhecemos por Graça.

Abandonando certos locais de toponímia árabe, por distanciados da Lisboa moura — Algés, Alcântara, Alvalade, Benfica, sabe Deus que mais! — detenhamo-nos num passo de Pedro de Azevedo em «Do Areeiro à Mouraria» (*O Archeologo Português*, vol. V, n.º 7, p. 217, anos de 1899-1900): *Almargema e Alporche*. — «Alporche onde chamã a almãjama»; em 1417 (Mosteiro da Graça, maço 14, pacote 8). «Olival em Val escuro chamado Almargema»; em 1401 (No Tombo 2.º da Graça, de 1770, fl. 56v.). Em 6 de Junho de 1371 (Caixa 94 da *Colecção Especial*): «acima do mosteiro de Santa Clara em logo que chamam a almargema». *Alporche* corresponde à Penha-de-França. *Almargema* parece deturpação de Almargem.»

Após a conquista de 1147, os habitantes da cidade, que quiseram manter-se agarrados às suas recordações e preferiram sofrer o domínio português, foram localizados em bairro próprio — a Mouraria, cuja área ocupou as ruas da Mouraria, dos Cavaleiros, do Capelão, da Amendoeira, e travessas e largos próximos. Fora dela, entre as portas de Santo André e de Santa Bárbara, existiu o Almocávar, isto é, o cemitério dos Mouros.

Mais tarde os escravos com a mesma origem eram lançados no Poço dos Mouros.

Os Judeus também foram estabelecidos em bairro — as judiarias, das quais uma, a Judiaria Pequena, se encontra ainda hoje, muito bem demarcada, em Alfama, correspondendo aos seguintes arruamentos: Beco do Rosário, Rua da Judiaria, Escadinhas, Largo de São Rafael e Beco das Barrelas — entre pedaços da cerca moura e da cerca fernandina.

Quando há anos visitei no Norte de África, em Tânger, o bairro mouro, o bairro pobre — o casbá — e nele me perdi por travessas e becos ruelas e larguinhos, cantos e recantos, escadinhas e pátios, arcos e passadiços, observando a estranha arquitectura popular dos ressaltos e da telha mourisca, das frestas e dos terraços, dos saguões e das divisões em túnel, senti-me *regressado* ao meu velho bairro de Alfama e à minha velha cidade, quando tomada por D. Afonso Henriques.

A histórica conquista de 1147 teve especial importância para a Europa — foi o único resultado positivo da segunda cruzada, e para Portugal: pois que dentro de um século se tornaria a primeira cidade da nossa terra.

É verdade. Todavia, não me esqueci, neste tempo de evocações, dos horrores sofridos pelos Lisboetas de então — os mouros, os judeus, os moçárabes, e ainda os santarenos e os saloios, que se haviam acolhido à protecção da cerca de Lisboa.

ROTEIRO FRASEOLÓGICO DE LISBOA

(Apontamento)

Pelo DR. PAULO CARATÃO SOROMENHO

NO número 136 de *Olisipo*, publicado em 1973, apresentei um estudo da paremiologia lisboeta, num conjunto de algumas dezenas de frases portuguesas esteriotipadas na linguagem corrente, em que Lisboa ou seus locais constituíam o fundamento ideológico. A leitura do trabalho terá, decerto, despertado alguma curiosidade, segundo se pode concluir de palavras — escritas e orais — que chegaram ao meu conhecimento, umas pelo interesse filológico, outras pela importância histórica, certas pelo valor toponímico, algumas pela significação psicológica, várias pela graça popular, plena de oportunidade muitas vezes e de conceito profundo frequentemente.

As circunstâncias citadas levaram a este apontamento, que pretende enriquecer a lista já dada a público. Ei-la:

a) *Cair o Carmo e a Trindade*: É expressão de grande valor plástico, pois que os dois montes lisboetas, sobre que se localizavam os conventos, impunham-se à cidade. A sua possível *queda* (e o terramoto grande bem os sacudiu) seria sempre caso pavoroso; usada a frase com a ironia que caracteriza a parémia, torna-se muito expressiva na linguagem oral.

b) Na primeira metade do século, era vulgar dizer-se a alguém que procedera tolamente «que fosse para Rilhafóles» (*Rilhafóis*, na pronúncia popular lisboesa).

c) Quando a quinta da Mitra passou a recolher, como internados, os pobres de pedir (portanto, reduzidos à última situação na escala social), a crítica cidadina começou a «mandar para a Mitra» todos quantos pelo seu procedimento ou linguagem se degradavam.

d) *Limpa como (ou mais caiada que) cantareira de Alfama*: termo de comparação na linguagem do povo, colhida há muito em obra literária antiga e já reproduzida por mim in *Nótulas à «Influência Árabe no Vocabulário Português»*, de José Pedro Machado, do Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa, vol. XIII, 1963, p. 355. No momento em que escrevo, a nossa cidade — que já foi considerada das mais limpas do Mundo — precisa de ir buscar exemplo à Alfama de *outros tempos*; a de agora já não serve...

e) *Alfama tem má fama*: frase fácil de obter pela rima quase inevitável, correspondendo a uma celebridade triste durante séculos — e apenas suavizada há umas dezenas de anos por via do fado e do turismo. De resto, esta circunstância corresponde também a uma nítida melhoria de ambiente. Nos últimos cinquenta anos, os crimes de morte em Alfama não devem atingir meia dúzia.

f) *Se queres alguma coisa, anda para o Campo das Cebolas*: frase de uso limitado ao sítio de Alfama, de que é um dos extremos o Campo das Cebolas. Como se entende, a frase seria de uso entre os pimpões, actualmente quase impossível de concretizar-se, pois que o local já não é ermo nem sequer amplo: assemelha-se antes, ou é na realidade, a um parque de estacionamento de automóveis, camionetas e camiões.

g) *Parecer o preto da Casa Africana...* por se ir ou andar muito carregado. Durante dezenas de anos, a Casa Africana, na Rua Augusta, manteve à porta um empregado preto com farda encarnada, que chamava a atenção de quem passava, e estava encarregado de, ao fim da tarde, ir levar encomendas a casa dos fregueses. Nos reclames da Casa Africana via-se um desenho, representando o preto. É estabelecimento de venda de todos os géneros de roupa. A figura do preto entrou de há muito na paremiologia lisboeta.

h) *Ir fazer a barba à Outra Banda...* porque era lá mais barato o fazê-la. Dizia-se muito, quando se ouviam propósitos ou propostas de economia sem pés nem cabeça.

i) *Se queres aprender a rezar, mete-te ao mar*, ou indefinidamente, *Quem quer aprender a rezar mete-se ao mar*: Diz Júlio de Castilho que é

frase lisboeta. É aceitável, mas qualquer que tenha sido o seu berço pela longa costa portuguesa, a frase nunca deixará de ser profunda e tremendamente realista.

j) *Vai-te à porta do ouro, Acharás teu parceiro.*

Isto é de Gil Vicente, da *Comédia de Rubena* (*Obras de Gil Vicente*, edição organizada por Mendes dos Remédios para os seus «Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa», vol. II p. 21). Júlio de Castilho explica estes versos numa nota intitulada «Índice das Obras de Gil Vicente» (vid. p. 337 do III vol. da edição de Mendes dos Remédios): «Porta do Oiro — (ou da Oira, como também se dizia). Sítio populoso em Lisboa, a Cata-que-farás. N. B. — Explico assim: num lugar tão frequentado topava-se gente de todas as classes: o Nobre que ia tomar o fresco, o marítimo que ia embarcar no seu galeão, o onzeneiro em busca de vítimas, o devoto que ia rezar ao Corpo-Santo, o Fidalgo que se encaminhava para o paço da Ribeira, o carregador que esperava frete, o Frade, o gaiato, viam-se ali numa promiscuidade pitoresca, verdadeiro quadro de uma cidade cosmopolita como era a Lisboa dos navegadores. Logo, cada qual podia dizer que naquele ponto de embarques e desembarques acharia gente da sua classe, acharia o seu *parceiro*. Será isto?»

l) *Do Mocambo intés Alfama:* No *Auto do Fidalgo Aprendiz*, de D. Francisco Manuel de Melo, p. 22 (volume dos «Subsídios para o estudo da História da Literatura Portuguesa» de Mendes dos Remédios), Dom Gil diz, ou talvez cante, uma trova da sua autoria, que é uma *décima* de nove versos apenas, porque, segundo ele próprio, «de cada cousa dez, levam uma para el-Rei»:

Sendo todos de hum terrão,
minha mana Grimaneza,
não sei eu por que rezão
quereis ser sempre princesa
e eu seja madraceirão.
Todo o mundo por vós chama...
que há chamar de muitos modos,
a mim apupam-me todos,
do Mocambo intés Alfama!...

A expressão corresponde a «Lisboa de lés a lés». O Mocambo era uma aldeia de negros, que se situava no local da Esperança e Trinas.

m) *Não vades ao chafariz...*: Esta advertência constitui o primeiro verso de uma quadra de origem popular, dirigida às raparigas de Alfama para que não se deixassem enfeitiçar pelo ilustre infante D. Luís, filho de D. Manuel I e pai de D. António. Ei-la:

Não vades ao chafariz,
Meninas de Alfama:
Bem sabeis a trama
Do infante D. Luís.

É uma quadra indiscutivelmente lisboeta, e o chafariz referido é o do Largo do Chafariz de Dentro. Diz o Doutor Mendes dos Remédios, na sua edição das Obras de Gil Vicente, III vol., p. 402, que *trama* é designação quinhentista para *peste*; creio, porém, que o verdadeiro significado é antes a trama, isto é, a urdidura ou teia, em que as meninas de Alfama podiam cair.

Sobre a quadra, queiram ver o *Cancioneiro Popular Português*, de Teófilo Braga, e o estudo sobre o infante D. Luís, publicado em *Palestra*, n.º 5, de 1959, por Alfredo Betâmio de Almeida. Decerto, o Largo do Chafariz de Dentro terá sido motivo de inspiração para poetas do fado; mas em 1961, Margarida Soromenho recolheu em Alfama uma quadra, que tem a curiosidade de ser do ciclo, que podemos chamar «quadras em série», isto é, que se podem aplicar em muitas circunstâncias, mudando apenas um verso ou uma palavra, e que abundam na musa popular:

Ó Largo do Chafariz de Dentro,
Hei-de-te mandar varrer,
Com uma vassoura de prata,
Que de ouro não pode ser.

Por associação de ideias, aparece-nos outro chafariz, que também se fixou na poesia popular — o velho chafariz de el-Rei D. Dinis (1279-1325), de tão curiosa história, já narrada em grande parte por Júlio de Castilho e que, no nosso tempo, o Dr. Fernando Castelo Branco completou (*Lisboa Seiscentista*, 3.ª edição, 1969, pp. 156 ss.). Embora constituam um excurso

deste trabalho, vale a pena recordar as duas formosas quadras populares (de supor, ambas muito antigas), das quais a seguinte ocupará um dos primeiros lugares no trovismo português, recolhida por Agostinho de Campos e Alberto de Oliveira (*Mil Trovas*, Lisboa, 1903, n.º 576: apud Leite de Vasconcelos, *Ensaio Etnográfico*, IV, 144), e de que encontrei duas versões, diferentes por simples troca pronominal:

- a) Os meus olhos se obrigaram
Ao que nunca os obriguei:
A dar água todo o ano
Para o Chafariz d'El-Rei...
- b) Os meus olhos se obrigaram
Ao que eu nunca me obriguei:
A dar água todo o ano
Para o Chafariz d'El-Rei.

A outra quadra a que se fez referência é reproduzida pelo Dr. Fernando Castelo Branco na mesma obra, p. 159, dos *Cantos Populares Portugueses*, de António Tomás Pires, IV, p. 531, n.º 341:

Já não quero ir à praia
Nem ao Chafariz d'El-Rei,
Que 'stá lá um homem morto
E dirão que eu o matei.

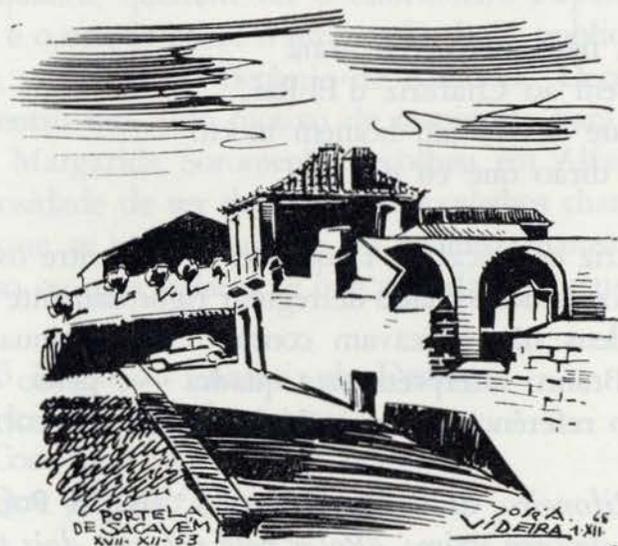
Este chafariz era local de frequentes brigas entre os que o procuravam, pelo que houve necessidade de regular rigorosamente a sua utilização. As desordens não deixavam contudo de continuar. O Dr. Fernando Castelo Branco interpreta esta quadra — e penso que muito logicamente — como referência às cenas violentas que aí ocorriam.

n) No *Rifoneiro*, de Pedro Chaves, 3.ª edição, Porto, s.d., p. 18, o prolóquio n.º 67 decorre assim: «*Polar pelo velacho, dois pingos d'água — Terreiro do Paxo.*» E em nota de rodapé, o compilador explica: «Com a tradição oral deste ditado obtive a seguinte explicação: Quando os veleiros voltam do Brasil e começam a ver a Estrela Polar pelo pau do velacho, é quando já se acham próximos de Lisboa; se nessa altura chove e como quase sempre a chuva é acompanhada de vento do sul, soprando esse vento,

a chegada a Lisboa era muito rápida. Daí a locução *Terreiro do Paço* que na tradição ouvi *Terreiro do Paço*, não sei se por corruptela de linguagem, se para facilitar ou melhorar a rima.»

E para nota final — nota de frescura de um entardecer de Lisboa, na margem tagana — recordemos este apontamento de D. Thomaz de Mello Breyner (*Memórias*, I vol., 1869-1880, Lisboa, 1930, p. 139): «Para nada faltar, corria ali perto o rio mandando pontualmente às tardes uma brisa fagueira, a bem conhecida *Lisbon afternoon breeze*, que já vi apontada numa carta marítima inglesa.»

Grande terra é esta nossa!



LISBOA

EM ALGUNS EX-LÍBRIS

por MÁRIO VINHAS

I

NO carácter específico que tenho procurado dar ao ex-líbris e com a finalidade de considerá-lo nos seus múltiplos aspectos, fornecendo a maior documentação possível para aqueles que se dedicam a coleccionar, outra faceta venho pôr em reace: não fosse o ex-líbris uma elevada função educativa e as suas muitas reproduções já bastante importantes.

Quadro bastante admirável é o grande amor que muitos coleccionadores têm à Capital, a nossa querida LISBOA, dando-lhe condigna representação em diversos e maravilhosos ex-líbris.

Continuando a tomar por base a minha colecção, pela qual vou relançando os olhos, vejo que desde a ostentação de legendas desenhadas com o mais fino gosto e expostas com grande e elevada prestância, muitos coleccionadores de ex-líbris procuram ornamentá-las com os mais variados motivos alusivos a LISBOA.

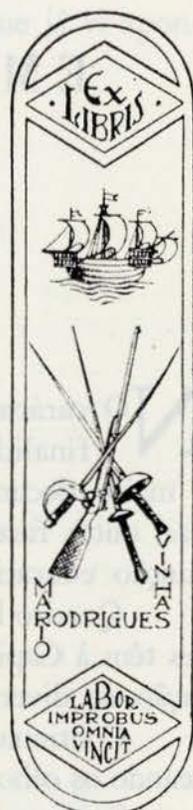
Não me alongarei em comentários muito desenvolvidos, mas darei breves pormenores de alguns ex-líbris, que têm como principal figura decorativa representações alusivas a LISBOA. A cidade das sete colinas nunca poderia deixar de ter figuração especial nas marcas destinadas aos livros que muitos utilizam nas suas colectâneas sobre assuntos de LISBOA.

Os versos eternos do Príncipe dos Poetas

*E tu, nobre Lisboa, que no mundo
Facilmente das outras és princesa*

no ex-líbris de Manuel Chaves Caminha, denotam bem que a cidade de mármore e granito tem merecido a paixão de muitos ex-libristas.

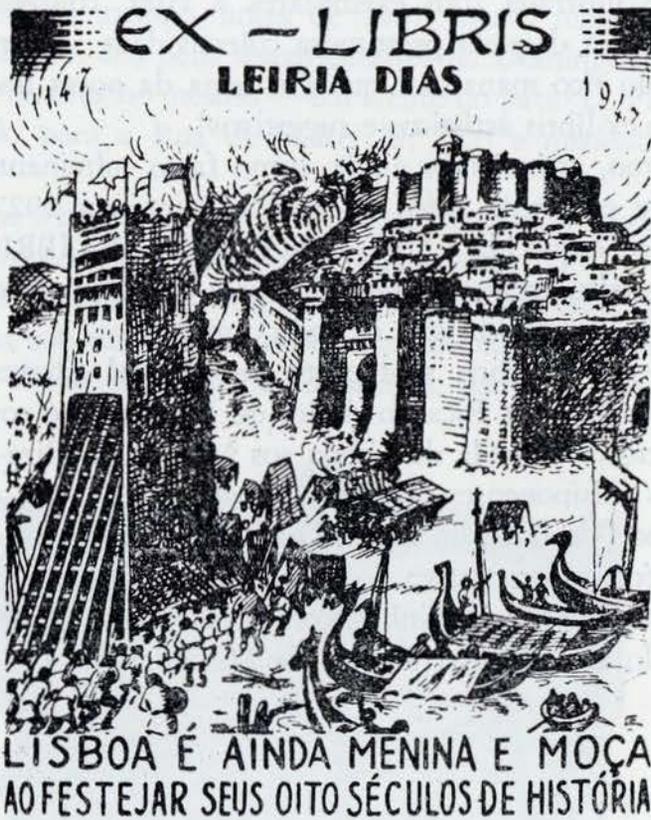
Mas a caravela heráldica da cidade de LISBOA com os seus corvos é a insígnia que mais tem sido escolhida pelos ex-libristas: não fosse ela as armas da cidade e o símbolo que o Grupo Amigos de Lisboa escolheu para figurar no seu ex-líbris.



Desde os monumentos góticos, como o Convento do Carmo, no ex-líbris do erudito Eng.º Augusto Vieira da Silva, desde o pormenor da grande obra arquitectónica manuelina, que é o Mosteiro dos Jerónimos, no ex-líbris de Luiz Simões, até à Basílica do Sagrado Coração de Jesus (Estrela), na sua arquitectura barroca, no ex-líbris de José Simões Serra, muitas outras notas típicas falam da nossa capital nas marcas bibliográficas.

Não podia deixar de ser representado em muitos ex-líbris o mais belo monumento ribeirinho do mundo — A Torre de Belém —, que igualmente foi escolhida para figurar no ex-líbris desta revista, junto do mapa de Portugal, onde sobressai LISBOA.

Para marcar a tomada da Capital do Império Português, em 1147, temos o ex-líbris de Eduardo Leiria Dias, que representa o cerco do Castelo de S. Jorge — uma das notas mais marcantes a consolidar a fundação da nacionalidade. E a legenda nele aposta «Lisboa é ainda menina e moça...» evoca-nos nestas meigas palavras de «menina e moça» a obra repleta de saudade do mimoso Bernadim Ribeiro.



Ex-líbris com legendas sobre LISBOA são sem conta e é bem elucidativa a da colecionadora D. Josefina Santos Henrique de Oliveira:

*Ninfas do Tejo cantai
Quem nunca te viu, Lisboa.*

Não é possível descrever todos os ex-líbris da «MUI NOBRE CIDADADE», de onde partiram as primeiras naus e caravelas para o Oriente.

A imaginação dos ex-libristas tem sido fértil ao inserirem num pedacinho de papel, com notável bom gosto, factos da história da cidade de LISBOA. Revelam assim o seu temperamento e o seu amor à cidade que lhes foi berço.

Quem quiser formar uma colectânea de ex-líris com temas de LISBOA tem muito material à sua disposição. Lembra-nos, a propósito, a esplêndida conferência que o Dr. Eduardo Neves em tempos fez na sede do Grupo «Amigos de Lisboa» sobre Lisboa nos ex-líbris, recheada de comentários e ilustrada com exemplares à vista, conferência publicada depois no Boletim daquela prestimosa colectividade. Quem a ela assistiu pôde avaliar do rico manancial que é o tema da nossa linda cidade para a execução de ex-líbris artísticos e sugestivos!

Por último, assinalemos ainda, como facto culminante, que foi LISBOA a cidade escolhida pelos ex-libristas para, em 1927, realizarem a notável e nunca esquecida 1.^a EXPOSIÇÃO DE EX-LÍBRIS DE PORTUGAL, que bem alto ergueu o nome da nossa capital, para ela despertando a maior atenção dos ex-libristas de todo o mundo.

NOTA — O ex-líbris sobreposto de Manuel Chaves Caminha foi desenhado em 1947 por Ricardo Abad, de Madrid, e é comemorativo do VIII Centenário da tomada de Lisboa aos Mouros. Utiliza-o o seu possuidor nas obras olisiponenses.

O ex-líbris de Eduardo Leiria Dias, que reproduzimos da chapa original, é também comemorativo do mesmo Centenário.

O ex-líbris de Mário Vinhas, com o galeão da cidade de Lisboa, foi desenhado pelo Dr. Alberto Pereira de Mesquita em 1947, sob ideia do possuidor.

II

Do antigo Banco Fonseca, Santos & Vianna, o Grupo Desportivo encarregou o artista Fernando Rita de conceber e desenhar o ex-líbris para a sua biblioteca. Fernando Rita escolheu, como principal elemento, o painel de azulejos, que representa Nossa Senhora da Misericórdia e se encontra no átrio do edifício: a porta do Banco a seu lado com uma flâmula e a respectiva legenda; uma pilha de moedas a simbolizar o Escudo, nela realçando o retrato do Infante de Sagres.

A pena pode muito bem admitir-se como símbolo desta profissão; tudo dentro duma moldura, que é afinal o contorno das portas do Banco.

Finalmente, os livros, aqueles que os acompanham no Banco, onde se regista todo o seu movimento e à saída, como leitura amena, distração para as horas vagas.

Como é do conhecimento geral, existem em Lisboa e arredores os chamados registos de azulejos, que dão uma bela nota típica aos prédios que adornam e marcam a antiguidade dos mesmos.

Quase todos representam santos e santas e o que se encontra no Banco Fonseca, Santos & Vianna é de fácil identificação.

Este painel de azulejo, antes de 1907, estava numa casa no Chão da Feira, que era um dos bens testamentários de Domingos Ferreira Sotto — conforme se verifica no mesmo — em frente do pátio D. Fradique.

Foi levado para a Rua de El-Rei N.º 103 e instalado no interior da escada.

Quando se fizeram as obras da casa bancária Fonseca, Santos & Vianna, foi deslocado para o local que hoje ocupa.

Representa a figuração vulgar de NOSSA SENHORA DA MISE-
RICÓRDIA mas sob uma forma diversa, parecendo ser antes a adaptação da imagem de Nossa Senhora da Conceição, da qual tem os principais atributos.



Esta representação iconográfica da Virgem é de origem italiana, tendo-se vulgarizado principalmente em Espanha com a invocação de Nuestra Señora de la Merced ou de las Mercedes.

Quando acompanhada de escapulário, é Nossa Senhora do Carmo.

A representação rigorosa da Virgem das Misericórdias em Portugal deriva de Nossa Senhora da Trindade, ou seja a Patrona da Ordem dos Trinitários ou trinos e devia nela figurar um frade mercenário ou trinitário, que era Frei Miguel de Contreras, o conhecido religioso que inspirou à Rainha D. Leonor a fundação das Santas Casas de Misericórdia.

O painel de azulejo em estudo não apresenta o frade trino, pelo que é lícito deduzir que a composição foi livremente interpretada e com vários atropelos iconográficos.

Um dos atropelos é trazer alguns atributos de Nossa Senhora da Conceição — ou seja o Globo entre as nuvens, a meia-lua e a serpente.

Outro é estar coroada, quando geralmente Nossa Senhora da Misericórdia é simplesmente nimbada.

Outro ainda é não aparecer, junto do Papa, a figura de um frade tendo no peito a Cruz da Ordem da Trindade.

Nesta figuração vê-se abrigado pelo manto, à direita da Virgem, um grupo de religiosos com um Papa em local proeminente e, do lado esquerdo, um grupo de seculares, precedido por um rei, cuja coroa se vê aos pés da figura central.

Este painel é dos registos de azulejos mais conhecidos de Lisboa, sendo dum tipo bastante vulgar para a época em que foi feito — 1767.



LISBOA A DITOSA

por JORGE GOMES FERNANDES

PARTE I

INTERESSANTE, admirável, deslumbrante, maravilhosa, fascinante e bela. E é assim, nestes termos, somente empregando estes e outros adjectivos do mesmo quilate, que se pode falar sobre Lisboa.

Com estas palavras começa o estudo inédito sobre a cidade capital, da qual Almada é fronteira.

Geograficamente, tudo quanto digo sobre a capital se aplica a Almada.

Nesse panegírico não me esqueço da terra onde nasci...

Não tendo nascido em Lisboa, de perpétua Primavera, como dela disseram os antigos, considero-a como minha terra, que trago entranhada em meu sangue, em meu coração, e considero-me verdadeiro lisboeta, muito embora os documentos oficiais teimem em me considerar de Setúbal, a antiga capital dos Cempses, que viviam a ocidente, logo ao sul do Tejo.

Nascido na outra banda, historicamente não falada, mas tão antiga quanto a capital, e separada dela pela mais curta distância do estuário deste rio que, sendo o mais comprido da Península, foi, por alguns, chamado de rio Comprido ou rio Extenso, e que segundo eles estaria na origem do nome da região que atravessa, então dita Lusitânia; sinto-me muito mais íntimo de Lisboa do que aqueles que habitam as cercanias do lado norte e que, só por não terem de atravessar o rio, se julgam mais lisboetas, esquecendo-se, talvez, que o mar não é sinónimo de divisão, mas de união, cujo exemplo mais vivo e mais flagrante é a união entre Portugal e Brasil, os quais o Atlântico reúne.

Os Árabes dela disseram maravilhas e escreveram:

«Aluxbuna... O seu antigo nome é Cudia (Kudiya) ...»

«A cidade de Lisboa é por sua natureza bela...»

São extractos mais interessantes, por agora, do que escreveu Alhimian.

Em Edrici encontramos uma das mais antigas citações de Almada.

«Situada Lisboa nas margens do mar Tenebroso, tem à sua frente na margem oposta e junto à foz do rio o forte de Almada, assim chamado porque o mar lança palhetas de ouro sobre a margem. Durante o Inverno, os habitantes da região vão junto ao forte à procura desse metal e entregam-se à faina com maior ou menor sucesso, enquanto dura a estação rigorosa.»

Segundo ele, foi um facto curioso que testemunhou, e que aproveitei para recordar os tempos de brincadeira, dizendo:

Sinto pena de não ter vivido nesses tempos para poder colocar no peito «estrelas de xerife» de ouro verdareiro e não somente de latas brilhantes, restos de latas de conserva que, das fábricas do Ginjal, pescava na praia, quando criança.

Arrazi também cita Almada, nos seus escritos sobre Lisboa:

«... Em Almada há um viveiro de fino ouro. E entre Lisboa e Almada vai um braço de mar que entra no Tejo, e na divisão com Beja estão uns montes a que os seus moradores chamam Arrábida.»

Para os que conhecem já muitas das ideias aqui expressas, peço que analisem unicamente o fundo da questão; esse, sim, é original e novo — a origem do nome de Lisboa — o resto sendo o condimento que, analogicamente, nos permite saborear um ovo estrelado como se estivéssemos, burguesmente, comendo uma lagosta suada ou, mais pacatamente, nos deliciássemos com uma caldeirada no Ginjal.

De Cacilhas, podemos dizer que é o centro, onde se coloca o compasso para traçar a linha de demarcação do limite norte do sector que engloba a capital.

E termino a primeira parte dizendo:

Lisboa, que foi outrora a cidade do ouro, como dizia Plínio o Moço, em sua História Natural, cidade situada nas margens do Tejo, de auríferas areias, celebrado, de que nos resta, na outra banda, debruçando-se sobre Cacilhas, APENAS a cidade de Almada, cujo nome, sendo, para os Árabes, Al Madam, que significa A Mina, com esse nome ficou.

Cidade de Almada desde Junho de 1973.

PARTE II

Numerosas são as hipóteses sobre a origem do nome da nossa Lisboa. São elas baseadas em nomes ilustres e factos maravilhosos:

Ulisses, o herói grego da Odisseia; Elissa, a princesa fenícia; Eliesser da casa de Abraão; Elis, o bisneto de Noé; Lysias, filho de Baco; Luso, filho de Sículo, estão no primeiro caso.

A. Mendes Correia fá-la vir de Ellassipos, da quarta gestão de Clito, princesa atlantideana, e S. Dinotos fá-la vir de Rúben, o bíblico filho de Jacob e Lia.

Allis Ubbo, significando Enseada Amena; Lix Boa ou Olis Boa, significando Águas Boas, Águas Belas, Abundante de Canais, Águas Livres ou Terras de Azeite. Estariam no segundo caso como as seguintes:

Lys ou Luz seriam também Terras de Muitas Águas.

Lys poderia ser o céltico Extenso e Comprido e seria o rio Luso de onde teria vindo Lusboa e Lusitânia.

Lixboa poderia ser, também, do celta, Horta Rodeada de Recinto Forte, e Lusitano seria o homem belicoso e de grande estatura.

Foram também apresentadas hipóteses originadas no semita Luz, o burlão; Lus, empapado; Luz, valente; e Lux, amêndoa.

João Bonança e João de Almeida ligaram-na com a Luz e Claridade em Luz Boa de uma forma quase directa.

Leonel Ribeiro a chama de Vau Bom e Liso por Lis — Uba — On.

Strech de Vasconcelos, que a faz derivar de Elix Bona, significando em grego Abundante de Canais, quase apresentava a hipótese por nós defendida:

«Tivesse lugar a brincadeira, defenderia a tese mais apropriada e verosímil de Olysiopona, palavra grega significando lugar de descanso e que livra de penas... mas, por excessivamente metafísica, rejeita a hipótese.»

Para mim, não se trata de apresentar uma ideia nova, mas uma ideia antiga que tem sido menosprezada.

Não devemos acreditar nas histórias que nos contam dos Romanos, neste caso Júlio César, pondo nomes a torto e a direito, segundo estivessem mais ou menos bem dispostos. Como se a força da tradição, os costumes do povo aceitassem de bom grado e de modo generalizado a mudança dos nomes das terras de nascimento.

Assim, estou convencido de que Lisboa, chamada pelos Romanos de Felicitas Júlia, sempre teve o mesmo nome ou pelo menos aceitou traduções escritas que Romanos, Gregos e outros usaram, como era hábito na época.

Os Romanos, ao chamarem-lhe Felicitas, não fizeram senão perguntar aos naturais como se chamava a sua cidade, e ao ouvir um som que lhes pareceu Olispona perguntaram se isso significava alguma coisa e obtiveram a resposta de que isso queria dizer Felicidade ou Feliz e, desse modo, passaram a escrever Olissipo-Felicitas, que era o nome da cidade nas duas línguas, em qualquer delas significando o mesmo que na outra.

Não sendo, no entanto, nenhuma delas indígena, mas de povos invasores. A primeira dos Fenícios, a segunda dos Romanos.

Ø^aLiZ, Ø^aLeSh, etc. em semita significando Felicidade, Exultação, Alegria, Contentamento.

Exulto significa em latim Saltar, Pular, Ferver, Palpitar, Exultar de Alegria, Estar Orgulhoso, Envaidecer-se, Orgulhar-se, etc.

Liga-se este nome a Felicitas, que não é mais do que a tradução em latim do seu nome anterior. Os Gregos, os Romanos, os Fenícios e outros povos antigos tinham por hábito traduzir nas suas próprias línguas os nomes de pessoas e de cidades.

Júlio Castilho, que aceita o Allis Ubb, justifica-o deste modo:

«Quem nos pode dizer se a baía não foi então muito mais vasta e formosa do que hoje?»

«Poderia ser» afirma, acrescentando «que tivessem as vertentes do Tejo dois desaguedouros para o Oceano, um ao norte, outro ao sul, ficando os penhascos de Almada no seu meio a modo de uma ilha como anteriormente dizia o barão de Eschwege.»

Existindo a antiga forma Kudiya, é mais uma achega à hipótese que apresento, pois, em grego, temos Kudaíno, de Kudos, que é: celebrar, honrar, glorificar e causar alegria a alguém, tributando-lhe honras.

Vemos, então, que os Gregos ao lado da forma Olissipo, transcrição da pronúncia como a ouviram os primeiros helenos que por aqui se aventuraram, também usaram a tradução do nome Felicidade como mais tarde fizeram os Romanos.

Como facilmente vemos, relacionado está o grego Kudos, que significa, senão a alegria pura e louca, pelo menos aquela alegria orgulhosa, a alegria vaidosa, a alegria de ser honrada, celebrada, glorificada, de ser, enfim, ilustre e famosa. Felicidade em suma.

Aqui nesta terra feliz, onde o Sol se escondia, a deusa Lua tinha os seus melhores e mais fiéis admiradores.

Ligada ao planeta Vénus e reunida ao culto de Cynthia vemos aqui, desde os tempos imemoriais, a adoração da Deusa-Mãe representada pelos aborígenes nas mais antigas representações lunares.

Vemos que o seu nome primitivo deveria começar com Ast, com o significado de estrela, fado, felicidade, como se vê no dicionário de Carlos Góes, de raízes e cognatos, 1921, Brasil.

Concluiremos reafirmando que os antigos não apelidaram de novo e arbitrariamente esta cidade, mas traduziram nas suas línguas o seu nome que foi, é e será: A Cidade Feliz. A mais ditosa cidade do mundo...

Lisboa, a sempre feliz.



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA IGREJA DE JESUS

pelo DR. FERNANDO CASTELO-BRANCO

PASSANDO um dia pela Rua da Academia das Ciências, reparámos numa lápide colocada nas traseiras da Igreja de Jesus, onde se lê:

EM 8 DE JVLHO D 661 MOR
RERAM TRES HOMENS
NA BOBEDA DESTA SA
CRISTIA PED HVM PA
DRE NOSSO E HVA AVE
MARIA POR SVAS ALMAS

A inscrição está bastante bem conservada, encontrando-se apenas um pouco mutiladas duas letras: o primeiro *E* da linha inicial e o *D* da quinta linha.

Não tínhamos ideia de a ter visto no valioso e útil *corpus* de epigrafia olisiponense ⁽¹⁾ que J. M. Cordeiro de Sousa organizara com a competência característica dos seus trabalhos nesse domínio ⁽²⁾. E na verdade verificámos não figurar ali, como também não a encontrámos entre as inscrições estudadas nos artigos de epigrafia reunidos na *Colectânea Olisiponense* ⁽³⁾.

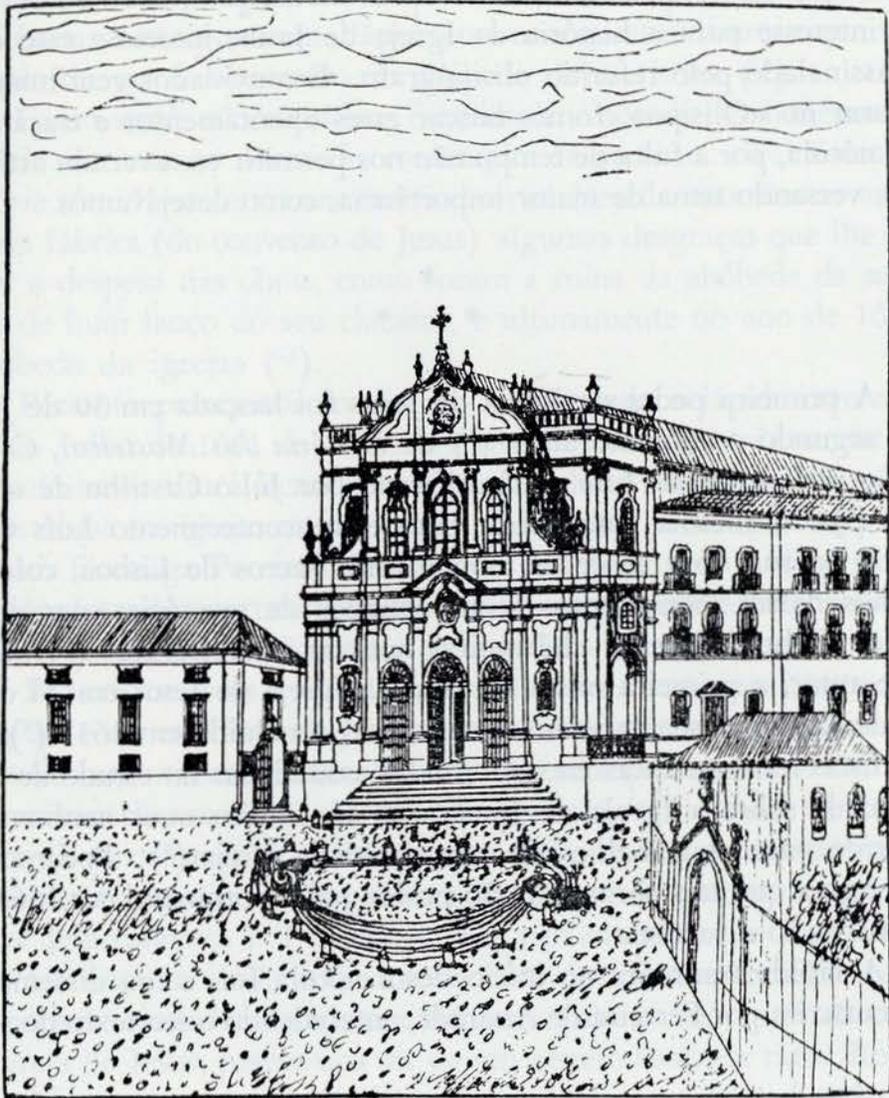
Continuando as nossas pesquisas, agora incidindo sobre obras onde se estudasse a Igreja de Jesus, acabámos por encontrá-la transcrita num artigo de Ferreira de Andrade ⁽⁴⁾. No entanto conservámos os aponta-

⁽¹⁾ *Inscrições Portuguesas de Lisboa (Séculos XII a XIX)*, Lisboa, 1940, edição da Academia Portuguesa da História.

⁽²⁾ Sobre este investigador veja-se o seu elogio académico traçado por António Joaquim Dias Dinis — Academia Portuguesa da História, *Elogio de J. M. Cordeiro de Sousa*, Lisboa, 1971.

⁽³⁾ Três volumes editados pela Câmara Municipal de Lisboa em 1953, 1958 e 1966.

⁽⁴⁾ *A Igreja de Nossa Senhora de Jesus* in «Olisipo», Lisboa, Abril, Julho, Outubro de 1945 e Janeiro de 1946, n.º 30-33.



mentos tomados, pois muito embora a inscrição não estivesse inédita, pareceu-nos que não fora devidamente aproveitada, porquanto se revestia de certo interesse para a história da Igreja de Jesus, interesse esse que não fora assinalado pelo referido olisipógrafo. E convidados gentilmente para colaborar no «Olisipo», fomos buscar esses apontamentos e traçámos esta breve nótula, por a falta de tempo não nos permitir escrever um artigo mais longo, versando tema de maior importância, como desejávamos.

*

* *

A primeira pedra da Igreja de Jesus foi lançada em 30 de Julho de 1615, segundo o anónimo autor ⁽⁵⁾ da *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, classificado por Júlio Castilho de «precioso livro» ⁽⁶⁾. A mesma data indica para esse acontecimento Luís Gonzaga Pereira, na sua obra sobre os monumentos sacros de Lisboa, colecção de desenhos desses monumentos acompanhados de memórias, nas quais, no dizer de Gabriel Pereira, «há muitas notícias interessantes» ⁽⁷⁾. Segundo aquele autor, a primeira missa foi dita na Igreja de Jesus em 24 de Fevereiro de 1623 e a sua capela-mor teria sido concluída em 1633 ⁽⁸⁾.

Estas mesmas datas encontramos-as assinaladas no estudo de Ferreira de Andrade sobre a Igreja de Jesus, que não indica mais nenhuma outra efeméride para os trabalhos de construção da igreja ⁽⁹⁾. Podemos acrescentar agora que tais obras se terão prolongado, porquanto em 1661 estava em construção a sacristia.

A lápide transcrita no início desta nótula foi, como dissemos, também transcrita por Ferreira de Andrade, antecedendo o seu texto do seguinte

⁽⁵⁾ Muito possivelmente um jesuíta, talvez o Padre Jerónimo de Castilho. A este respeito veja-se a advertência do Dr. Durval Pires de Lima à *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, Ed. da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1950, vol. I, p. XI.

⁽⁶⁾ *Lisboa Antiga — Bairros Orientais*, 2.^a edição anotada pelo Eng. A. Vieira da Silva, publicada pela Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1937, vol. VIII, p. 73.

⁽⁷⁾ *O Códice de Gonzaga Pereira* in «Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses», Janeiro-Março de 1909, 4.^a série, vol. XI, n.º 9, p. 591.

⁽⁸⁾ *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, prefaciado por A. Vieira da Silva, edição da Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa, 1927, p. 193.

⁽⁹⁾ *A Igreja de Nossa Senhora de Jesus* in «Olisipo», Lisboa, Abril de 1945, n.º 30, p. 88.

comentário: «A primitiva abóboda (da sacristia) caiu em meados do século XVII. Numa das paredes do edifício que deita para a rua da Academia das Ciências, está aposta uma lápide com os seguintes dizeres e que se refere, sem dúvida, ao desabamento da abóboda da sacristia» (10).

Como se vê, não considera Ferreira de Andrade que o desastre tivesse ocorrido durante as obras de construção da sacristia. Tal é-nos dito na *História dos Mosteiros*, mas sem indicar a data da ocorrência: «encontraram na fábrica (do convento de Jesus) algumas desgraças que lhe aumentaram a despesa das obras, como foram a ruína da abóboda da sua sacristia, a de hum lanço do seu claustro, e ultimamente no ano de 1694, toda a abóboda da igreja» (11).

Portanto parece-nos concluir-se, conjugando a lápide com a notícia, que em Julho de 1661 se estava a construir a abóboda da sacristia, tendo desabado nessa altura, ocasionando a morte de três homens. Daqui se induz que as obras na igreja se estenderam muito para além das datas indicadas por Luís Gonzaga Pereira e Ferreira de Andrade, pois só decorridas quase três décadas sobre a conclusão da capela-mor, se procedia à construção de uma dependência tão necessária ao exercício do culto como é a sacristia.

Diz-nos também a *História dos Mosteiros* que, para custear as obras da igreja e do convento de Jesus, apenas dispuseram os religiosos das «escolas de suas missas, de seus officios, dos acompanhamentos dos defuntos, e da música da sua capela» (12). Não terá sido em virtude de medidas de economia na construção — daquelas medidas de economia que acabam por causar mais despesas — que na obra da igreja e do convento se verificaram tantos desabamentos? É possível, mas não mais do que possível.

Um aspecto ainda se deve focar, este de ordem epigráfica: esta lápide que permite estabelecer mais um elemento para a cronologia da construção da Igreja de Jesus, parece-nos ser de um género bastante raro. Recordando um acidente como este e as vítimas que ele causara, não abundam lápides entre nós. Pelo contrário, supomo-las raras. Mais um motivo para lamentarmos que Cordeiro de Sousa não a tenha estudado com a competência com que tratava os temas epigráficos.

(10) *Idem, idem*, Lisboa, Janeiro de 1946, n.º 33, p. 29, nota 149.

(11) *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, cap. XII, § IV, Lisboa, 1972, vol. II, p. 21.

(12) *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, cap. XII, § IV, vol. II, p. 22.

HISTÓRIA DA IGREJA E CONVENTO DE S. DOMINGOS DE LISBOA

pelo DR. MANUEL H. LOURINHO

IV

O Convento

CONSTRUÍDO o convento de S. Domingos de Lisboa nos meados do século XIII que os frades desejavam fosse pobre e humilde como era sua base doutrinária, sofreu várias alterações até 1755.

Foi seu primeiro provincial frei Gil, mais tarde canonizado. S. Frei Gil era natural de Vouzela, distrito de Viseu, tendo morrido durante o reinado de D. Afonso III que lhe dedicava grande afeição e particular estima, pois o visitava com frequência na sua cela do convento.

Pouco se sabe no que respeita à fábrica primitiva dele, no entanto exerceu larga influência na história do nosso País em sucessos de louvor e até de mau porte. Pode porém imaginar-se que na sua primeira factura fosse composto de claustro, casa do capítulo, dormitório e demais dependências utilitárias e certamente biblioteca. O estilo românico era seguido com uma certa norma, embora já na época por essas Europas fora e principalmente em França o gótico estivesse em uso.

A primeira transformação de relevo foi feita pelo rei D. Manuel I — História de S. Domingos por Frei Luís de Sousa, parte IV, capítulo II, pág. 8 — que mandou construir um dormitório em primeiro andar com frente extensa sobre o Rossio, com o fim de melhorar as condições de alojamento dos frades mas também de evitar o prejuízo das cheias que periodicamente o invadiam, vindas das elevações que o rodeavam. Quem teria construído o dormitório e obras acessórias? Voltado à praça do Rossio que tinha já nessa época, com a presença dos reis, no paço dos Estaus, uma categoria de sala de visitas da cidade, não é provável que D. Manuel I

deixasse ao alvedrio de qualquer a transformação do convento. Não é muito provável, dado o interesse que o «Venturoso» mostrou sempre em marcar a sua passagem pelo mundo, em actos que chegaram aos nossos dias, em obras e factos. O Boitaca, os Arrudas, os Mateus Fernandes não teriam qualquer deles interferência na transformação sofrida pelo convento? Como mais de um terramoto atingiu por vezes a cidade, desde a construção até ao desaparecimento do convento em 1834, sofreu várias modificações que devem ter alterado não só a sua estrutura interna como também o seu hábito externo.

À data da publicação da História de S. Domingos por Frei Luís de Sousa, sabe-se que o claustro era espaçoso, com varandas alegres e desafogadas que repousavam sobre arcos de pedra com remates e embutidos de jaspe verde e preto. No meio do terreiro que era cercado com grades, tinha um tanque oitavado que sustentava ao centro uma grande taça, com repuxo, que recebia água de um dos pilares. Esta obra do tanque e da taça foi lavra de Frei Pedro Calvo.

Todas as paredes do claustro eram revestidas de painéis de azulejos de boa factura e com dísticos em latim. Eram passos da vida de S. Domingos e em número de dezassete, sendo os referidos dísticos da autoria de Frei Luís de Sousa. Era um documentário muito interessante, não só pela sua fábrica, como pela originalidade e que merecem ser registados um por um.

1) — A mãe de S. Domingos (D. Graça de Aça) deitada no leito, representado-selhe, em visão, um cão com uma tocha acesa na boca e a inscrição: «*Veras cives genetrix celestem cordes in alvo. Qui mandem accenso personit ore canem.*»

Mais dezasseis painéis, todos de azulejo como já se disse, relatando a vida de S. Domingos, com a respectiva inscrição latina, e que são:

2) — S. Domingos menino, saindo do baptismo, tendo gravada uma estrela na testa e com a inscrição: «*Jaz in ventre latem jam sacro fonte lavatus.*»

Seguindo-se os restantes que são:

3) — S. Domingos com o bispo de Osma, impossibilitando o fogo de destruir o livro em que estavam escritas as virtudes da doutrina sagrada.

4) — A Rainha dos Anjos dando a S. Domingos um rosário.

5) — S. Domingos na guerra dos Albigenses, como alferes da sagrada bandeira, no campo de batalha dos católicos.

6) — S. Domingos evitando a ruína da igreja de S. João de Latrão, com a inscrição: «Quam patent quandum templi cohibere minem. Per sobilem versus quoque falsit Atilas.»

7) — S. Domingos, com as mãos nos olhos, levantados para o céu, pedindo clemência a Cristo que irado parece disposto a castigar o mundo; mostrando a Virgem Maria, o Santo, para penhor de suspensão do castigo e fiança de emenda absoluta do pecado.

8) — S. Domingos recebendo de joelhos a confirmação da Ordem Dominicana pelo Papa Gregório III.

9) — S. Domingos pernoitando na igreja do Vaticano, em oração, em frente das relíquias de S. Pedro e de S. Paulo, recebendo, do primeiro, o bordão para o encaminhar na terra e, do segundo, um livro para o orientar e ensinar a forma de pregar a doutrina da sua Ordem.

10) — S. Domingos, na cela de S. Reginaldo orando, este doente, pedindo as suas melhoras. A Rainha dos Anjos acompanhada das protectoras da Ordem, Santa Catarina e Santa Cecília, restituindo-lhas com óleo misterioso, mostrando e oferecendo o escapulário branco que era sua vontade desejar que fosse o hábito dos frades dominicanos.

11) — S. Domingos recusando a oferta de três bispados.

12) — S. Domingos, de joelhos, em frente a um crucifixo com os ombros nus e sobre eles carregando uma cadeira de ferro.

13) — S. Domingos triunfando sobre a morte por força da sua piedade:

- 1) O sobrinho do cardeal despedaçado pela queda de um cavalo;
- 2) O trabalhador esmagado contra a parede do convento onde trabalhava;
- 3) A chorosa viúva mostrando o filho morto;
- 4) Os quarenta romeiros afogados na caudaloso rio Tolosa.

14) — S. Domingos, com os religiosos em comunidade no refeitório do convento de S. Xisto em Roma, levantando as mãos e olhos ao céu, dando entrada a dois anjos que entregavam a cada religioso um pão, pois que tinham dado de esmola o único que havia no convento.

15) — S. Domingos arrebatado em êxtase diante de um crucifixo e o demónio voando por cima da sua cabeça ameaçando-lha com um enorme pedregulho.

16) — S. Domingos e um seu companheiro caminhando no deserto. Enorme tempestade de chuva provocando inundação e, mais ao largo, o céu sereno. O povo buscando o Santo e aclamando-o.

17) — S. Domingos entre os frades da Ordem, chorosos pela sua morte. Um anjo no ar com uma coroa e uma palma.

No claustro havia a capela de Santa Maria Madalena na parede fronteira à casa do capítulo. A capela fora mandada erigir pelo Bispo do Funchal, D. Frei Fernando de Oliva, flamengo de nascimento e que faleceu em 1614. A capela que era bem trabalhada em jaspes polidos e lavrados de várias cores que serviam de moldura a cinco painéis com imagens da vida da Santa, representada por sua vez em bem aparelhada escultura que se vê no centro de um nicho e que está rodeada de anjos que a elevam à audição de melodias celestiais. No pavimento da capela havia um túmulo em mármore branco colorido de cintas de mármore vermelho que servia de campa e que deve ter sido mandado lavrar por parente de João Abreu e Castro que foi guarda-mór da Torre do Tombo, a quem a capela e o jazigo foram vendidos pelos frades.

A casa do capítulo passou a sacristia do convento. O convento foi melhorado grandemente, embora a fachada não tivesse a imponência que exigia o facto de dar frente para o Rossio, como se verifica na planta da cidade, — plano João Nunes Tinoco —, vol. VII da Lisboa Antiga de Júlio de astilho.

A serventia da igreja para o convento, por intermédio do claustro, era através da chamada porta das Graças, por onde passavam os frades quando iam do refeitório para o coro com o fim de darem graças a Deus pelo pão de cada dia e encomendarem as almas dos benfeitores que os ajudavam a manter.

Pouco se sabe da função conventual a não ser que genericamente os frades foram sempre grandes eruditos e do convento terem saído grandes capacidades.

Chegados à data de 1 de Novembro de 1755 dá-se nova destruição do convento com o tremor de terra que assolou Lisboa. Modificações se fazem dando nova fábrica ao convento de que se pode dar nota o seguinte:

Novo convento depois de 1755

O claustro do convento é quadrado tendo de cada lado cinco arcos de pedra lavrada, ficando dois mais pequenos nos ângulos. Sobre os quatro arcos corre uma cimalha de pedra pelos quatro lados e em cima de cada pilar dos arcos há uma pirâmide e ainda grades de ferro de uma outra pirâmide, nas quais terminam quatro lanços de varanda que ficam sobre os quatro inferiores do claustro. Dois são descobertos dando para eles as janelas das celas, ficando só coberto o que corre encostado à janela que está à mão direita de quem vai da sacristia para a portaria.

Todos os lanços do claustro da parte inferior são revestidos de azulejos. No lanço que corre da sacristia para a portaria há nove capelas todas de arco de pedra lavrada em várias cores. Em todas as capelas há retábulos ou painéis com moldura dourada. No lanço do claustro que fica à mão esquerda de quem vai da sacristia, tinha ao meio a casa do capítulo na qual se entra por um arco que é o do meio. Os lados da casa do capítulo são todos de pedra bem lavrada com uma sepultura em cada um deles pois serve de capítulo e cemitério dos religiosos e aula de estudos, cercada de assentos e com paredes guarnecidas de azulejos. O tecto é de abóbada com quatro colunas de pedra inteira procedendo de cada coluna quatro arcos os quais terminam em pilares que ficam encostados às paredes. Fronteiro ao arco que serve de entrada está outro que forma uma cabela em que há uma pintura com moldura dourada representando o Juízo Final.

No lanço à direita que dá para a casa do capítulo, por detrás da parede deste lanço fica o refeitório.

Antes de chegar à casa do capítulo há a escada principal que sobe para os dormitórios, larga e forrada de azulejos entrando por ela nos dormitórios inferiores que ficam no primeiro andar que são dois, em forma de cruz, estucados em esteira, com muita claridade e que têm altura suficiente para os portais em pedra de cada cela. Os dormitórios foram lajeados e forrados de azulejo. Há uma escada para os dormitórios do

segundo andar, que tem tecto de madeira; estes dormitórios são mais altos que os de baixo, foram lageados posteriormente e forrados também de azulejo.

No dormitório de cima abriu-se uma porta que ficou a meio do dormitório, para dar entrada para a biblioteca. As estantes são de madeira rica com obra de marcenaria e talha, divididas com pilares de madeira e airoas pirâmides.

Defronte da porta principal que dá para o Rossio fica um altar com arco de pedraria com moldura dourada, com a imagem de Nossa Senhora do Rosário. Uma escada de pedra dá descida dos dormitórios para o Rossio pelas portaria, com tecto de abóbada e as paredes de azulejo a boa altura.

Obrigações do convento

Em 1732 o convento ficou com a obrigação de dizer 9538 missas por ano, em média 795 por mês, excepto em Novembro e Dezembro que eram só 79. A redução foi feita por decretos dos Papas Inocência III e Benedicto XIII sendo provincial da Ordem Frei Tomaz Ripoli. O provincial para Portugal era Frei Cristóvão de S. Tomaz e prior do convento era Frei José de Sousa. Assim foi dispensada a missa conventual a não ser que houvesse que a dotasse particularmente, mas a comunidade teria que dizer, obrigatoriamente, a missa cantada aos sábados. Entre as missas cantadas de requiem, havia uma por plena satisfação e por todos os benfeitores, com o requiem cantado uma vez por ano no fim da missa (*libra me Domine*). O número de missas por ano passou em 1747 para 10 893 em 1751 para 12 503.

Sacristia

Fronteira à porta que dava entrada à sacristia e a meio dela havia uma capela de pedraria com mísulas dos lados e com frontispício de quarteiras sobre o seu arco que contava de pedras de várias cores sendo da mesma pedra o frontal do altar. Por cima do altar ficava uma imagem de Cristo crucificado e sobre ela uma janela que dá luz ao aposento, não só à capela mas a toda a sacristia, cujos lados eram ocupados por caixões iguais dum lado e de outro; eram de pau santo com tarjas embutidas de madeira rara com boas ferragens douradas nos gavetões. Por cima destes caixões a todo o comprimento, quadrados da mesma madeira que têm no

meio tarjas embutidas. Os quadrados de molduras bem trabalhadas são divididos por mísulas também lavradas com capitéis em pau santo. No espaldar de cada parte há quatro espelhos. Sobre as mísulas e capitéis corre uma cimalha sobre todo o respaldo. Sobre o respaldo há quatro grandes janelas que sobem à cimalha real da casa mas só duas que ficam à esquerda da entrada, dão claridade, sendo as outras duas fingidas com vidraças verdadeiras. O pavimento é de mármore de várias cores. Aos lados da porta, dum lado há gavetas onde se guardam missais e do outro lado o lavatório. Há um bufete de pedra com pé no meio da sacristia e junto dele um lugar que guarda relíquias de Luís de Granada que faleceu em Dezembro de 1588 e Frei Vasconcelos, em Fevereiro de 1652.

Era esta a fábrica do convento quando em Dezembro de 1834 foi extinto e posto em almoeda todo o terreno que ocupava.

V

Estado geral da igreja em 1957, antes do arranjo da fronteira em 8-12-1957

O edifício da igreja com frontaria em estilo pombalino tem a sua frente voltada ao poente e é orientada segundo o seu maior eixo na direcção leste-oeste. As faces laterais do edifício voltadas ao norte e ao sul são tapadas por edifícios ocupados para habitação e lojas de várias mercadorias. A frontaria tem beleza, mas não se mostra cuidada pois apresenta alguns pedaços de reboco caídos. Toda a frente do edifício é rodeada por uma grade em ferro, que limita um pequeno patamar de entrada. A entrada para a igreja faz-se por três portas de madeira, sendo a central maior que as outras duas. Todas elas são instaladas em portadas de granito sem quaisquer adornos artísticos.

A fachada tem uma varanda ao centro com balaustres, em pedra e dois janelões um de cada lado da varanda. A varanda e os janelões têm grandes vitrais — um, o do centro, com as imagens de duas santas, Santa Justa e Santa Rufina. No janelão da direita com S. Francisco d'Assis e no da esquerda com a imagem de S. Domingos.

A entrada para a igreja, pela porta principal, faz-se por um guarda-vento com porta ao meio e duas portas laterais em madeira. Entra-se na igreja por baixo do pavimento do coro que é sustentado por dois pilares atrás de um dos quais há em mármore uma pia para água benta.

A igreja tem um só corpo com três pavimentos, um cantral ocupando quase todo o espaço e dois laterais iguais, só para passagem. Há uma ligeira diferença de nível do pavimento central para qualquer dos laterais. Todo o pavimento central é cercado por grades de madeira com balaustres formando um todo fechado excepto nas passagens para a entrada e para o cruzeiro, este ao meio.

O pavimento central é de madeira com um piso ao meio, a todo o comprimento, que é de pedra.

Junto aos dois pavimentos laterais vêm-se oito altares, quatro de cada lado com imagens do santo da sua invocação.

Por cima dos altares vêm-se varandins em pedra e por cima de cada varandim um vitral com a imagem do orago do respectivo altar.

Todos os altares têm grandes telas que lhe servem de fundo e são separados uns dos outros por colunas cilíndricas em mármore escuro.

As imagens de Santa Justa e Santa Rufina estão no altar-mor.

O arranjo começou em 8-12-1957. A porta principal era da Capela Real do Paço da Rainha e a varanda exterior era de restos de outros templos.

VI

Depois do incêndio

O incêndio da igreja, que foi obra de anarquistas, começou às 20 horas no dia 13 de Agosto de 1959 (quinta-feira). A última missa começou às 18 e 30 e o sacristão fechou a porta da igreja às 19 e 30.

A comunicação do incêndio foi recebida na Central dos sapadores bombeiros às 20 horas e 40 minutos e as primeiras viaturas chegaram ao local quatro minutos depois, onde ainda se encontrava o sacristão José Pereira Jacinto acompanhado do seu colega Augusto Vieira, prontos a sair, junto da sacristia — portanto pela retaguarda do edifício que dá para a Rua da Palma. O primeiro, alertado pelos populares e bombeiros, abriu a porta principal o que determinou a imediata irrupção do fogo a toda a igreja.

A enfermeira subchefe do Hospital de S. José diz: «apaguei todas as velas do templo e preparei-me para sair eram 20 horas e trinta minutos» Viu sair fumo ligeiro do altar-mór mas como lhe cheirou a inceso não fez reparo. O Santíssimo Sacramento foi retirado a tempo pelo cônego Júlio Matias e levado para a igreja do Coleginho.

A capela-mor foi destruída, bem como todos os altares, imagens e telas de diversos pintores, inclusive o sacrário de alabastro ornado de esculturas.

A capela-mór fora delineada pelo architecto Ludovice encimada pelas estátuas de S. Domingos e S. Francisco. Perderam-se as imagens de Santa Rita, Santo António, Nossa Senhora do Rosário, S. Francisco Xavier, S. João de Brito, Cristo Rei, Santa Teresinha, S. José, Nossa Senhora da Conceição, Senhor dos Passos, tendo ficado meio carbonizada a imagem de Nossa Senhora de Fátima que se encontra actualmente no claustro abandonada. Algumas telas dos altares eram de Pedro Alexandrino, uma tela a óleo representando Nossa Senhora em Glória dos Anjos de Josefa de Óbidos, quadros representando a vida de Cristo do século XVII, retratos de S. Domingos, Gregório VII, D. João V, S. Jerónimo do século XVII, O Senhor da Cana Verde, visão do Rosário por S. Domingos, imagem de Nossa Senhora das Dores e em penha de talha dourada Nossa Senhora da Conceição, Santo Amaro, S. Vicente Ferrer e outras.

Não foi destruído o arquivo paroquial, bem como todos os valores que estavam guardados fora do corpo da igreja, tais como os paramentos em uso e algumas imagens, valores que estavam na sacristia e no corredor que leva à capela-mór. Na comunicação que leva do corpo da igreja à sacristia há em frente — que se salvou — um nicho com a imagem de Nossa Senhora da Nazaré, representa o milagre de D. Fias Roupinho, e noutro nicho à direita Nossa Senhora da Escada.

A casa forte situada atrás do altar principal debaixo do trono não foi atingida pelo incêndio ali se encontrando os paramentos mais ricos e as roupas do altar, bem como cruzes, lanternas, ciriais, varas, custódias, relicários, vasos de sacrário, agalhetas de cristal, jarros, bacias, caldeirinhas de prata trabalhada e também uma escrevaninha de prata lavrada, um relicário de Santa Bárbara em cristal e ouro e pedras preciosas, um relicário de S. José, âmbula, conchas, cálices de prata e ouro, coroas, espelendores, diademas, fios, anéis, contas e brincos de ouro, louças e outros valores. A coroa de Nossa Senhora de Fátima, em ouro, que era colocada nos dias 13 de cada mês foi destruída.

O jornal «O Século» de 14 de Agosto sexta-feira relata assim:

«O carro (de reportagem do Século descia ontem às 20 e 35 a Rua da Palma quando um dos nossos repórteres notou que um rolo de fumo se elevava da igreja de S. Domingos. O carro contornou o bloco de prédios

contíguo ao templo do lado da Praça da Figueira e quando alcançou a frontaria da igreja, as labaredas eram já furiosas e altíssimas.»

No incêndio morreram, vítimas de desmoronamentos, dois bombeiros João Francisco, de 37 anos, casado, pertencente à 4.^a companhia e Francisco da Silva Gomes, de 33 anos, casado.

Esteve presente o seguinte material: 13 prontos-socorros, 4 autotanques, 7 auto-escadas, 13 viaturas auxiliares e 9 viaturas de comando e reconhecimento, aproximadamente 300 homens.

Começaram em Setembro de 1959 as obras de remoção do entulho, tendo sido encontrados pelos operários nove castiçais de prata, quatro resplendores pertencentes às imagens que estavam no altar-mor, duas palmas de prata. A Fazenda Nacional vendeu a madeira carbonizada a sete centavos o quilo. A Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais tirou os moldes dos florões que decoravam a capela-mór.

A primeira missa celebrada depois do incêndio foi em Agosto de 1959 e realizou-se na sacristia. A missa foi dita pelo cónego José Correia de Sá (Asseca). Ao evangelho o celebrante referiu-se à tragédia que enlutou os fiéis, tendo acrescentado que o acto seria celebrado pelas almas dos bombeiros mortos no fogo e por todos os que trabalharam na extinção do incêndio.

A Irmandade do Santíssimo segurava uma parte que lhe pertencia sendo seguras pelo pároco as dependências destinadas a habitação do clero. Há três apólices de seguro. A primeira feita em 1832 no valor de 160 contos. Em Maio de 1959 passou para 550 contos, cobrindo alfaias e paramentos que em grande parte não arderam, por se acharem na sacristia. Uma segunda apólice é de 15 de Dezembro de 1932 no valor de 320 contos cobrindo madeiramento e telhados da igreja e suas dependências pintura do tecto, coro da capela-mor, ornamentos de órgãos, guarda-ventos e portas. Este seguro feito em nome da Irmandade de SS. Sacramento da Antiga Igreja e de S. Domingos e paroquial de Santa Justa e Rufina do 2.^o Bairro.

A terceira apólice é de Maio de 1947 em nome da Corporação Fabricadeira de Santa Justa e Rufina, no valor de 212.500 escudos e cobre a propriedade que serve de residência ao clero.

Um técnico especializado da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais conseguiu reconstruir as cabeças de S. Domingos e S. Francisco encontradas nos escombros, assim como a imagem do Pastor com o Cordeiro que embelezava parte do sacrário. (Setembro 1959).

Em 28 de Maio de 1945, o pároco da freguesia, cónego João Nunes Ferreira entregou na Secção de Finanças do 3.º Bairro Fiscal um inventário do recheio da igreja de S. Domingos que ali se deve encontrar arquivado.

Em 17 de Agosto de 1959 estiveram na sacristia da igreja os arquitectos Joaquim Rebocho conservador dos monumentos de Lisboa e Lister Franco dos monumentos nacionais a fim de elaborarem o arrolamento dos salvados.

Quase todas as propriedades em volta da igreja de S. Domingos são propriedade da Câmara — Rua Barros Queiroz até meio, Calçada do Garcia e da Rua do Arco da Graça grande parte delas, as da ala poente da Rua da Palma, de Martim Moniz a S. Domingos são quase todas da posse da Câmara.

Actualmente a igreja — Julho de 1971 — encontra-se fortemente danificada pela acção do incêndio de Agosto de 1959. Está tapada com uma cobertura de plástico amarelo esverdeado. As janelas do lado norte estão cheias com alvenaria e as do lado sul com plástico ou outro material que deixa passar a luz.

Além do altar-mor onde está uma ara em que se realiza o Santo Sacrifício da Missa, há mais quatro altares com imagens. Duas do transepto a do braço esquerdo com a imagem do Sagrado Coração de Jesus em madeira e a do lado direito com um grupo Pietá. Os dois outros altares são no corpo da igreja, um com a imagem de Nossa Senhora de Fátima, em substituição da que se encontra no claustro meio carbonizada pelo incêndio e outro em frente do local da antiga capela de Jesus, com a imagem de Nossa Senhora da Conceição.

O corpo da igreja e o centro do transepto são ocupados por cadeirascas para uso dos fiéis, com estrado em frente de cada fila, que as liga umas às outras.

A imagem de nossa Senhora da Escada ocupa agora um nicho na passagem da igreja para a sacristia, onde existe igualmente outro nicho com a imagem de Nossa Senhora da Nazaré.

No claustro que é actualmente uma espécie de corredor, servindo para arrumações, há além do mais, um túmulo, com a estátua jacente dum indivíduo do sexo feminino que parece ser primitivo.

Há quatro confessionários dois de cada lado no corpo da igreja.

Todos os restantes altares três de cada lado são uniformemente iguais, encimados por uma cruz com o corpo de Jesus em ferro forjado, ladeada por dois castiçais da mesma matéria.

Das duas varandas do transepto só uma conserva a balaustrada.

No claustro está ainda uma urna de dimensões reduzidas com os restos do infante de Portugal — D. Afonso, filho de D. Afonso III —. Na urna que para ali foi transferida encontra-se uma inscrição que diz estar ali D. Afonso filho de D. Afonso III e de sua mulher D. Brites que fundaram o convento.

É com profunda emoção que termino estes apontamentos sobre a igreja e o convento de S. Domingos de Lisboa, ao recordar que milhares de portugueses e certamente milhões, desde a sua construção, entraram na sua igreja. Ali rezavam e ofertavam a Deus as suas preces em perdão de faltas ou omissões cometidas; ali se realizaram actos de protesto, de júbilo, de glória pela grandeza de Portugal.

Foram muitos, entre eles o signatário, que os liga a S. Domingos de Lisboa a lembrança de momentos de fé e confiança que a vida destes tempos faz oscilar tantas vezes.

BIBLIOGRAFIA

História de Portugal — L. Gonzaga de Azevedo, vol. VI.

História de S. Domingos — Frei Luís de Sousa, tomo I, p. 84 e outras.

Paróquias de Lisboa

Torre do Tombo — *Códices 1466 1498 Dicionário Geográfico*.

Sumário — Cristóvão Rodrigues de Oliveira.

Figuras e Episódios da Restauração — A. Rodrigues Cavalheiro e Pastor de Macedo.

Arquivo Paroquial

Boletim da Associação dos Arqueólogos, 1910, n.º 1.

Biblioteca Nacional — *Planta do Rossio*.

Baptista de Castro.

Monumentos Sacros de Lisboa — Gonzaga Ribeiro.

Sumário de Vária História — Ribeiro Guimarães

Memórias — Voldemar Machado.

O Meu Depoimento — Marcello Caetano.

Caderno 325 — Torre do Tombo — Inventário entregue na repartição da Fazenda em 1883.

Manuscrito — *Conventos e outros edifícios religiosos* — Edição da Câmara Municipal de Lisboa.

Lisboa Antiga — por Júlio de Castilho.

A PROPÓSITO DA IGREJA DE S. JULIÃO

A propósito das perspectivas de demolição da Igreja de S. Julião, assunto a que temos dado o merecido relevo, recebemos do Grupo «Amigos de Lisboa» a seguinte carta, assinada pelo seu director secretário-geral, Dr. José Cassiano Neves:

«Em nome da Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa», cumpre-me agradecer a V. Ex.^a os protestos levantados acerca da demolição da Igreja de São Julião, que faz parte do património artístico e cultural da nossa capital.

A baixa pombalina, pelo seu equilíbrio, constitui um conjunto único que bem merece e necessita de uma especial protecção, e neste caso, a demolição da frontaria da referida Igreja vai alterar profundamente todo o conjunto que acompanha os Paços do Concelho.

Os «Amigos de Lisboa» congratulam-se pela decisão tomada pela Câmara Municipal, acompanhando o seu Presidente no apelo ao Governador do Banco de Portugal.

Ao menos salve-se a frontaria.»

(De «República», de 24-4-1974).

Lisboa na Comemoração
do Tricentenário da Morte de
LUIZ DE CAMÕES

Palestra realizada no Grupo «Amigos de Lisboa», em 15-12-972.

por F. A. DE OLIVEIRA MARTINS
Da Academia Portuguesa de História

Com uma carta, inédita, de Ramalho Ortigão para J. P. de Oliveira Martins, a propósito da comemoração do tricentenário do Poeta.

Senhor Presidente
Minhas Senhoras
Meus Senhores

Está o País vivendo a comemoração do 4.º centenário da publicação de os «Lusíadas». Não quis deixar o nosso Grupo dos «Amigos de Lisboa» de se associar às comemorações em desenvolvimento. Mereci da nossa Direcção a honrosa incumbência de levar a efeito a celebração oratória.

No desejo de corresponder à incumbência procurei o tema que encontrei na invocação das espectaculares manifestações patrióticas a que Lisboa assistiu e o seu povo se associou de maneira singular, aquando da celebração do tricentenário da morte do Poeta, em Junho, do recuado ano de 1880. Naquela hora o movimento de exploração geográfica punha em risco a segurança dos territórios portugueses de além-mar, abafados na corrente da intriga e da expansão colonial estrangeira, que contrastava com a pasmada operacionalidade portuguesa — Portugal dormitava sobre o ultramar, ao passo que a Alemanha, a Inglaterra e a Bélgica se preparavam deliberadamente para a conquista do que em África, Portugal arcaicamente proclamava ter autênticos direitos históricos: o mundo progressivo moderno exigia de nós que ou passássemos do histórico ao operacional decidido, activo, ou largássemos. Camões surgia, ao espírito dos que procuravam um Portugal renascente, como um símbolo. Tomado como tal, a comemoração do terceiro centenário da morte do Poeta, foi pretexto

magnífico, estimulante de sentimentos solapados no peito de muitos patriotas, desejosos de se afirmarem ao serviço de um novo destino pátrio. Do facto a importância de que se revestiu o acontecimento que vamos evocar nas suas linhas gerais, e que mobilizou o escol português.

Numa hora de inteira perturbação pátria, motivada por acontecimentos de ordem externa e interna, na Sociedade de Geografia, na sessão de 21 de Maio de 1879, o secretário Luciano Cordeiro lê uma proposta de Joaquim de Vasconcelos no sentido de que a Sociedade tomasse a iniciativa da celebração do terceiro centenário da morte de Luís de Camões, em 10 de Junho de 1880.

Joaquim de Vasconcelos queria que a Sociedade de Geografia elege-se a grande comissão de propaganda e a comissão executiva para os trabalhos preparatórios; a Sociedade de Geografia procederia, de acordo com as outras associações literárias, científicas e artísticas do País, oficiais ou não, à elaboração do programa definitivo das celebrações e a sua execução.

Desejava ainda Joaquim de Vasconcelos que o Governo de Sua Majestade — porque a obra de Camões era universal — concedesse à Sociedade de Geografia o direito de convidar oficialmente para as celebrações os sábios estrangeiros que mais haviam contribuído para a divulgação da obra do Poeta, o que era ainda uma forma de exaltação da nossa Pátria.

Pretendia o autor da proposta que se fizesse uma grande exposição camoniana e que do Governo se alcançassem os meios pecuniários necessários para a publicação de uma bibliografia geral camoniana. A Sociedade de Geografia inscreveria no seu programa a execução da grande missa de Requiem consagrada à memória de Camões, pelo grande compositor nacional João Domingos Bomtempo.

Sobre o exposto pretendia-se a criação de uma medalha comemorativa do centenário, destinada a premiar os trabalhos literários, nacionais e estrangeiros, sobre Camões, incluindo traduções da obra do Poeta, obras de arte, originais, e produções tipográficas relativas a Camões.

Haveria finalmente, uma grande medalha de honra, de ouro, destinada a premiar o escritor nacional que mais houvesse trabalhado na literatura camoniana e outra da mesma ordem, destinada ao escritor estrangeiro que se houvesse mais distinguido e propagandado eficazmente a glória do Poeta e da Nação.

Decorreram meses; na sessão de 17 de Dezembro de 1879, sob a presidência do respeitabilíssimo Dr. Barbosa du Bocage, entrou em discussão

a proposta de Joaquim de Vasconcelos que foi seguida de uma outra da autoria de Cipriano Jardim.

Cipriano Jardim, conhecedor das correntes políticas que se entrecrocavam na sociedade portuguesa, propõe que seja convidado para presidente da comissão promotora das festas do centenário de Camões, o Visconde de Juromenha, o homem que mais trabalhara para o restabelecimento da verdade histórica sobre o nosso Épico, tendo pelos seus grandes esforços descoberto a data positiva da morte do Poeta. Para além do referido, no domínio da política a posição neutral do Visconde impunha-se, emprestava a todos os actos preparatórios do centenário a necessária imparcialidade — poderia ele grupar todos os esforços, sem dissidências de escola.

Cipriano Jardim, em complemento da proposta de Joaquim de Vasconcelos, alvitrava que fosse convidado para secretário da comissão dos festejos João Félix Alves Minhava, cidadão benemérito que reunira a camoniana mais completa que existira em Portugal. Com base na colecção do benemérito, tornava-se rápido e fácil o conseguimento duma grande exposição camoniana e a organização duma bibliografia por tantos desejada.

Propunha, finalmente, Cipriano Jardim que se procedesse a uma subscrição destinada a apurar as celebrações, a publicação da bibliografia e das conferências atinentes ao centenário que fossem celebradas nas salas da Sociedade de Geografia.

Em face da situação criada pela proposta de Joaquim de Vasconcelos e de Cipriano Jardim, que a completava, concretizando-a, Luciano Cordeiro, o maior obreiro da fundação da Sociedade de Geografia, faz ouvir a sua voz autorizada, acerca do significado da celebração nacional do centenário da morte de Camões. Ouçamo-lo:

«Acha-se assegurada a nossa ideia de imprimir à celebração do centenário de Camões uma solene homenagem reivindicativa do sentimento da solidariedade e da tradição nacional; uma comemoração literária e erudita teria só por si fraca expressão.

Combati a ideia de declinar para a Academia das Ciências a celebração do centenário, para fazer vingar o pensamento — que a tantos parece ingénuo, aventureiro e ousado, — de chamar a esta celebração, não apenas as sociedades e corporações literárias, mas, também, os altos poderes do Estado, a Imprensa e todas as associações, institutos e corporações científicas, literárias e artísticas, comerciais, industriais e políticas

do país, isto é toda a família portuguesa nas grandes forças e na plena coesão da sua vitalidade moderna.

Eu procuro o renascimento e a reivindicação das nossas melhores e mais características tradições, numa como que retrospectão, que, inteligente e crítica, não terá necessidade de deixar de ser piedosa e popular, do nosso lugar e da nossa acção, dos nossos feitos e da nossa individualidade, como raça, como nação e como estado, na civilização geral, o estímulo, o avigoramento, muitas vezes a lição e outras tantas o esforço, não poucas também a disciplina do espírito e da vontade nacional que de há tanto se nos afrouxa e nos falece.

Procuró, — continua Luciano Cordeiro — como Anteu, na Terra Mãe as energias para os novos cometimentos, quando menos, o remédio para os desalentos e indiferenças de ânimos abatidos ou desnorreados, em suma, para esta «apagada e vil tristeza» de que todos nos queixamos, que todos pressentimos como um perigo comum, e de que todos somos mais ou menos culpados. Creio no patriotismo como numa grande força moral, necessária, fortemente disciplinadora da continuidade da acção e da honra colectiva.»

Por dever de seu cargo Luciano Cordeiro, fundador e secretário da Sociedade de Geografia, tomando a direcção do movimento pró-comemorações, resolve congregar o jornalismo de Lisboa, confiado no patriotismo deste e da sua generosa camaradagem: «Só a Imprensa poderá constituir um centro de acção irresistivelmente preponderante, capaz de triunfar de todas as hesitações e capaz de se opor a todas as resistências.» A Imprensa de Lisboa seria secundada pela Imprensa portuense, tão activa sempre, e pela das províncias. Seria ela o grande centro donde haviam de irradiar as grandes iniciativas. «Está connosco o sentimento público, o instinto popular.»

Havia ainda o Governo; tornava-se perfeitamente lógico acordar com os poderes do Estado a sua adesão e auxílio, de lhes reservar o lugar de honra que competia à representação directa da vontade da Nação.

Excluir os poderes do Estado da celebração do centenário de Camões seria fazer destas uma afirmação revolucionária ou uma manifestação partidária, o que seria uma aberração.

Luciano Cordeiro pergunta:

— Revolucionária como? Contra a forma política do Estado! Mas no poema como na história, no espírito do poeta, como na tradição do País, nação e monarquia são termos, não só correlativos, mas idênticos.

Partidária de quem ou contra quem? Bradando, Luciano Cordeiro responde! — Camões não cabe num partido! — é a Pátria portuguesa, o seu esforço, a sua honra, a sua glória comum.

Cheio de fé no êxito da empresa que desejava se produzisse independente dos poderes do Estado, mas, em colaboração com estes, Luciano Cordeiro resolutamente convoca a Imprensa através do *Comércio de Lisboa*, de que era director, por meio de circulares dirigidas às redacções dos jornais de Lisboa.

Eis os termos da circular:

— A redacção do *Comércio de Lisboa* tem a honra de convidar os seus colegas da capital para uma reunião na casa da Sociedade de Geografia, Rua do Alecrim n.º 89-2.º andar, no dia 3, às oito horas da noite para se acordar no modo de comemorar o tricentenário de Luís de Camões. — Pela redacção, Luciano Cordeiro.

Em 8 de Abril de 1880 foi eleita, pela Imprensa, a grande Comissão Executiva das comemorações do tricentenário.

Foi esta constituída por Eduardo Coelho, Teófilo Braga, Luciano Cordeiro, Ramalho Ortigão, Rodrigues Costa, Magalhães Lima, Jaime Batalha Reis, Pinheiro Chagas e Visconde de Juromenha. Sobre o Visconde recaiu, muito justamente, a presidência da grande Comissão, que foi secretariada por Rodrigues Costa e Magalhães Lima.

Nas comemorações em projecto, a sociedade portuguesa encontrava-se representada, com verdadeiro entusiasmo, por todas as classes; todos se associavam para celebrarem a notável data; o acto que ia praticar-se representava a mais significativa e eloquente prova que o País podia dar de afirmação na defesa das suas glórias passadas e de as continuar, para o que a energia popular despertava por forma impressionante, ao passo que era espontâneo o acordo de todas as opiniões em face do que representava uma ideia de ordem, de progresso, e de unificação, no sentido lato das manifestações.

Na noite de 1 de Maio, na sala da Sociedade de Geografia, reuniram-se a convite da Comissão Executiva da Imprensa para a celebração em causa a maioria das associações populares e de classe de Lisboa.

Unânime foi a numerosa assembleia em aplaudir o sentimento patriótico da solenização nacional do dia 10 de Junho e, ainda, a incorporação total das corporações ali presentes, no grande préstito cívico, que

houve de realizar-se. As corporações tinham o espaço de 15 dias para discutirem e resolverem sobre quaisquer alvitres especiais que da assembleia ou da Comissão da Imprensa lhes fossem enviados.

A grande Comissão exigia alvitres e eles vieram:

Luciano Cordeiro deseja ver constituída uma comissão de cinco membros, que teria por missão escrever a crónica do centenário. Queria ainda que se realizasse sob a presidência do Chefe do Estado, na Academia Real das Ciências uma sessão solene que seria plenário das sociedades científicas de Lisboa, em honra de Camões, e mais uma visita à praça Luís de Camões pela infância escolar de Lisboa; deporiam as crianças flores na base do monumento — simbolizaria a romagem a saudação das gerações novas ao estro do Poeta magnífico. A praça foi iluminada com luz eléctrica, o que constituiu grande atractivo.

Nos Jerónimos de Belém, seria executada a grande missa de Bomtempo, consagrada à memória do Épico.

Finalmente, o fundador maior da Sociedade de Geografia alvitrava que se procedesse ao lançamento, no largo fronteiro dos Jerónimos, da primeira pedra para um monumento aos «Navegadores Portugueses» abrindo-se, para tal efeito, immediato concurso público.

José Eduardo Coelho, jornalista, fundador do «Diário de Notícias», fazendo-se eco da ideia de um incógnito, não literato, para exaltar o 10 de Junho, lembrava a instituição de uma ordem honorífica, que se denominaria «Camponiana», destinada a distinguir e premiar os homens de letras. Haveria dezasseis gran-cruzes, em homenagem ao século em que floresceu o grande Épico; tantos comendadores teria quantos os anos que Camões viveu; oitenta cavaleiros haveria, em recordação do ano em que o cantor de os «Lusíadas» se finara: o Grão-Mestre nato da Ordem seria o Chefe de Estado de Portugal.

Rafael de Almeida, director do *Diário Económico* — porque Teófilo Braga, numa das reuniões proclamava, e bem, que a grande maioria do povo não sabe quem é Camões, nunca leu os «Lusíadas» nem compreendeu jamais o seu valor histórico — propunha que a grande comissão executiva, da Imprensa, convocasse todos os proprietários de jornais, com tipografias próprias, a fim de chegarem a um acordo no sentido de se fazer uma edição barata de «Os Lusíadas», nunca menos que quinhentos mil exemplares; os volumes seriam postos à venda pelo preço do custo. Cada exemplar não deveria exceder o preço de 200 a 240 réis.

A edição teria o seguinte título: «*Lusíadas*», de *Luís de Camões* — oferecidos pelo jornalismo português aos seus concidadãos — 1880. Realmente a edição veio a ser um facto; dela possuo um exemplar.

Tomaz Victor da Costa Sequeira, activo colaborador do *Diário de Portugal*, pretende, por seu turno, que se leve a efeito uma edição especial, económica, da biografia de Camões para ser disseminada por escolas civis e militares do reino, no intuito de divulgar, quanto possível mais, nas modernas gerações, o nome e a história do homem singular, cúpula da literatura nacional.

Mas Tomaz Sequeira vai adiante — quer ele que os mestres das bandas regimentais dos corpos da guarnição de Lisboa e Belém compo-nham, em certames, uma alvorada de grande instrumental, para ser desem-penhada conjuntamente por todas as bandas e charangas na hora da celebração do Épico.

Rodrigo Afonso Pequito, professor e Secretário da Sociedade de Geografia, propõe que a manifestação a promover pelos jornalistas e escritores em homenagem a Camões fique duplamente assinalada publicamente: — pela instalação, no 10 de Junho, da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses, e pela colocação de uma coroa de bronze que fosse adaptada ao monumento do autor de os «*Lusíadas*», com a seguinte inscrição! — A Luís de Camões, a Associação dos Escritores Portugueses, no dia da sua fundação e do terceiro centenário do Poeta — 10 de Junho de 1880 —.

Recolhidas as sugestões que referimos e tantas outras que não coube aqui fixar, foram estas submetidas à Comissão Executiva da Imprensa, que procedeu ao respectivo estudo e discussão, nomeando relator Ramalho Ortigão, que para si tomou organizar o grande cortejo cívico.

Oiçamos Ramalho Ortigão:

«Suponho que a celebração do centenário de Camões deverá constar de duas partes inteiramente distintas: a comemoração e a festa. Fundar bibliotecas, fundar escolas, cunhar medalhas, criar prémios, escrever poemas, etc., são factos puramente comemorativos. A festa pública deve ter um carácter essencialmente popular, o que neste caso quer dizer: espectacular, brilhante. O povo não compreende festas sem um grande movimento e um grande ruído, sem uma explosiva expansão de cor e de som, uma corrente viva e estrepitosa de grandes efeitos de luz e de forma. É por esse motivo que o povo tem, contra todas as refutações da crítica erudita, uma predilecção especial e dominante pelas feiras, pelas touradas e pelas

procissões, que ele prefere como divertimento público, a todas as interpolações artificiais com que algumas vezes pretende divertir-lo uma civilização que não quer respeitar-lhe as tradições e a constituição estética hereditária. Neste ponto eu [Ramalho Ortigão] sou inteiramente da opinião do povo, e é com tais fundamentos que proponho para a festa do centenário de Camões o seguinte projecto e programa.»

Desse programa espectacular, na impossibilidade de o darmos na íntegra, respigamos parcelas:

— No dia 10 de Junho ao meio dia, reunir-se-á no Terreiro do Paço um grande cortejo triunfal que percorrerá a rua do Oiro, atravessará a rua do Arsenal até o Pelourinho e subirá a rua do Almada e o Chiado até à praça de Camões. No Terreiro do Paço será assinado um auto por todos os cidadãos que o quiserem.

Os regimentos da guarnição de Lisboa formarão em duas alas nas ruas do percurso do préstito, tendo nas bocas das espingardas ramos de oliveira, de louro e de carvalho. Os regimentos desfilariam atrás do cortejo.

Uma salva de artilharia em todas as fortalezas de Lisboa e em todos os navios surtos no Tejo marcará, e marcou, o momento em que o cortejo saía do Terreiro do Paço. Entretanto, subiria no ar uma girândola de mil foguetes. A esse sinal seriam engalanadas todas as janelas dos prédios das ruas por onde o cortejo passasse.

As senhoras de Lisboa seriam convidadas a lançar das janelas da cidade, sobre o cortejo em trânsito, as coroas e os ramos de flores que destinassem a Camões; estes seriam recebidos e levados até à estátua do Poeta em carros especiais, representando grandes cestos, engrinaldados de hera e de louros.

O cortejo seria constituído pelas principais corporações científicas e literárias da Nação; pela marinha portuguesa; pelas diferentes classes da população de Lisboa, pelos representantes das principais regiões agrícolas do país e principalmente dos diferentes departamentos marítimos do nosso litoral.

A representação numerosa da armada levaria no meio dela um carro triunfal representando um galeão português do séc. XVI empavesado. A esta seguir-se-ia o corpo docente da Universidade de Coimbra, de capelo e borla, seguido dos alunos de capa e batina. Os sócios da Academia Real das Ciências, vestindo traje académico, iriam acompanhados do senhor D. Fernando.

Com vetusto carro alegórico seguiam os membros da Imprensa portuguesa.

Do cortejo, ao chegar à Praça de Camões, os carros triunfais desceriam pela Rua do Alecrim.

Os carros de flores entrariam na Praça juntamente com o cortejo. As coroas seriam colocadas na grade circundante do monumento e os ramos, romanticamente lançados no espaço livre, situado entre a grade e a base da estátua. O cortejo dispersaria, e dispersou, pelo lado ocidental da Praça.

Ligados à traça dos carros alegóricos ficariam os nomes de Simões de Almeida (escultor), Bordalo Pinheiro, Manuel Macedo, Cohen e os cenógrafos dos principais teatros da cidade.

Em 1880, de regresso já à Pátria, acompanhando o movimento das comemorações, Oliveira Martins tomou-se do desejo de refazer a sua obra de 1872 sobre Camões. Os labores intensos da vida não lhe permitiram dar execução ao intento, que só em 1891 levou a efeito, sob o título de *Camões, «Os Lusíadas» e a Renascença em Portugal*.

No momento das celebrações e a propósito destas, escreveu Oliveira Martins:

«Na hora do Centenário de Camões, Portugal inteiro acordou como que para o arrependimento: o verbo camoniano, descendo em lágrimas de fogo, incendeia as almas portuguesas num desses renascimentos que experimentam os povos sacudidos pelas lembranças da história. O tempo chama-nos a todos, velhos e moços, para o campo da acção: — o melhor modo de prestar culto a Camões — Oliveira Martins o dizia — é não só comentar as suas obras, mas seguir-lhe os conselhos, levantando de pé, gloriosamente, a Pátria que ele tanto amou.

Alegram as festas de hoje, porque exprimem a alegria do povo. Ainda que ele apenas trate de se divertir nas fuções com que o centenário se celebra, — os mortos não dançam nem cantam — mas ainda assim é bom.

Ainda que se diga *santanário*, ou septenário, e Camões se arrisque a uma canonização à velha moda: ainda assim é bom.

Os entusiasmos e as ilusões tem um nobre papel no concerto harmónico dos coros cívicos. Uns têm a bossa da veneração administrativa, outros a bossa da independência irreverente: cada qual, no seu lugar, tem uma parte na orquestra.

O povo, quando se extasia admirativamente, é incapaz de dar a razão do seu acto, porque é a si próprio que, por uma ilusão subjectiva, se consagra no símbolo que venera. No dia de hoje Camões é ao mesmo tempo uma infinidade de tipos para a infinidade de criaturas arrastadas pelo entusiasmo do Centenário.

Tal é a sorte de todos os homens eminentes que o povo ergue à altura dos símbolos.

Ao lado do povo estão os que se dizem seus intérpretes. Esses asseguram-nos hoje que o centenário acusa, acima de tudo, como síntese, a profunda vitalidade do nosso patriotismo.

Por nós queremos que as salvas do centenário deitem por terra o casebre de intrigas, misérias e cobiças que habitamos.

Queremos que os hinos se tornem leis sábias para restaurar a nossa animia intelectual e económica. Queremos ouvir os coros de um povo eloquente e audaz, cónscio dos seus direitos, fiel aos seus deveres, paciente para o trabalho, virtuoso para consigo, nobre para com todos.

Os «Lusíadas» consagram as obras dos heróis. Pensamos nós acaso repetir-lhes as façanhas com o fácil e cómodo endeusamento do Poeta?

O melhor modo de consagrar os heróis é repetir-lhes as façanhas. Decerto os tempos mudaram, mas os meios, com que as idéias vingam, foram sempre, serão sempre os mesmos. São o carácter, a virtude, o heroísmo, que valem decerto mais que as luminárias.

Nós, que abusamos de mais das glórias conquistadas por nossos avós, supondo que elas bastam para nos justificarem a fraqueza e os vícios, devemos considerar o centenário como um incitamento a melhor vida.

Penitenciamo-nos.»



A Real Academia das Ciências de Lisboa, sob a presidência de Latino Coelho, associou-se também à celebração do tricentenário da morte de Camões. Fazendo-o, propõe ao Governo, que anui, que se proceda a solene trasladação dos restos mortais de Camões e de Vasco da Gama, para o templo de Santa Maria de Belém.

Procurava-se reparar a falta de gratidão nacional para com os dois maiores vultos da história de Portugal.

O Governo da presidência de Anselmo José Braamcamp, atendendo à representação da Academia das Ciências de Lisboa, determina:

«Igualmente e com a mesma pompa serão trasladados para a igreja de Santa Maria de Belém os restos mortais do grande Épico Luís de

Camões, depositados no convento de Santana, na freguesia da Pena, da Cidade de Lisboa.

Na referida igreja de Belém serão erigidos monumentos funerários, que sirvam de sepultura condigna dos restos mortais dos dois assinalados varões.»

Para o efeito foi nomeada uma comissão composta pelos académicos Tomaz de Carvalho, Latino Coelho e Teixeira de Aragão.

Das manifestações levadas a efeito — e muitas foram elas — destacaram-se: o cortejo cívico, notável como expressão patriota, impressionou vivamente o poeta Antero de Quental, que assistiu à sua passagem, e para um descrente das comemorações camonianas, e as transladações do que se tomou por restos mortais de Camões e Vasco da Gama, foram estas espectaculares: o cortejo no Tejo e as cerimónias no tempo presididas pelas Majestades.

O Brasil acompanhou, com entusiasmo o movimento de exaltação do Épico. Constitui monumento perene desses sentimentos a edição monumental de os «Lusíadas», então publicada, que Ramalho Ortigão prefaciou.

Frutos do espírito que impulsionou as celebrações do tricentenário do Épico:

— No ardor patriótico das comemorações do tricentenário da morte de Camões, a Sociedade de Geografia representou ao Governo imprecando a continuação denodada das explorações geográficas na África; a fundação de missões religiosas e de estações civilizadoras. Dando satisfação ao plano congeminado pelos próceres da Sociedade de Geografia, recentemente, ao tempo, instituída, o ministro da Marinha e Ultramar, Visconde de São Januário, extingue a *Comissão Central Permanente de Geografia*, que inseriu na Sociedade de Geografia, sob a designação de *Comissão Central de Geografia*.

No decurso de Julho do ano seguinte — 1881, a *Comissão Central de Geografia* lança ao público um prospecto-proclamação, sob a epígrafe: — «Ao povo português em nome da honra, do direito, do interesse e do futuro da Pátria». Em simultaneidade, a «Comissão do Fundo Africano» é instituída para realisar uma subscrição nacional permanente, destinada a promover e costear as aludidas estações civilizadoras, a implantar nos territórios sujeitos e adjacentes o domínio português em África.

No mapa, adicionado ao prospecto-manifesto, estão marcados firmemente, audaciosamente, os desejos nacionais de uma expansão ali-

cerçada em seculares direitos históricos. A empresa ditada pela Sociedade de Geografia de Lisboa, apoiada no Governo da Nação, é fruto do espírito que presidiu às comemorações do centenário e marcou o início duma autêntica renascença, esmaltada de feitos heróicos, intercalada, é certo, por dissabores devidos à exasperação de imperialistas, renascença que, nem por isso, deixou de o ser. Da festa surgiu uma plêiade de individualidades de que a história nacional sempre se orgulhará.

Minhas Senhoras e meus Senhores: as comemorações do tricentenário da morte do Poeta Luís Vaz de Camões, celebradas em Junho de 1880, e de que foi palco esta nossa Lisboa amada, ficará registada na história do Mundo Português como o momento de partida para a concretização e definição do que hoje são os Estados de Angola e Moçambique. Em 1880 celebrou a Nação o terceiro centenário da morte do Épico; hoje celebramos nós, no nosso Grupo dos «Amigos de Lisboa», o quarto centenário da publicação de «Os Lusíadas» que, tendo immortalizado o seu autor, immortalizaram no mundo genial, universal das Letras — uma Pátria — a nossa! (1).

Tenho dito.

F. A. d'Oliveira Martins

Carta inédita de Ramalho Ortigão a J. P. de Oliveira Martins, a propósito da comemoração do tricentenário de Luís de Camões.



Meu querido amigo. — Não me esqueceu o Tejo. Quando eu fui à primeira reunião dos jornalistas, com os quais me encontrei nesta ocasião pela primeira vez na minha vida, quando nessa reunião eu disse, ainda pela primeira vez na minha vida: — *Sr. Presidente, peço a palavra*, a ideia de uma festa marítima foi a primeira que eu sugeri. Mas como a Academia

(1) Com a revolução de 25 de Abril de 1974 teve início o processo de descolonização das nossas províncias ultramarinas. Angola e Moçambique, depois de elevadas a Estados, por virtude do processo referido, tornaram-se nações independentes. Através da acção dos Portugueses, produzida ao longo de séculos e, sobremaneira, na segunda metade do séc. XIX foram concretizadas as fronteiras das novas Pátrias, e alicerçado o seu desenvolvimento. As novas nações estão entregues a seu destinos, pelo que os fastos recordados constituem o seu processo ante-histórico, que jamais poderão olvidar.

pusera ao Governo por este tempo a trasladação dos ossos de Camões e de Vasco da Gama para a igreja dos Jerónimos, ocorreu-me que seria esse o melhor pretexto para uma festa no mar, e que era hábil deixar à Academia a iniciativa de a promover, associando-se-lhe a imprensa. Pareceu-me boa política dar ocasião à Academia de ser a iniciadora de alguma coisa. Vou agora manejar todos os meus cordéis para que se faça no dia 9, a festa da Academia, por mar, complemento da festa da imprensa, na rua, no dia 10.

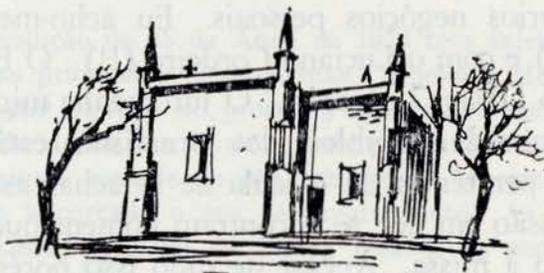
Mil vezes obrigado pela sua carta. Eu precisava muito de ouvir a alguém nas condições de V. aquilo que V. me diz. Intimamente com franqueza — eu glorio-me tanto do meu projecto como de um livro que tivesse feito. Toda a *parte-festival* do programa da imprensa é minha, assim como o pequeno relatório q̃. precede o projecto e o alvitre para a fundação municipal do *jardim de infância*. Para fazer passar inteiramente esses projectos na comissão executiva e na reunião dos jornalistas tive de fazer quarenta ou cinquenta discursos, e eu que tenho a palavra tão perra e tanta dificuldade em exprimir-me sem uma pena na mão! Percorro agora com tristeza os jornais e não vejo uma palavra com o intento de dirigir o espírito público para a compreensão da festa em projecto, a qual um amigo comparou no Chiado ao *enterro do bacalhau!*

Com excepção do Eça de Queiroz, q̃. aprovou o que eu fiz, as pessoas que me conhecem, e que me estimam talvez, evitam falar-me neste assunto e eu leio-lhes na cara que eles me lastimam. Sabe V. quem foi o único homem que me cumprimentou pela minha obra, dizendo-me que a realização do meu programa seria o mais belo, o mais patriótico e o mais significativo espectáculo que nesta ocasião poderia dar o povo português? Foi o Rei D. Fernando! Diga-me se há nada mais expressivamente triste!... Quando eu pensava ter feito a obra mais *democrata* e mais *nacional*, é um *príncipe* estrangeiro a única pessoa que me louva pelo acto que eu pratiquei! Felizmente q̃. V. tem boa ideia de me escrever. Mal sabe V. o serviço que me fez e quanto a sua carta me fortalece! A festa como eu a propus há-de se fazer. A comissão executiva tem em geral *muito que fazer* — para os seus próprios negócios pessoais. Eu acho-me quase só com o Eduardo Coelho (!) e com o Luciano Cordeiro (!!). O Batalha [Reis] não aparece. O Teófilo [Braga] conspira. O Juromenha miguelista, cujo nome foi proposto por mim à assembleia dos jornalistas, está fechado em casa a purificar-se pela penitência da mácula de se achar associado honorariamente a uma comissão em que se encontram homens que, como eu, se não confessam nem vão à missa. Apesar de tudo isso porém a festa há-de se

fazer e a minha procissão há-de vir à rua. Tenho combinados e postos em jogo todos os elementos fornecidos para o conseguir. V. é um dos agentes com que eu conto. Um dos serviços que V. pode prestar é o de preparar na Póvoa a deputação que tem de representar os poveiros. Queria-se uma dúzia de homens, novos e velhos, de bons tipos fortes e louros vestidos de branqueta, que estejam em Lisboa no dia 10 de Junho. Terão passagens gratuitas de ida e volta no Caminho de Ferro e receberão uma indemnização parcimoniosa pelos dias de trabalho que perderem para esse fim e que V. orçará. V. conhece bem a Póvoa e está como ninguém mais nas condições de tratar deste assunto que eu em nome da Comissão Executiva da Imprensa lhe confio, esperando as suas informações a este respeito. Vou também escrever ao Visconde de Vilar d'Allen para conseguir dele que mande a Lisboa um carro puxado por vaquinhas minhotas, guiadas por mulheres e conduzindo em troféus os produtos da lavoura local. Ao Carlos Relvas será confiada a organização da deputação do Ribatejo. Estou-me informando do modo prático de fazer representar o Alentejo com um carro puxado por mulas semelhante ao que V. descreve quando fala daquela rebião na *História de Portugal*. O Governo, que está autorizado pela Câmara a subsidiar sem limite de quantia a festa do Centenário, prometeu-nos já considerar como de carácter oficial o nosso programa, prestando-nos em tudo o seu apoio para a execução dele.

Aceite V. a grande maçada que lhe incumbo. Dê informações de conselhos, ajude-nos, ajude-me e responda breve. Inútil acrescentar que é inteiramente confidencial a primeira parte desta carta relativa à indiferença e à estupidez, não quero por enquanto dizer do público mas dos q̃ o representam no Chiado, debaixo da Arcada e no jornalismo. Lembranças afectuosas da Emília e das pequenas.

Todo seu
Ramalho



Os "AMIGOS DE LISBOA"

na comemoração do 4.º centenário da publicação de "OS LUSÍADAS"

(Discurso proferido pelo Professor F. A. de Oliveira Martins, na inauguração da lápida de Camões, em 5 de Fevereiro de 1974).

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa

Senhor Embaixador do Brasil — sem a presença de V. Ex.^a esta comemoração não seria completa —

Minhas Senhoras

Meus Senhores

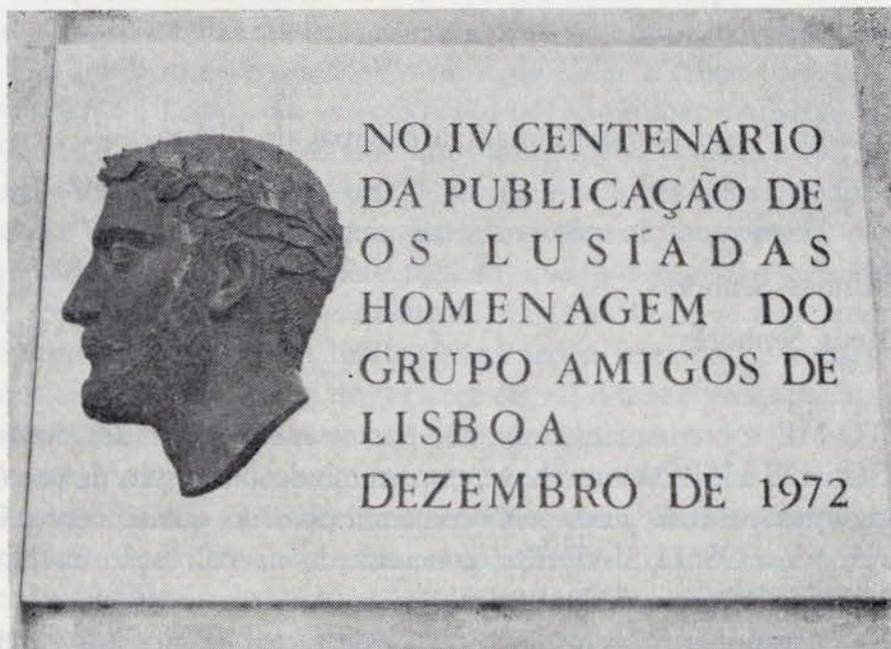
SINTO-ME sobremaneira honrado, por os meus confrades dos «AMIGOS DE LISBOA» me haverem incumbido da missão de pronunciar algumas palavras neste acto comemorativo do quarto centenário da publicação de «OS LUSÍADAS», concretizado na colocação da lápida, a cujo descerramento se vai proceder.

Esta cerimónia foi retardada, mercê de factos alheios aos desejos daqueles a quem cabe a honra de dirigir o nosso «Grupo», que tem nobres tradições conquistadas. Todavia, é sempre tempo de homenagear a figura do genial português, que situamos nos páramos da literatura universal.

— ★ —

Foi lá em baixo, no terreno que desce da muralha fernandina para o Convento de São Domingos, com seu templo de limitada dimensão, que nos decénios últimos do séc. XIV, quando os exércitos de D. João de Castela talavam o solo português, que os *homens bons* desta nobre cidade de Lisboa, dialogando com o Mestre de Avis, que para São Domingos os aprazara, da mão firme de D. João arrancaram o *sim*, para a defesa do reino e sua regedoria.

Da vitória do Mestre, depois rei, e do seu casamento com Dona Filipa de Lancastre — como todos tão bem sabemos — Portugal mereceu a *Inclita Geração Altos Infantes* autores do antecipado movimento renascentista português — Renascença, cujos prodígios Camões genialmente cantou. Por exagero ou desculpada loucura, quando recordo no meu espírito e ponho em palavras minhas a designação de «AMIGOS DE LISBOA», a que tanto quero, vêm-me logo à memória os *homens bons de Lisboa*, que aclamaram o Mestre, naquele dia decisivo de Lisboa, de Portugal.

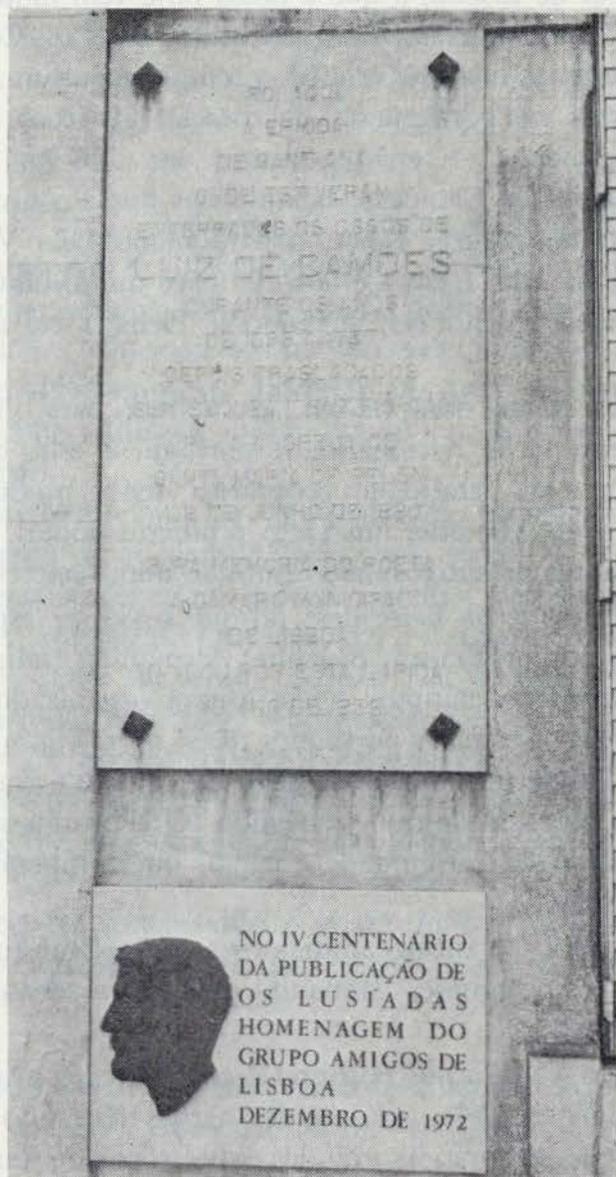


O referido, cuja ingenuidade meus pares não rejeitam, explica além do muito mais o alvoroço com que resolvemos e partimos para a modesta empresa da feitura e colocação desta lápida que recordará pelos tempos ao cidadão português ou ao estrangeiro, que passa, «OS LUSÍADAS», a comemoração do 4.º centenário da sua publicação, neste caso assinalada ao ar livre, na via pública.

— ★ —

Mas, muito ilustres Senhores, os «AMIGOS de LISBOA» que querem ser numa expressão imaginativa uma pálida memória dos *homens bons de Lisboa*, do tempo do Mestre, querem, com amor, recordar aqueles que

desde o venerando António Feliciano de Castilho, pelo séc. XIX em fora, procuraram afincadamente encontrar nas profundezas do templo, que ora aqui se levantou, do orago da Senhora Santana, a lápida sepulcral e as cinzas de Camões. Para o efeito, guiando-se por cronistas e memórias



devassaram o solo sem concretos, efectivos resultados. Acumuladas as dúvidas, preceituaram os apaixonados da memória do Épico que, neste local, fossem reunidas todas as espécies de humanos despojos encontrados sob as lajes do templo antigo, levantando-se sobre estes severo mausoléu,

com os dizeres indicativos de que ali estavam reunidas as cinzas encontradas na superfície do templo, onde Camões fora a sepultar, portanto, ali estariam as cinzas de Camões. Assim não se fez.

Pretende a lápida — que vedes — mandada colocar pela Vereação da Câmara Municipal de Lisboa, a que a nossa hoje vem juntar-se, dar explicação sucinta, acerca daquelas cinzas, do que se passou. Contudo, Ilustres Senhores, este terreno, onde se ergueu o templo-sepultura, continua a ser sagrado para todos os portugueses de coração generoso. Como disse o Visconde de Juromenha — «não podemos dar aqui um passo que não pisemos uma pegada de Camões», quando nas horas conturbadas da vida da Pátria, depois de Alcácer Kibir, o paroquiano Luís Vaz de Camões, encanecido já, vinha aqui e em joelhos, de mãos muito unidas, espalmadas para o alto, rezava e chorava, pedindo a Deus a salvação da Pátria, sua amada.

Em Camões, na sua obra, há um lado voltado para o futuro. Camões diz-nos que o segredo da nacionalidade portuguesa está, em superior aos impulsos de raça e da fatalidade geográfica, ter-se produzido nela uma obra de esforço e de vontade, um facto político e moral, não resultante, repete-se, de instintos primitivos, não resultado dum facto etnológico.

Quando se não fazia bem ideia do que fosse ser espanhol, francês, alemão, italiano, porque França, Espanha, Alemanha, Itália eram designação de várias agrupações naturais e não grupos organizados — em Portugal só havia Portugueses e ser português *tinha significação definida e precisa*. No peito ilustre lutitano havia algo de grande e transcendente que impediu a nação para um destino fantástico. Os Portugueses repetiram no séc. XVI os Romanos da antiguidade e jamais interromperam a sua missão alevantada e heróica.

Camões voltado ao futuro anima-nos a sermos valorosos obreiros do nosso futuro, e os Portugueses ensaiando uma outra renascença, cumprem os ditames do Épico.

A renovação literária de Portugal é correlativa com o seu progresso e está na dependência dele. As grandes acções têm sido mais uma vez possíveis e com elas surgirão as grandes expressões poéticas.

Os «AMIGOS DE LISBOA» ambiciosos desejam que o esforço português encontre, na linha triunfante do seu porvir, um novo Camões que a Pátria conforte, cantando, em verso, o esforço do povo heróico que, hoje como ontem, mantém inalterável a consciência dos seus altos destinos criadores de humanidade.

*O GRUPO DOS
AMIGOS DE OLIVENÇA*
*visitou o GRUPO DOS
AMIGOS DE LISBOA*

NA noite de 12 de Dezembro de 1974, grande número de associados do Grupo dos Amigos de Olivença visitou o nosso Grupo, a fim de apresentar os seus cumprimentos e prestar homenagem à actividade cultural e patriótica, desenvolvida no decorrer de mais de trinta anos. Correspondendo, muitos consócios estiveram presentes na sessão, que decorreu com o maior brilho e durante a qual houve momentos emotivos de elevado sentimento pátrio.

Presidiu à cerimónia o Dr. Paulo Caratão Soromenho, vice-presidente das Juntas Directivas de ambos os Grupos, sendo os restantes elementos da mesa os Senhores Coronel Pereira Botelho, vice-presidente da Assembleia-Geral dos Amigos de Olivença, o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, vice-presidente substituto e o Dr. José Cassiano Neves, secretário-geral da nossa Junta Directiva. Apresentado pelo Dr. Caratão Soromenho, tomou a palavra o Senhor Inspector Ricardo Rosa y Alberty, dos Amigos de Olivença, que tratou de «A Questão de Olivença», com profundo conhecimento, pois é o maior especialista do assunto. Dela se segue o resumo:

a) Como foi conquistado o território aos Mouros em 1228, pelos Templários Portugueses, que eram livres, só prestando obediência ao Sumo Pontífice.

b) Fundação de Olivença, pelo levantamento do primitivo castelo e da primeira igreja, a de Santa Maria do Castelo, pelos mesmos Templários.

c) Desenvolvimento da povoação, crescendo e progredindo de tal forma que chegou a ser sede do Bispado de Ceuta, sendo seu primeiro Bispo, Frei Henrique Coimbra, que acompanhou Pedro Álvares Cabral à descoberta do Brasil e dizendo a primeira missa em terras de Santa Cruz.

d) Olivença foi vítima da cobiça castelhana, passando várias vezes à posse de Castela, e voltando outras tantas à posse de Portugal, até que, pelo tratado de Alcañices de 1297, ficou definitivamente para Portugal, em troca de Aroche e Aracena que eram nossas, conquistadas aos Mouros em 1250, pelo Comendador da Praça de Moura, Afonso Peres Farinha.

E de 1297 até 1801, cerca de seis séculos, sempre a Espanha reconheceu o direito de Portugal a Olivença, ainda mesmo, depois dos sessenta anos da dominação filipina, voltando com as demais terras à nossa posse.

e) Mas... apareceu Napoleão com as suas desvairadas ambições e entre outras declarou-se a guerra entre a Espanha e a França.

Era senhor da monarquia espanhola, nessa altura, um senhor Manuel Godoy que, mercê dos favores da Rainha Maria Luísa, foi guindado de simples soldado da Guarda Real a Presidente de Ministério, a Duque de Alcudia, a Príncipe da Paz e a Generalíssimo dos exércitos espanhóis, que queria, à custa da nossa independência, subir à realeza.

Pediú aflitivamente a Portugal um auxílio substancial para resistir aos exércitos franceses, fazendo-se a Convenção de Madrid de 15 de Julho de 1793, em visto do que, em Novembro desse mesmo ano desembarcava no porto de Rosas, na Catalunha, uma divisão portuguesa de 5400 homens, que se bateu galhardamente na Campanha do Roussilhão, onde perdeu quase metade dos seus efectivos.

Estabelecida na Convenção de Madrid a cláusula de que nenhum dos Governos espanhol e português faria pazes senão em conjunto, Godoy mandou em segredo o seu Ministro Iriarte fazer pazes com a França, pelo Tratado de Basileia de 22 de Julho de 1795, deixando-nos sozinhos em guerra com aquele poderoso país, mancomunando-se depois com os franceses para invadirem Portugal, para o riscarem do mapa da Europa, como Nação independente.

E sem razão ou motivo algum, assinam aquelas duas Nações, em Madrid, o Tratado de 29 de Janeiro de 1801 para nos declararem guerra, e pouco depois, em 20 de Maio desse ano, com 34 000 homens em Badajoz, 20 000 na Galiza, 10 000 na Andaluzia, e 15 000 franceses a caminho da Beira, invadem o nosso país por todos os lados, arrebatando-nos muitas povoações, entre elas Olivença.

f) Fazem-se pazes em 6 de Junho imediato em Badajoz. Abusando da nossa fraqueza, tivemos de ficar sem Olivença e de pagar à França vinte milhões de libras tornezas.

Mas esse tratado ficou nulo logo à nascença, porque Napoleão, faltando ao que no tratado se estabelecia, não o ratificou, obrigando-nos a um novo tratado, feito em Madrid em 29 de Setembro de 1801, com condições mais onerosas para nós, em que a Espanha não interveio e onde não se fala de Olivença.

E assim vamos até 1807, em que, pelo famigerado Tratado de Fontainebleau de 27 de Outubro desse ano, sofremos nova invasão das duas potências, francesa e espanhola, em que se estipulou a partilha de Portugal em três partes, sendo a do sul dada a Godoy, com o auriflamante título de Príncipe dos Algarves.

O nosso Príncipe Regente, D. João, no seu Manifesto de 1 de Maio de 1808, à Europa e aos seus vassallos, deu «por nulo e de nenhum vigor os tratados de Badajoz e Madrid, pois os têm violado e jamais os respeitaram.»

g) Em 1810 negociou o Duque de Palmela o Tratado de Cádiz, em que a Espanha se comprometeu à retrocessão de Olivença a Portugal. Em 1814, no Tratado de Paris, as Potências europeias, todas ali reunidas, perante uma exposição feita pelo Duque de Palmela, no Art.º III, resolveram, por força da guerra, anular todos os tratados, convenções e actos concluídos anteriormente à guerra, e «ESPECIALMENTE OS TRATADOS ASSINADOS EM BADAJOZ E MADRID EM 1801; FICAM NULOS E DE NENHUM EFEITO».

Em 1815 reúnem as Potências europeias novamente em Viena, e aí confirmam o Tratado de Paris do ano anterior, e convidam a Espanha a cumprir a retrocessão de Olivença a Portugal.

Em 1817 reúnem mais uma vez as Potências em Paris, comparecendo ali o Conde de Fernan Nuñez y Barajas, que assinou, em nome e por ordem de D. Fernando VII de Espanha, seu Rei, Amo e Senhor, o Tratado de Viena de 1815, obrigando-se a própria Espanha, portanto, a cumprir o disposto no artigo 105.º daquele tratado, que a manda entregar Olivença a Portugal.

b) Em 1818, por questões de limites ao sul do Brasil, entre territórios portugueses e espanhóis, estavam muito tensas as relações entre os dois países. Para evitarem a guerra, intervieram as Potências da Santa Aliança, que elaboraram um tratado com a seguinte cláusula: Portugal cederia à Espanha a cidade de Montevideu; a Espanha pagaria a Portugal uma

indenização de sete milhões e meio de francos e restituiria Olivença. Portugal cumpriu religiosamente o Tratado, mas ainda está esperando pelos sete milhões e meio de francos, e Olivença ainda esta noite dormiu à sombra de uma bandeira que não é a das QUINAS!

i) Exaltação da Espanha quanto ao seu viril patriotismo, respeitante a Gibraltar, onde cada espanhol, desde o guardador de porcos ou o varredor de ruas, até ao Caudilho Francisco Franco, vibra intensamente pelo seu Peñon e reclama em voz alta a sua entrega, em contraste com a atitude dos Portugueses que na sua maioria desconhecem o problema de Olivença, porque só se tem podido falar dele em voz baixinha, parecendo tratar-se de um tabo.

Vem depois a demarcação da fronteira em que ficou implantado o marco 800, na foz do Caia, ao norte do termo de Olivença, parando aí os trabalhos por quererem os espanhóis continuar a demarcação pelo rio Guadiana ao longo do termo daquela vila portuguesa, o que os delegados portugueses não consentiram. Resolveu-se, em 1926, colocar o marco 901 na foz do rio Cuncos, ficando cem marcos por colocar e a questão em aberto, como hoje ainda está.

j) De quanto se disse, fica bem demonstrado que, sem a realidade histórica de Portugal, não existiria a realidade histórica de Olivença, que continua a pertencer a Portugal.

Após a conferência, aplaudida com entusiasmo, estabeleceu-se debate, em que intervieram, com elevação, os Senhores Dr. Leonel Ribeiro, Eng.º Agostinho Ferreira Gambetta, Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, Inspector Rosa y Alberty e Dr. Paulo Caratão Soromenho.

Nas estantes e vitrinas do salão nobre, encontrava-se uma exposição bibliográfica e fotográfica de Olivença, organizada pelos Senhores Luís de Sousa Guedes e Dr. Paulo Caratão Soromenho, de cujo catálogo segue a transcrição.

I. Do Senhor Sousa Guedes:

A. Obras Independentes:

1) *Olivença Ilustrada pela vida e morte da Grande Serva de Deos Maria da Cruz Filha da Terceira Ordem Serafica, e natural da mesma Villa de Olivença*, pelo Padre Fr. Jeronymo de Belem, 1747; 2) *O Patri-*

mónio da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença, por Ventura Ledesma Abrantes; 3 *A Questão de Olivença*, de Ricardo Rosa y Alberty; 4) *Memoria y Regulamento Organico del Hospital y Casa de Misericordia de la Ciudad de Olivenza* (lida por el Escribano de esta Santa Casa de Misericordia en la sesion solemne celebrada el dia 20 de Mayo de 1902). Editado em Badajoz em 1910.

B. Publicações Periódicas:

Olivença — Órgão Oficial do Grupo dos Amigos de Olivença — Números de 1953, 1955, 1957, 1959, 1963, 1966, 1969.

C. Fotografias:

1) Ampliação feita a carvão de uma fotografia publicada no Boletim N.º 5. 2-20) De inauguração de «Ruas de Olivença» em várias localidades. 21 - 28) De cerimónias do 1.º de Dezembro, nos Restauradores. 29 - 37) De Conferências realizadas na Casa do Alentejo. 38 - 52) De Olivença e seu termo.

D. Mapa de Portugal, editado em França em 1750 (?)

E. Bilhetes Postais Ilustrados:

Recuerdo de Olivenza — 10 postais.

II. Do Dr. Paulo Caratão Soromenho:

A. Obras Independententes:

1 - 3) Abrantes (Ventura Ledesma): *Anais da Velha Vila Portuguesa de Olivença*, n.ºs 1, 2, 3, 4 e 5, Lisboa, 1951. 4) Abrantes (Ventura Ledesma): *Saudades da Terra das Oliveiras*, Lisboa, 1932. 5) *Acta Geral da Delimitação entre Portugal e Espanha, de 1 de Dezembro de 1906*, Lisboa, 1907. 6) Alberty (Ricardo Rosa y): *A Questão de Olivença*, Macau, 1969. 7) Alberty (Ricardo Rosa y): *O Problema de Olivença*, Lisboa, 1969. 8) Caldas (Júlio): *Olivença — A Cidade Portuguesa que*

a Espanha administra, Rio de Janeiro, 1957. 9) Capmany (D. António de): *Sentinela contra Franceses*, traduzido do espanhol, Lisboa, 1808. 10 - 13) Direcção do Grupos dos Amigos de Olivença: *Olivença, Terra Portuguesa*, Lisboa, 1951; *Olivença, Terra Portuguesa*, Lisboa, 1956; *Olivença, Terra Portuguesa*, Lisboa, s. d. *Comunicação aos Sócios*, em 22 de Abril de 1972, sobre o plano espanhol «Lusitânia Interior». 14) Guerra (Santos): *De Lisboa a Olivença*, Lisboa, 1948. 15) Oliveira (Flório José de): *Questão de Olivença*, Lisboa, 1958. 16) Pereira (António Manuel): *A Terra Portuguesa de Olivença*, Porto, 1971. 17) Pestana (Sebastião): *Considerações sobre o Motivo de Olivença*, Lisboa, 1957. 18 - 21) Pires (Amadeu Rodrigues): *Crónicas Oliventinas*: «Gil Fernandes», Lisboa, 1948; «O Duque de Palmela», Lisboa, 1951; «Soror Maria da Cruz», Lisboa, 1961; «A Rainha D. Leonor de Portugal», Lisboa, 1963. 22) Queimado (José Manuel): *Olivença — Terra Nossa Bem-Amada*, Lisboa, 1958. 23) Quintinha (Julião): *Olivença — Terra Portuguesa*, Lisboa, 1956. 24) Robles Romero — Robledo (Mariano) e João António Novais: *Humberto Delgado — Assassinato de um Herói*, Lisboa, 1974. 25) Santos (Victor): *O Enclave de Olivença*, Lisboa, 1960. 26) Sequeira (Matos), Rocha Júnior e Alberto Souza: *Olivença*, Lisboa, 1924. 27) Sousa (J. M. Cordeiro de): *Inscrições Portuguesas da Vila de Olivença*, Coimbra, 1953. 28) Velloso (J. M. de Queiroz): *Como perdemos Olivença*, Lisboa, 1932.

B. Imprensa:

1) «Conferência da Paz» in *Diário de Notícias*, 23 de Abril de 1919; 2) «Como perdemos e nunca recuperámos a linda cidade de Olivença», de Silvério Lebre, in *D.N.*, de 23 de Outubro de 1924; 3 - 4) «Como perdemos Olivença», notícias sobre a conferência de Queiroz Velloso, in *D. N.*, de 15 de Junho de 1932, e *O Século*, de 22 de Junho de 1932; 5) «Convénio entre Portugal e Espanha para Regular o Uso e o Aproveitamento Hidráulico dos Troços Internacionais dos Rios [...], em 29 de Maio de 1968», in *Diário do Governo*, de 5 de Novembro de 1968; 6 - 17) *Boletim do Grupo Amigos de Olivença*, colecção completa, encadernada, Lisboa, 1953-1969; 18) «Inquérito sobre Olivença», in *Linhas de Elvas*, de 13 de Maio de 1972; 19) «A Invencível Armada», de Artur Portela Filho, in *República*, de 9 de Novembro de 1972; 20) Entrevista do Professor Dr. Hernâni Cidade ao jornal *República*, de 2 de Novembro de 1972; 21) Notícia crítica sobre *A Questão de Olivença*, Ricardo Rosa y Alberty, por Paulo Caratão Soromenho, in *Boletim da Academia Portu-*

guesa de Ex-Líbris, Julho - Dezembro de 1973; 22 - 24) «A Questão das Fronteiras entre Portugal e Espanha», in *República*, de 27 e 29 de Novembro e *O Século*, de 3 de Dezembro de 1974; 25) Programa do Partido Aliança Operário - Camponesa, in *Vida Mundial*, de 28 de Novembro de 1974; 26-27) A Homenagem dos Amigos de Olivença aos Restauradores de 1640, in *Diário de Lisboa*, de 2 de Dezembro e *D. N.*, de 3 de Dezembro de 1974; 28) «Portugal não exigiu Olivença», repercussão em Espanha da cerimónia nos Restauradores, in *D. N.*, de 5 de Dezembro de 1974; 29) «Barragem de Alqueva», de Jorge de Moraes, in *República*, de 6 de Dezembro de 1974; 30) «Desconvoado um comício antifranquista em Lisboa», in *República*, de 7 de Dezembro de 1974.

C. Mapas:

- 1) *Mapa de Portugal*, de Fernando Álvaro Seco, de 1561;
- 2) *Mapa do Alentejo*, de 1762;
- 3) *Mapa de Portugal*, de 1833;
- 4) *Carta Geográfica de Portugal*, de Filipe Folque, de 1860-1865;
- 5) *Mapa do Termo de Olivença*, de Filipe Costa, de 1958;
- 6) *Olivença*, do Serviço Cartográfico do Exército, de 1970;
- 7) Mapa (Universal) da Descolonização, publicado em 1974, in *Expresso*;
- 8) Lista das localidades com o topónimo «Olivença» (dactilografado).

D. Outros Documentos:

- 1) Prolóquio popular que fala de Olivença (manuscrito);
- 2) Carta manuscrita de Ventura Abrantes ao Prof. Doutor Leite de Vasconcelos, datada de 6 de Dezembro de 1939;
- 3) Estatutos do Grupo dos Amigos de Olivença, de 1956 (dactilografados): nunca foram aprovados pelas Autoridades;
- 4) *Olivença: Instrumentos Diplomáticos que lhe dizem respeito*, pelo General Ferreira Martins (dactilografado): a Imprensa não publicou;
- 5) *Olivença à luz moribunda do dia num cenário de necrópole*, pelo Dr. Fausto Dias: recusada a publicação em *O Século*, em Junho de 1971 e em Outubro de 1974 (dactilografado).

ALFREDO MARCENEIRO

(Pedra arqueológica viva da Cidade)

por AMARO D'ALMEIDA

NO dia 29 de Março de 1973 realizou-se na sede do «Grupo Amigos de Lisboa» uma homenagem a Alfredo Marceneiro.

Para a mesa, presidida pelo Dr. Braga Paixão, foram convidados: o Dr. Amaro D'Almeida, Amigo de Lisboa; Hermínia Silva, artista proeminente no Teatro e no Fado; Frederico de Brito, o «Britinho», decano dos poetas populares.

O Dr. Amaro D'Almeida começou por apresentar o jornalista e produtor radiofónico Ápio Garcia, que encheu a noite com a sua palestra. «Alfredo Marceneiro, uma voz de Lisboa», uma série de interessantes dados biográficos e notas críticas que vão merecer a luz do prelo em volume à parte.

Seguidamente o Dr. Amaro D'Almeida evocou, em versos seus, o passado de Lisboa que é da memória de Alfredo Marceneiro, «pedra arqueológica viva da cidade», que com os seus 82 anos, depois da morte de Maurice Chevalier, tomou a posição do artista mais idoso da Europa, cantando na voz do povo o seu povo.

Limitamo-nos aqui a publicar as palavras do Dr. Amaro D'Almeida.

Senhor Presidente
Prezados Confrades
Minhas Senhoras e
Meus Senhores

O Grupo «Amigos de Lisboa» é um grupo cultural, fundado e continuado por aqueles que amam a cidade sob todos os seus aspectos, o histórico, o romântico, o paisagístico, o literário, o popular, etc.. A nós, «Amigos de Lisboa», nos cabe dissecar toda a cidade, pedra por pedra,

arco por arco, costume por costume, som por som, voz por voz. Tanto cuidado nos pode merecer o brasão dum velho solar (de Alfama, uma ruína das Pedras Negras, a figura popular da varina gingona da Madragoa, um pôr de sol coado pelos mastros das fragatas ancoradas na Ribeira, um pregão arrastado pelos becos empinados da Bica, como uma voz plangente que chora o fatalismo que a moirama deixou escrito com sangue na alma das vielas.

O Fado é pois uma pedra da história da Cidade, ligado a tantas outras coisas que também nos falam ao nosso coração de «Amigos de Lisboa»: o fechar do século XIX, a «belle époque» alfacinha dos tempos da Maria Vitória, da Feira de Agosto, dos artistas, fadistas, fidalgos e toureiros, inquietos e boémios.

A nossa cidade não vale só pelos encantos mudos, pelas muralhas, pelas colinas, pelo céu esmeraldino e pelo Tejo que lhe beija os pés. A nossa cidade não é só estátua de mármore, Vénus de pedra elegante e bela mas parada e fria. Lisboa tem voz, tem pregões e arraiais, Lisboa tem figuras populares, tem o passeio das anedotas do Rossio, canta e é cantada, Lisboa tem sangue nas veias e voz na garganta.

Amar Lisboa é fácil, basta ter-se nascido em Lisboa e um coração dentro do peito. Mas, também, amar Lisboa é fácil, mesmo que não se tenha nascido em Lisboa, desde que haja sempre um coração dentro do peito.

Lisboa não tem filhos e enteados, abraça e dá calor a quem lhe procura o seu seio e lhe pede pão e alegria.

Quem vem de Trás-os-Montes pode ser lisboeta, encosta o ouvido ao peito de Lisboa e sente-lhe o murmúrio, põe-lhe a mão no regaço e sente-lhe o calor.

Por isso, minhas Senhoras e meus Senhores, prezados confrades, nesta noite temos dum lado Lisboa, aqui evocada na pessoa de Alfredo Marceneiro, do outro lado Ápio Garcia, que não é alfacinha porque é transmontano, mas que é lisboeta porque ama Lisboa.

Cabe-me apresentá-lo antes que ele comece a sua oração, mas porquê? Só porque não é alfacinha? O seu capote transmontano deixou-o em Vila Flor, a sua voz é todos os dias ouvida por todos, a sua paixão por Lisboa trouxe-o aqui, vai proporcionar-nos momentos deliciosos duma Lisboa que ele vive e sente.

Apresentá-lo é norma sem maior cabimento, mas falar dele, mesmo que seja duma forma sucinta, é obrigação cortês.

Ápio Garcia tem duas fases na sua vida. A primeira (infância, adolescência e preparação cultural) é nortenha; a segunda parte é lisboeta. Mas lisboeta de que maneira... Aqui radicado há vinte e três anos, teve olhos para ver a nossa cidade como se fosse sua, teve ouvidos para a ouvir e lhe compreender a voz.

Fez no Porto os seus estudos secundários e, ainda aluno do Curso complementar de Letras, convidado pelos Professores Aarão de Lacerda, Magalhães Basto, Eugénio Aresta e Marques de Carvalho, proferiu várias conferências de carácter literário no «Clube Fenianos Portuenses», nas associações culturais «João de Deus» e «Camiliana», no Palácio de Cristal, etc.

A sua circunvolução literária deu a lume, em pouco tempo, várias obras que nitidamente começaram a descobrir a sua faceta de análise, que mais tarde viria a ser de um grande crítico: «Alguns aspectos da vida de Stefan Zweig», «Eça de Queirós à sombra dos ciprestes», «Camilo e Soror Mariana por detrás das grades», «Perfil de Egas Moniz», etc.

Mas a dilicadeza do seu espírito não o podia deter apenas nos cientistas e nos homens de Letras; os personagens da Arte apaixonaram igualmente Ápio Garcia. Assim surgiram outras mais publicações como «A mulher e a artista em Guilhermina Suggia», «O actor Vasco Santana», «Palmira Bastos, a primeira Dama da Cena Portuguesa», «Maria Matos, a actriz intelectual», «Hilário, o maior troveiro da boémia coimbrã», «Armandinho, o mago da guitarra», etc.

Parte da sua obra, evidentemente, já foi produzida em Lisboa, ao mesmo tempo que também se estava afirmando como rádio-produtor e jornalista. Toda a gente conhece Ápio Garcia dos seus programas «Jornal da Cidade», «Instantâneos do Mundo», «De tudo um pouco», «Crónica dos espectáculos», «Crítica», «Palestras literárias», etc.

O jornalismo, outra expressão da sua bossa de publicista, tem-no acompanhado em todos os tempos. Fundou e dirigiu a revista portuense «Actualidades Literárias», a organização ATEC entregou-lhe a direcção e a redacção do seu órgão oficial, foi articulista de primeira linha no jornal «A Costa do Sol», colabora em todos os jornais e revistas de Teatro e de Cinema.

Autor da peça dramática «Tragédia na Província», entre outras, e de muitos argumentos de documentários cinematográficos, destinados ao fomento do turismo nacional, Ápio Garcia é um criador fecundo, que todos os dias e sempre se sabe fazer ouvir pela palavra escrita e falada.

Ao querer conhecer Lisboa, não se limitou à leitura e à visita a museus e monumentos, procurou a parte viva da cidade, os seus populares, o convívio com figuras artísticas, do Teatro e do Fado.

Do Fado, sim, de que foi detractor. Como homem culto e sem sangue alfacinha, ao chegar a Lisboa só compreendia o Fado como canção dolente de alcouce, queixume de gente perdida nas alfurjas, na taberna e no vício. Era outro Luís Moita, que para falar não tinha tempo de ouvir. Mas um dia encontrou o «Marialva do Fado», o saudoso Filipe Pinto, impecável no seu todo de fadista, de gravata com pérola e sapato abotinado, que só lhe disse:

— Sei que odeia o Fado e que diz mal dos fadistas, mas nós também somos gente com defeitos e virtudes como outros quaisquer. Venha comigo, conheça-nos melhor, vai aceitar os nossos defeitos e vai adorar as nossas virtudes.

Foi Filipe Pinto quem encostou o ouvido de Ápio Garcia à Lisboa fadista.

No seu espírito crítico abriram-se caminhos de nova luz, no Fado encontrou motivos de interesse, publicou a biografia de Armandinho e chamou-lhe «O mago da guitarra».

E Marceneiro, o homem de que se falava, azedo, inconformado mas com amor, com arte, com poesia, com uma intuição musical admirável, com Fado nos nervos e Fado na garganta?

Ápio Garcia procurou as entranhas da sua personalidade, passou noites com Alfredo Marceneiro, seguiu com ele a ronda dos bairros, não lhe perdeu um gesto, uma frase, nem uma palavra, arquivou no seu cérebro e nos seus gravadores Alfredo Marceneiro inteirinho e quis hoje mostrar aos «Amigos de Lisboa» o brilho desta peça arqueológica viva da nossa querida Cidade.

Seguidamente o Dr. Amaro D'Almeida dirigiu-se a Alfredo Marceneiro, que se encontrava na primeira fila da assistência, entre «Marialvas» e «Severas», com os seus trajes típicos, do «Grupo da Mouraria», e procurou revolver-lhe a memória:

«Alfredo, vê se te lembras ...»

Severas de chinelinhas
Da Rua do Capelão,
Boémios do «Campainhas»
Dos tempos que já lá vão,

Rosas Marias cansadas
Da meia-porta da vida,
Chorando co'as guitarradas
Mais uma noite perdida,

Bicos de gás lampejando
Num recantinho da Guia,
Madrugadas bocejando
Noites de triste agonia,

Ermidinha da Saúde,
Altar de fé, já velhinha,
Que conseguia virtude
P'ra quem virtude não tinha,

Procissões com rosmaninho,
Com foguetes a estalar,
Desgarradas no «Charquinho»
E no «Ferro de Engomar»,

Tardes de sol das toiradas,
Rufias de banza ao lado,
Tipóias escavacadas
Cheias de gente do Fado,

Verbenas e arraiais,
Santo Estêvão, São Miguel,
Com leilões de «Quem dá mais?»
E os cravos de papel,

Retiros fora de portas,
Catedrais desmoronadas,
Ruínas, saudades mortas
De tantas, tantas noitadas,

O Retiro dos Pacatos,
Caliça, Perna de Pau,
Com brigas e desacatos
E pastéis de bacalhau,

Os descantes turbulentos
Com o vinho a azedar humores,
Os descantes ciumentos,
Despique de cantadores,

Fadistas da terra fria,
Maria Emília Ferreira,
O grande João Maria,
O Proença e o Zé Pereira,

O Ginguinhas, o Fininho,
O Custódio Cutileiro,
O Filipe, o Machadinho
E o Jorge Cadeireiro,

Júlio Duarte, Cascais,
O Artur do Intendente
E tantos e tantos mais
Que a memória não consente,

Guitarristas afagando
Melodias e queixume
Cordas trinando, chorando,
Tristeza, amor e ciúme,

O Salgado, o Armandinho,
Zé Marques, Abel Negrão,
O saudoso Pai Martinho
E tantos que já lá estão,

Poetas que ao Fado deram
A vida que o Fado tem,
Poetas que não morreram,
A morte é vida, também,

O Gabriel de Oliveira,
O grande Silva Tavares,
O Boto, o Lino Ferreira,
O querido João Linhares,

Fernando Teles, Radamanto,
Henrique Rego e Sobral,
Poetas com tanto encanto,
Poetas de Portugal.

Alfredo, vê se te lembras
De tudo isto, que é Fado;
Das Severas,
Da boémia,
Dos recantinhos da Guia,
Das madrugadas perdidas,
Das guitarradas,
Das procissões,
Das desgarradas,
Das tipóias,
Das verbenas,
Dos dias grandes
E das noites pequenas,

Alfredo, vê se te lembras
Dos retiros fora de portas,
Do rigoroso atirado com doçura,
Com bravura,
Despiques a horas mortas
Com vinho,
Com Fado,
Com ternura,
Dos teus colegas que o tempo esvaiu
Que a saudade acende
Do borralho frio.

Se te lembras, Alfredo,
De tudo o que é Fado,
Se podes viver o tempo passado,
Se sabes sentir
O que já viveste,
Se podes ouvir
Ainda o Armandinho

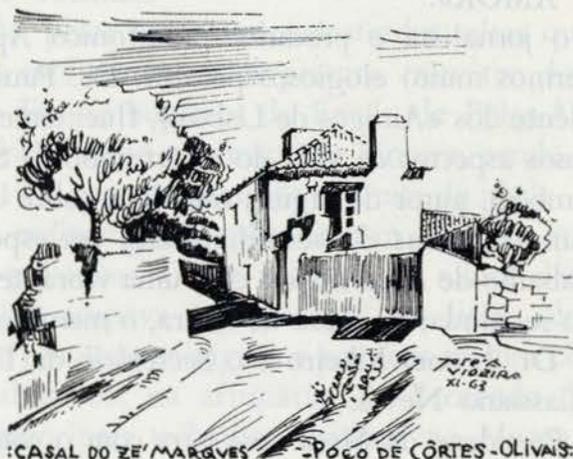
E se sentes correr
Do peito à garganta
Um copo de vinho,

Se cantas,
Se gingas
Da cabeça aos pés:
Alfredo Marceneiro,
Só tu é que és
O Fado verdadeiro.

Ápio Garcia fez depois a sua conferência, biografou Alfredo desde a sua meninice, projectou diapositivos da casa onde nasceu, as oficinas onde foi aprendiz de encadernador e marceneiro, fez ouvir gravações de noites passadas com o veterano nas rondas do Fado.

O Artista, por fim, dirigiu-se ao público, justificou a sua ortodoxia fadista, evocando poetas e a maneira de os interpretar: «Para se cantar bem o Fado nem é preciso ter muita voz. Só é preciso ler o poeta e compreendê-lo e dizer ao público o que é que ele quer dizer, em música simples do povo, feita pelo povo. Canções e cançõezinhas, berradas a compasso, não são coisa nenhuma».

As últimas palmas de admiração e ternura foram para Alfredo Marceneiro.





CAMILO recluso por amor

por ÁPIO GARCIA

Integrada na série das comemorações levadas a efeito, em Portugal e Brasil, referentes ao 150.º aniversário da data do nascimento do escritor Camilo Castelo Branco, em Lisboa, teve lugar, no salão nobre dos «AMIGOS DE LISBOA», uma conferência subordinada ao tema: — «CAMILO RECLUSO POR AMOR».

Foi orador o jornalista e produtor radiofónico Ápio Garcia, que, apresentado em termos muito elogiosos pelo Sr. Dr. Paulo Caratão Soro-menho, vice-presidente dos «Amigos de Lisboa», fluentemente, desenvolveu um dos mais curiosos aspectos da vida do «Torturado de Seide». O conferencista (que é, também, autor de alguns trabalhos sobre o polígrafo), foi escutado por algumas dezenas de «camilianistas» em especial, que coroaram o brilhante trabalho de Ápio Garcia com uma vibrante salva de palmas

Encontravam-se, ainda, na mesa de honra, o membro directivo e abalizado arqueólogo Dr. Leonel Ribeiro e o Secretário da Direcção e ilustre clínico Dr. José Cassiano Neves.

No final, o Presidente da Mesa teve para com o conferente palavras de muito elogio pelo trabalho profundamente erudito que apresentou e dado o cunho de verdade que lhe imprimiu, pois o conferente havia sido, anos atrás, assistente-social da cadeia onde Camilo estivera enclausurado.

ARMANDO DE LUCENA

FOI ontem a enterrar o Prof. Armando de Lucena, tendo o funeral saído da Igreja do Santo Condestável, para o cemitério dos Prazeres.

As actividades de professor, pintor e historiador de arte preencheram a longa vida de Armando de Lucena, ficando sem saber-se em qual dessas facetas de labor intelectual e artístico se notabilizou mais, pois a cada uma delas se dedicou com o mesmo amor e o mesmo apego. Se a pintura foi recreio de espírito, a vida docente foi dávida que se projectou para além da escola nos seus escritos sobre a história de arte e no seu exemplo de estudioso incansável.

Armando Figueiredo de Lucena, nascido em Sernancelhe em 1886, revelou desde muito novo a sua propensão artística, sobretudo no campo da pintura paisagista. E pode dizer-se que se realizou nesse aspecto, não só por força do Curso de Pintura de Paisagem, concluído na Escola de Belas-Artes de Lisboa e do Curso Normal para o Ensino de Desenho, como ainda pela actividade desenvolvida como professor efectivo de Desenho nas Escolas Técnicas.

Mais tarde, pelos méritos demonstrados, altas qualidades pedagógicas e profundos conhecimentos de pintura, transitou do Ensino Secundário Técnico para o Ensino Superior da Escola de Belas-Artes de Lisboa, em fins de 1952, então como professor de Pintura, sendo nesse posto que se aposentou, em 1956, por ter atingido o limite de idade.

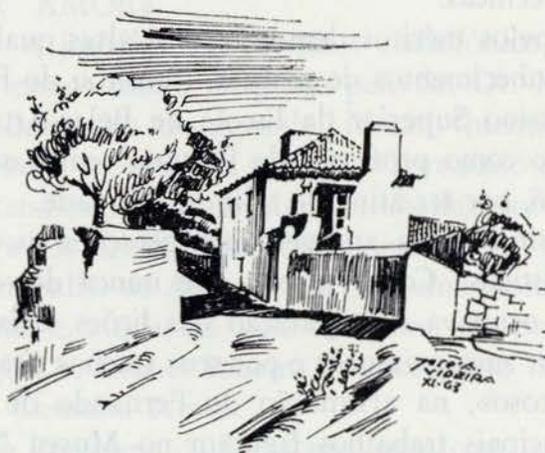
Dos seus ensinamentos aproveitaram gerações sucessivas, das quais muitos artistas plásticos. Como pintor, que nunca deixou de ser, apesar do tempo que lhe ocupava a preparação das lições, deixou obra notável, «distinguindo-se por suas paisagens e por seus trechos citadinos de colorido impressivo e saboroso», na afirmação de Fernando de Pamplona.

Os seus principais trabalhos figuram no Museu Nacional de Arte Contemporânea («Paisagem»); Museu da Cidade de Lisboa («Bairro da

Estrela»); Museu Nacional Machado de Castro (Coimbra) Museu Regional Grão Vasco (Viseu); Museu Nacional Soares dos Reis (Porto); e muitos particulares. Têm especial encanto os seus aspectos de jardins, de cromatismo vivo e fresco. Por vezes, os seus quadros revestem-se de largo decorativismo, como «Lago dos cisnes» (Jardim da Estrela), de delicada sinfonia tonal. A sua terceira actividade — a de historiador de arte — constitui complemento das de pintor e professor. Nela se espelham também uma extraordinária vivacidade de espírito; justeza na apreciação crítica, somatório de conhecimentos adquiridos pela experiência, estudo e observação; uma forte propensão artística, já evidenciada nas suas pinturas, e um poder expositivo invulgar. Os seus escritos valiosos e bem documentados trabalhos encontram-se dispersos por jornais, revistas e várias outras publicações, tendo sido distinto colaborador do «Diário de Notícias» ao longo de várias décadas.

Armando de Lucena obteve a medalha de ouro na Exposição Ibero-Americana, em Sevilha (1929) e a 1.^a medalha em pintura na Sociedade Nacional de Belas-Artes. Era vogal efectivo da Academia Nacional de Belas-Artes. Foi presidente do Conselho Superior da Sociedade Nacional de Belas-Artes e da respectiva direcção.

(Do *Diário de Notícias*, de 27-IV-1975,
com a devida vénia).



UMA POESIA
DE
HENRIQUE LOPES DE MENDONÇA

por ALFREDO MOTA

NO dia 5 de Abril de 1897, a Real Academia de Amadores de Música realizou no Salão da Trindade um sarau de homenagem à memória do maestro brasileiro Carlos Gomes.

A primeira parte do programa constou de poesias expressamente escritas para este sarau, recitadas por actores do teatro de D. Maria II.

O actor Augusto Rosa recitou a poesia «Elegia», da autoria de Henrique Lopes de Mendonça.

Não me consta que esta poesia tenha sido incluída em nenhum livro do autor. Na bibliografia do volume da Colecção Patrícia, dirigida por Albino Forjaz de Sampaio, dedicado a Henrique Lopes de Mendonça, não está esta poesia.

Possuo na minha colecção um exemplar do programa do sarau. Ilustrado com um retrato de Carlos Gomes, abre com a biografia do maestro por Ernesto Vieira, e inclui as poesias recitadas.

Deram a sua colaboração Luís Guimarães, Tomás Ribeiro, Bulhão Pato, Fernandes Costa e Henrique Lopes de Mendonça. É deste programa que reproduzimos a poesia, lembrando o nome de um oficial de marinha que é ao mesmo tempo um grande vulto das letras portuguesas.

ELEGIA

O vento oeste nas asas trouxe
Echo de um canto triste, sentido;
A lyra de ouro despedaçou-se,
Quebram-se as cordas com um gemido.

Lágrimas acres de mãe piedosa
Cahem continuas e sem rebuço;
Quebrou-se a lyra melodiosa,
Estavam cordas com um soluço.

O doloroso clamor retumba
N'alma saudosa da pátria minha;
Como ella chora sobre essa tumba,
Mãe duas vezes, terna avósinha!

Dos nobres filhos de que se orgulha
Herdeiro via genial maestro;
E nos seus cantos rubra faulha
Ella divisa do proprio estro.

Da filha adulta, que se apartara,
Pode às venturas alhear-se a mãe;
Porém dos prantos à onda amara
O seu direito sempre mantem.

Por isso exige quinhão bem largo
A pátria lusa, na dôr mesquinha;
E aos da mãe junta seu pranto amargo
Mãe duas vezes, terna avósinha.

Vento maldito, que assim nos trouxe
Lágrimas acres, clamor sentido!
A lyra de ouro despedaçou-se,
Quebram-se as cordas com um gemido!

5-3-97

Henrique Lopes de Mendonça

Prédios legados pelo Comendador

JOÃO MARIA FERREIRA

(Apontamento lido pelo DR. LEONEL RIBEIRO na visita feita ao local)

O ano social do Grupo «Amigos de Lisboa», em 1948, foi extraordinariamente brilhante e feliz. No Relatório da Junta Directiva, referente ao exercício de 1948, vê-se com prazer a extensa série de visitas de estudo, conferências e lições de Arte e de Cultura, donde resultaram recordações inolvidáveis, como a da visita à fragata D. Fernando, as lições de Arte do Professor Armando Lucena e a audição da Poliphonia em S. Roque, dedicada ao nosso Grupo.

Porém, e ao lado de acontecimentos tão felizes, não deixou o Grupo de acusar graves perdas pelo falecimento de dezassete dos seus sócios, entre os quais o Relatório não deixou de sublinhar, com saudade e reconhecimento, o Arquitecto Cotinelli Telmo, da Junta Directiva e o Comendador João Maria Ferreira, que ao Grupo legou os três prédios, que estamos observando.

Relativamente a esse legado, parece-nos bem transcrever a parte do Relatório, que se encontra a páginas 140/41, no n.º 46 do OLISIPO:

«Temos também que vos falar do Comendador João Maria Ferreira, poeta e grande amigo do Grupo. Antes de partir para a grande viagem de que se não volta, quis a bondade do seu coração marcar traço indelével da sua dedicação pelos «Amigos de Lisboa», legando-nos valiosa herança material, de que vos falaremos mais tarde, quando a natureza das suas disposições testamentárias estiver suficientemente aclarada. Desde já, porém, fique neste lugar, reservado à sua alma, o reconhecimento pela nobreza das intenções que ditaram tão generoso propósito». E, no «Parecer da Comissão de Contas ...» da página seguinte, lê-se ainda:

«Também neste ano desapareceu do número dos vivos o nosso saudoso consócio Ex.^m Sr. João Maria Ferreira, que foi grande benemérito do nosso agrupamento e por disposições testamentárias nos legou generosa dádiva, de que em devido tempo tomaremos posse».



Com data de 16 de Janeiro de 1950, lê-se, a páginas 92 do Boletim OLISIPO n.º 50, o seguinte passo do «Relatório da Junta Directiva referente ao exercício de 1949»:

«LEGADO JOÃO MARIA FERREIRA — Conforme foi descrito no Relatório do ano transacto teve este nosso saudoso consócio a nobreza de promover disposições testamentárias a favor do Grupo «Amigos de Lisboa». Os efeitos desse testamento todavia só se exercerão a favor do Grupo, quando cessarem aqueles que estão consignados aos seus usufrutuários. Para que seja do conhecimento dos nossos consócios e ainda para efeitos de arquivo, o testamento vai transcrito em página a seguir.

E não é de mais repetir quanto a esta Junta Directiva foi grato registar tão delicado gesto de benemerência, de quem em vida foi um distinto poeta e na verdade, e com toda a propriedade: um Amigo de Lisboa».

E, de páginas 95 e 96, passamos a transcrever o seguinte:

TESTAMENTO DE JOÃO MARIA FERREIRA

«Eu, João Maria Ferreira, solteiro, proprietário, sem descendentes, morador na Rua D. Pedro V, 53-2.º em Lisboa, venho por esta forma fazer o meu testamento e disposições das minhas últimas

Lego o usufruto simultâneo, sucessivo e em partes iguais do meu prédio na Rua Prior do Crato (D. António), n.º 50, 52 e 54, e Calçada do Livramento, n.º 1, 3, 5, 7 e 9 a minha irmã Maria Adelaide Ferreira Calderon, aos meus compadres João Kruss Gomes e Augusto Dias da Silva e ao meu amigo Octávio Rodrigues Campos. Para administração deste usufruto nomeio-o meu primeiro testamenteiro, em concordância com todos os usufrutuários. Lego desde já a propriedade desde meu prédio à Sociedade Nacional de Belas-Artes, de Lisboa; mas a Sociedade Nacional de Belas-Artes de Lisboa só entrará na posse do rendimento deste prédio, por mim legado, depois do falecimento de todos. Por este legado a Sociedade Nacional de Belas-Artes de Lisboa fica obrigada à edição das minhas obras

inéditas, que forem encontradas no meu cofre n.º 720 do Montepio Geral e em minhas malas; a publicar todas as impressões críticas que sobre a minha obra forem publicadas pela imprensa e a fazer edição das obras a publicar, etc., etc., etc., instituir um prémio, etc., etc., etc.

.....À mesma Sociedade de Belas-Artes eu lego as consignações dos meus trabalhos literários e depósitos nas livrarias, excepto as que tenho em conta de consignação no Grupo «Amigos de Lisboa», estes lego eu ao mesmo Grupo depositário. Este prédio está, à data deste meu testamento hipotecado no Montepio Geral em conta corrente. No caso de não existir já a Sociedade Nacional de Belas-Artes na data de entrar na posse deste meu legado, ou no caso de se negar ao cumprimento de algumas das cláusulas deste meu legado, passará este legado com todos os seus direitos e obrigações para o Grupo «Amigos de Lisboa», do qual sou também sócio.

Este meu prédio é livre de foro e os restantes meus prédios, à data deste meu testamento, são ainda foreiros à Câmara Municipal de Lisboa. Todos os meus prédios ficam situados na freguesia de Alcântara, em Lisboa. Lego o usufruto sucessivo do meu prédio, situado na Calçada do Livramento n.º 25, 27 e 29, em primeiro lugar a minha irmã Maria Adelaide Ferreira Calderon; em segundo lugar ao meu amigo Octávio Rodrigues de Campos; em terceiro lugar a minha sobrinha Veiga Dias da Silva. Lego desde já a propriedade deste meu prédio ao Grupo «Amigos de Lisboa», o qual só entrará na posse do seu rendimento depois do falecimento de todos os usufrutuários. Lego o usufruto do meu prédio, situado na Calçada do Livramento n.º 31, 33 e 35 em primeiro lugar a Augusto Dias da Silva; em segundo lugar ao meu afilhado João Kruss Gomes; em terceiro lugar a Octávio Rodrigues de Campos; em quarto lugar a Maria Virgínia Veiga Dias da Silva. — Lego desde já a propriedade deste meu prédio ao Grupo «Amigos de Lisboa» o qual só entrará na posse do seu rendimento depois do falecimento de todos os usufrutuários. — Lego o usufruto sucessivo do meu prédio situado na Calçada do Livramento n.º 45, 47 e 49, em primeiro lugar a minha irmã Maria Adelaide Ferreira Calderon; em segundo lugar a Augusto Dias da Silva; em terceiro lugar a minha afilhada Maria Amália Pinto; em quarto lugar a Octávio Rodrigues de Campos; em quinto lugar a Maria Virgínia Veiga Dias da Silva. — Lego desde já a propriedade deste meu prédio ao Grupo «Amigos de Lisboa», o qual só entrará na posse do seu rendimento depois do falecimento de todos os usufrutuários.»



Feira da Ladra



FICHEIRO

74. *Academia Musical do Pessoal do Comando-Geral de Artilharia*

Das muitas colectividades que foram forçadas a dar por findas as suas actividades no decurso do último meio século, contam-se bastantes que se dedicavam ao culto da música, o que realça o grande poder da divina arte dos sons. Assim aconteceu à que vamos recordar e que atingiu tal prestígio que ainda hoje é evocada com saudade por alguns habitantes do típico bairro de Alfama.

Os operários do Arsenal do Exército manifestaram o desejo de formar um conjunto musical, ideia que se lhes afigurava de difícil solução, dada a carência de fundos.

Entre os simpatizantes de tal desejo, surgiram os generais de brigada Eduardo Ernesto Castelobranco e Cândido da Costa, então directores do Arsenal do Exército; e assim surgiram não só o instrumental, como os fundos necessários para a formação de uma banda de música, assentando-se que os fundos postos à dis-

posição seriam descontados nos salários dos operários, em convencionadas prestações.

Nasceu assim, em 15 de Agosto de 1894, a Academia Recreio Musical do Pessoal do Comando-Geral de Artilharia.

Muitos são os que ainda se recordam das festas de aniversário levadas a efeito no Teatro Politeama, pequeno para acolher todos quantos desejavam ouvi-la na sua impecável actuação.

Dos seus beneméritos, recordamos António Joaquim Lourenço, José Raimundo Valentim, seu sócio n.º 1 e o maestro Meneses Cabral, que foi um dos dedicados regentes da banda.

Músico muito culto, Meneses Cabral compôs a música para o hino da benemérita Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, cuja letra se ficou devendo ao inspirado poeta-operário Augusto César de Sousa, notável artista gráfico, que durante muitos anos chefiou a tipografia daquela instituição.

Desalojada da sua sede na Rua dos Remédios, foi o último ataque a que não resistiu, assim findando a sua acção cultural e beneficente, esta visando em especial a infância.

75. *Tarujense Futebol Clube*

Um grupo numeroso de interessados tomou a iniciativa de formar o Tarujense Futebol Clube, o que se concretizou em 25 de Janeiro de 1943.

Instalado na Rua de Campolide e no n.º 4 da Travessa do Tarujo, o clube não limitou a sua acção às actividades recreativas e desportivas, procurando expandir-se noutros sectores, criando uma escola primária para os filhos dos sócios e organizando um grupo dramático. Isto sem esquecer o campo atlético na Largo das Fonsecaas, que ficaram devendo à muita dedicação e tacto administrativo.

76. *Academia Recreativa Francisco Gomes Lopes*

Decorriam os primeiros anos do século actual, estando em moda as estudantinas e os solidós. Neste grupo se situava um conjunto de jovens, entre os 14 e os 16 anos, moradores nas ruas da Alameda e da Cruz da Carreira, ao Campo dos Mártires da Pátria, pensando formar um grupo musical de instrumentos de corda.

Por essa data existia na Rua da Alameda uma fábrica de instrumentos de corda cujo dono, a pedido da rapaziada, lhes ensinou música e se encarregou da

execução dos instrumentos e, pouco tempo depois, surgiu a Troupe de Bandolinistas «As Flores».

Os ensaios realizavam-se num quarto cedido pelo pai de um dos executantes até que conseguiram no final do ano de 1907 alugar um rés-do-chão, que havia vagado no n.º 1 da Rua da Alameda.

Em 1 de Janeiro de 1908, premiando a dedicação de quem os acarinhou desde a primeira hora, ligaram o seu nome ao da colectividade: Trope Familiar Francisco Gomes Lopes.

Criou a colectividade o seu grupo dramático e dedicou-se à protecção da infância.

Quando em 1924 se fundou a Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, a Troupe deliberou passar a designar-se Academia Recreativa Francisco Gomes Lopes.

Mais tarde, com a demolição do prédio, onde se encontrava a sede, foram para uma casa na Rua de Gomes Freire, onde existiu até ao último alento...

Zacarias da Silva



RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

referente ao ano de 1973

Ex.^{mos} Consócios:

Nos termos do Art.º 33.º dos nossos Estatutos, apresentamos a V. Ex.^{as} o Relatório sumário do ano que findou.

No mês de Janeiro, a 31, realizou-se, em 2.^a convocação, a Assembleia Geral Ordinária, nos termos habituais, tendo-se eleito os Corpos Directivos para o triénio de 1973/1975. Tendo o Doutor Eduardo Neves adoecido com gravidade, foi chamado a coadjuvá-lo o Dr. Paulo Caratão Soromenho, vogal da Junta Directiva. A partir de 31 de Janeiro o Dr. P. C. Soromenho, agora vice-presidente, tomou a presidência, ainda antes da assinatura do acto de posse em 4 de Julho. Em fins de Julho faleceu o Doutor Eduardo Neves. Em Outubro o Dr. Paulo Caratão Soromenho deu posse ao Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, presidente substituto da Junta Directiva.

Durante o ano de 1973 deu-se o seguinte movimento de sócios:

Existiam em 31-12-1972	Efectivos	810	
	Honorários	2	812
Faleceram em 1973	19	
Foram demitidos	37	56
Admitidos em 1973	30	756
Readmitidos	2	32
			788

No mesmo ano faleceram os seguintes sócios:

- 27 — Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves
- 200 — Agostinho Fernandes
- 600 — Dr. Carlos Lobo d'Oliveira
- 691 — Eduardo Guimarães
- 693 — Dr. Francisco Câncio
- 1006 — Manuel Dias Pires
- 1222 — Inácio Magalhães Basto
- 1297 — Dr. Alexandre Ferreira Pinto Basto
- 1760 — José Adelino Espinho
- 2125 — José Libânio de Miranda
- 2426 — Dr. Artur de Moura Coutinho d'Almeida d'Eça
- 2948 — Luciano S. Dentinho
- 2973 — Eng.º Álvaro de Melo Gouveia
- 3213 — Frederico d'Almeida
- 3427 — Comodoro Carlos Henrique
- 3462 — António Fernandes da Silva
- 3537 — Joaquim Rafael
- 3582 — Prof. Doutor José Frederico Gonçalves Laranjo
- 3750 — Embaixador Dr. Heitor Lyra

Todos nos merecem sentimentos de saudade, mas destacamos o nome do Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves, sócio fundador deste Grupo e que durante anos dedicou o maior desvelo à actividade desta Casa, onde desde o início pertenceu aos Corpos Directivos, e a que prestou uma actividade digna do maior louvor.

Também o sócio Dr. Francisco Câncio, distinto publicista, que nas suas numerosas obras muito se dedicou à nossa Cidade, foi nosso muito dedicado consócio. O sócio Sr. José Adelino Espinho colaborou no nosso Boletim Olisipo, dando a algumas capas do mesmo o valor do seu talento de desenhador.



Entre as visitas de estudo realizadas, todas do maior interesse cultural, distinguimos as efectuadas à Fundação Calouste Gulbenkian e à Igreja de S. Jorge de Arroios. Também foi visitado, com alto interesse, o Lar das Velhinhas de Carnide, instalado no antigo Mosteiro de Santa Teresa de Carnide e os templos de Santo António da Sé, Igreja da Conceição Velha e Capela de Nossa Senhora da Saúde.

No antigo palácio onde funcionou a Faculdade de Direito, foi levada a efeito uma interessante visita de estudo ao Instituto Alemão, agora ali instalado. As novas instalações do Ginásio Clube Português mereceram uma visita que a todos deixou as melhores impressões.

Fora de Lisboa foram realizadas duas visitas de maior interesse: à Merceana e à antiga Aldeia Galega da Merceana. Numa e noutra os visitantes foram galhardamente recebidos. Em Junho visitou-se a 1.^a Aldeia de Crianças S.O.S. em Bicesse, onde os numerosos sócios tiveram oportunidade de observar uma obra admirável de assistência.

Realizaram-se na sede duas conferências de grande valor, uma intitulada «Lisboa em escritores franceses», pelo Sr. Dr. Leonel Ribeiro, e «Lisboa e o ensino em Portugal» pelo Sr. Dr. Fernando Castelo Branco. A homenagem a Alfredo Marceneiro, pelo jornalista Ápio Garcia, decorreu com o maior brilho e trouxe ao Salão dos «Amigos de Lisboa» numerosa assistência.

Em 25 de Outubro, o Dr. Paulo Caratão Soromenho proferiu uma palestra sobre a Lisboa moura, que D. Afonso Henriques conquistou. Foi convidado pela Direcção dos Rotários de Lisboa Oeste, como representante do nosso Grupo.

Oportunamente o Grupo fez-se representar nos convites recebidos durante o ano.

O balancete que a seguir se transcreve elucida V. Ex.^{as} sobre o actual estado financeiro do Grupo. O prejuízo manifestamente avultado é principalmente devido às despesas com a publicação do Boletim OLISIPO e à colocação da lápida comemorativa do 4.^o Centenário da publicação de «Os Lusíadas», já afixada num dos cunhais do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, a inaugurar brevemente e a qual importou em Esc.: 21.000\$00.

Aos dirigentes das nossas visitas de estudo, aos que têm contribuído com trabalhos para o nosso Boletim OLISIPO e aos que a esta Casa vieram trazer o interesse da sua palavra, em conferências, muito reconhecidos agradecemos.

Temos a honra de propor os seguintes votos, em conclusão deste Relatório:

a) — um voto de sentimento pelos sócios falecidos, distinguindo o Presidente da Junta Directiva Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves.

b) — um voto de agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, pela dedicada solicitude que nos tem dispensado sempre.

c) — agradecimentos à Comissão de Contas pelo interesse com que seguiu os trabalhos da Junta Directiva.

d) — um voto de agradecimento à Imprensa, à Rádio e à Televisão, pelo apoio que concederam à vida associativa deste Grupo.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1973.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido d'Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Paulo Caratão Soromenho

O SECRETÁRIO-GERAL

Dr. José Cassiano Neves

O TESOUREIRO

Inocência Castelhana

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho

OS VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

Dr.^a Anna-Maria Pereira da Gama

P. Francisco dos Santos Costa

Prof. Francisco d'Assis de Oliveira Martins

Dr. Leonel Ribeiro

BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Biblioteca	13.329\$22	
Móveis e Utensílios	\$70	
Edições	3.269\$25	
Subsídios da C. M. L.		186.407\$00
Fundo Variável		9.266\$97
Devedores e Credores	105.572\$10	31.877\$34
Devedores e Credores c/ Consignação	19.926\$00	91.611\$18
Emblemas	240\$00	
Valores à Cobrança	1.868\$70	
Consignações de c/ Alheia	89.403\$60	
Olisipo	19.185\$00	
Caixa	8.272\$00	
Resultado do Exercício	78.029\$42	
Consignações de c/ Própria		19.933\$50
	339.095\$99	339.095\$99

Conta dos resultados do exercício de 1973

CONTAS	DEBITO	CREDITO
Realizações Culturais	23.005\$00	
Edições		477\$78
Receitas Diversas		1.775\$30
Emblemas		19\$00
Consignações de c/ Alheia		12.848\$00
Olisipo	33.514\$00	
Cotas		100.685\$00
Gastos Gerais	138.035\$50	
Jóias		670\$00
Cartões de Identidade		50\$00
Resultado do Exercício		78.029\$42
	194.554\$50	194.554\$50

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1973

Ex.^{mos} Consócios:

Conforme o exarado em acta após a reunião desta Comissão de Contas, que transcrevemos, pedimos a vossa aprovação.

ACTA N.º 3

Aos trinta dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e setenta e quatro, pelas dezoito horas, na sede do Grupo «Amigos de Lisboa», reuniu-se a Comissão de Contas, com a presença de todos os seus elementos efectivos: Doutor Francisco Gonçalves do Couto Santos, Presidente; Engenheiro Júlio Eduardo dos Santos, Secretário; e Carlos de Barros Queirós, Relator.

Lido o relatório da Junta Directiva referente ao ano de mil novecentos e setenta e três e apreciadas as respectivas contas, e tendo a Comissão verificado a exactidão dos elementos apresentados, resolveu propor à Assembleia-Geral que seja aprovado o sobredito relatório e contas, ambos daquele exercício, incluindo os votos consignados pela Junta Directiva, dos quais destaca a merecida referência à memória do seu Presidente Doutor Eduardo Augusto da Silva Neves, e que igualmente seja ainda aprovado um voto de louvor à mesma Junta, pelo zelo dispendido nos seus actos administrativos no mesmo período.

Para constar lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada pelos presentes.

Lisboa, 31 de Janeiro de 1974.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

O SECRETÁRIO

Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

O RELATOR

Carlos de Barros Queirós

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

referente ao ano de 1974

Ex.^{mos} Consócios:

Nos termos do Art.º 33.º dos nossos Estatutos, apresentamos a V. Ex.^{as} o Relatório sumário do ano que findou.

Durante 1974 houve o seguinte movimento de sócios:

Existiam em 1-1-1974 Efectivos	786		
Honorários	2	788	
Faleceram	23		
Foram demitidos	35	58	
		730	
Foram admitidos		23	
		753	

No mesmo ano faleceram os sócios:

- 241 — Dr. João Ubach Chaves
- 562 — D. Julieta Ferrão
- 579 — Dr. Edgard de Lima
- 618 — Dr. José Alvelos

- 945 — Joaquim Júlio Pereira
- 1060 — Eng.º Carlos Garcia Alves
- 1294 — Mário de Noronha
- 1387 — Adolfo Gonçalves da Silva Fagulho
- 1640 — Fernando José da Costa
- 1918 — Francisco Felgueiras
- 1975 — Dr. Artur Ricardo Jorge
- 2267 — Dr. Virgílio Cunha
- 2338 — Alfredo Faustino Teixeira
- 2417 — Dr. Ruy Dique Travassos Valdez
- 2447 — Hermenegildo de Brito Alves
- 2606 — Óscar Portela
- 2698 — António de Avellar George
- 2905 — Carlos Augusto Guerra
- 3011 — António Hipólito Júnior
- 3012 — General Henrique Pereira do Valle
- 3061 — Dr. Abel Monteiro
- 3349 — Prof. Doutor Álvaro Bissaia Barreto
- 3634 — Raul Kruss Ribeiro Nogueira

Todos nos merecem sentimentos de saudade, mas distinguimos a Senhora D. Julieta Ferrão, que foi distinta conservadora dos Museus Municipais de Lisboa e Directora do Museu Rafael Bordalo Pinheiro. Foi activo membro da Junta Directiva deste Grupo, onde prestou valiosa colaboração. Destacamos também os antigos sócios e colaboradores Dr. Ruy Dique Travassos Valdez e General Henrique Pereira do Valle, que mercê da sua colaboração muito enriqueceram o nosso Boletim «Olisipo».

Em 5 de Fevereiro foi descerrada a lápida comemorativa do 4.º Centenário da Publicação de «Os Lusíadas», colocada num dos cunhais do edifício do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, com a presença dos Ex.^{mos} Senhores Presidente da Câmara Municipal de Lisboa e Embaixador do Brasil. A propósito, no local, o Professor Francisco d'Assis de Oliveira Martins, membro da nossa Junta Directiva, fez uma notável prelecção.

O Boletim «Olisipo», correspondente ao ano de 1973, pelo seu aspecto gráfico, pela colaboração e pelos assuntos tratados, honra

sobremaneira o Grupo, sendo de justiça salientar a muita dedicação e competência do Vice-Presidente da Junta Directiva, Dr. Paulo Caratão Soromenho, a quem se deve todo o trabalho de revisão, coordenação e compilação.

Como é habitual, dentro da sua actividade cultural do ano findo, realizaram-se várias visitas de estudo, sendo de destacar as que foram feitas ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos), onde os presentes foram devidamente esclarecidos pelo Prof. Doutor D. Fernando d'Almeida. Foram também visitados o Museu e a Igreja de São Roque, Museu Numismático Português (Casa da Moeda) e Museu da Marinha, no qual os visitantes foram orientados pelo subdirector Sr. Comandante Carvalho de Andrade e pelo seu Conservador Dr. Andrade Maia. Completou-se a tarde com uma visita ao Planetário Calouste Gulbenkian, onde os visitantes foram amavelmente esclarecidos pelo Sr. Capitão de Mar e Guerra Eugénio da Silva Gameiro. De seguida passou-se à Sala de Cartografia, onde foi proferida pelo Comandante Teixeira da Mota uma magnífica lição sobre a história da cartografia portuguesa desde o século XV.

Foram também realizadas algumas conferências, umas na nossa sede, outras no local das visitas. Na nossa sede, distinguimos: sob o tema «Monumentos Arqueológicos Romanos de Lisboa» pelo Prof. Doutor D. Fernando d'Almeida e a proferida pelo Sr. Inspector Ricardo Rosa y Alberty, sob o título «A Questão de Olivença», durante a recepção ao Grupo «Amigos de Olivença».

Mais uma vez se visitou o Castelo de São Jorge, onde foram proferidas interessantes palestras sobre os temas «Pré-romano no Castelo», e «História Portuguesa do Castelo de São Jorge», respectivamente pelos Senhores Dr. Leonel Ribeiro e Dr. Paulo Caratão Soromenho. Renovou-se também a visita à Igreja de Santa Cruz do Castelo, templo reconstruído em 1776, tendo aí o Sr. Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho, da Junta Directiva, prestado aos inúmeros visitantes informes históricos de muito interesse.

Numa concorrida visita à Tapada das Necessidades, os senhores Dr. Leonel Ribeiro e Prof. Abílio Mendes do Amaral evocaram a história do Palácio, da antiga Ermida de N. S. das Necessidades e da Tapada.

Na mesma tarde foram vistos exteriormente os prédios doados ao Grupo pelo Comendador João Maria Ferreira, sitos na Calçada do Livramento e ainda na posse dos usufrutuários.

Em Dezembro foi visitada a histórica e notável Academia das Ciências de Lisboa, na qual os numerosos visitantes foram recebidos e orientados pelos Senhores Drs. Braga Paixão e Veríssimo Serrão, que lhes patentearam espécies raras do património daquela douta Academia, enquanto foram demoradamente percorridas as suas magníficas instalações.

Igualmente foi visitada, mais uma vez, a Sociedade de Geografia de Lisboa, instituição de largas tradições históricas e onde o Professor Francisco d'Assis de Oliveira Martins usou da palavra explicando aos presentes as origens da Sociedade e dando vastos esclarecimentos do maior interesse.

Sobre os valiosos objectos expostos foram dadas aos visitantes interessantes informes de carácter etnográfico, pelo senhor Dr. Hopffer Rego.

Como habitualmente a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pôs à disposição dos sócios do nosso Grupo cem bilhetes para mais um agradável passeio pelo Tejo.

Em 11 de Junho, foi entregue no Palácio de Belém, por alguns membros da Junta Directiva, uma mensagem a Sua Excelência o Senhor Presidente da República.

Oportunamente o Grupo fez-se representar, nos convites que lhe foram dirigidos, por membros da sua direcção, entre os quais destacamos, pela sua dedicação, o Presidente da Comissão de Contas, Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos.

Transcreve-se a seguir o balancete que devidamente elucida sobre o actual estado financeiro deste Grupo.

Aos dirigentes das nossas visitas de estudo, aos que têm contribuído com trabalhos para o Boletim «Olisipo» e aos que a esta Casa vieram trazer o interesse da sua palavra, em conferências, muito reconhecidos agradecemos.

E em conclusão deste Relatório temos a honra de propor os seguintes votos:

- a) — um voto de sentimento pelos sócios falecidos;

b) — um voto de agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa colaboração e protecção que nos tem dispensado;

c) — agradecimento à Comissão de Contas pelo interesse com que seguiu os trabalhos da Junta Directiva;

d) — um voto de agradecimento à Imprensa, à Rádio e à Televisão pelo apoio concedido às actividades culturais deste Grupo.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1974.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido d'Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Paulo Caratão Soromenho

O SECRETÁRIO-GERAL

Dr. José Cassiano Neves

O TESOUREIRO

Inocêncio Castelhana

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho

OS VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

Dr.^a Anna-Maria Pereira da Gama

P. Francisco dos Santos Costa

Prof. Francisco d'Assis de Oliveira Martins

Dr. Leonel Ribeiro

BALANÇO

CONTAS	ACTIVO	PASSIVO
Móveis e Utensílios	2.749\$20	
Fundo Variável	68.762\$45	
Consignações de c/ Própria		28.263\$50
Emblemas	176\$00	
Valores à Cobrança		2.002\$30
Consignações de c/ Alheia	92.491\$80	
Olisipo	19.671\$00	
Devedores e Credores c/ Consignação	28.268\$00	94.871\$08
Biblioteca	14.729\$22	
Caixa	4.292\$60	
Edições	3.185\$45	
Devedores e Credores	2.414\$50	14.709\$69
Resultado do Exercício		96.893\$65
	236.740\$22	236.740\$22

Conta dos resultados do exercício de 1974

CONTAS	DÉBITO	CRÉDITO
Receitas Diversas		3.060\$70
Emblemas		16\$00
Consignações de c/ Alheia		11.912\$20
Olisipo	8.193\$35	
Cotas		94.390\$00
Jóias		710\$00
Cartões de Identidade		55\$00
Edições		103\$10
Realizações Culturais	5.160\$00	
Resultado do Exercício	96.893\$65	
	110.247\$00	110.247\$00

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1974

Ex.^{mos} Consócios:

Tendo apreciado o relatório e as contas da Junta Directiva, a Comissão de Contas continua a ver com grandes apreensões a situação do Grupo.

O número de sócios continua a diminuir duma maneira alarmante. A diminuição durante o exercício foi de 35, fixando-se os existentes em 753.

Há que assinalar o importante subsídio de 100.000\$00, com que a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir para a manutenção do Grupo.

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das contas, temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

- a) Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo;
- b) Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 14 de Janeiro de 1975.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

O SECRETÁRIO

Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

O RELATOR

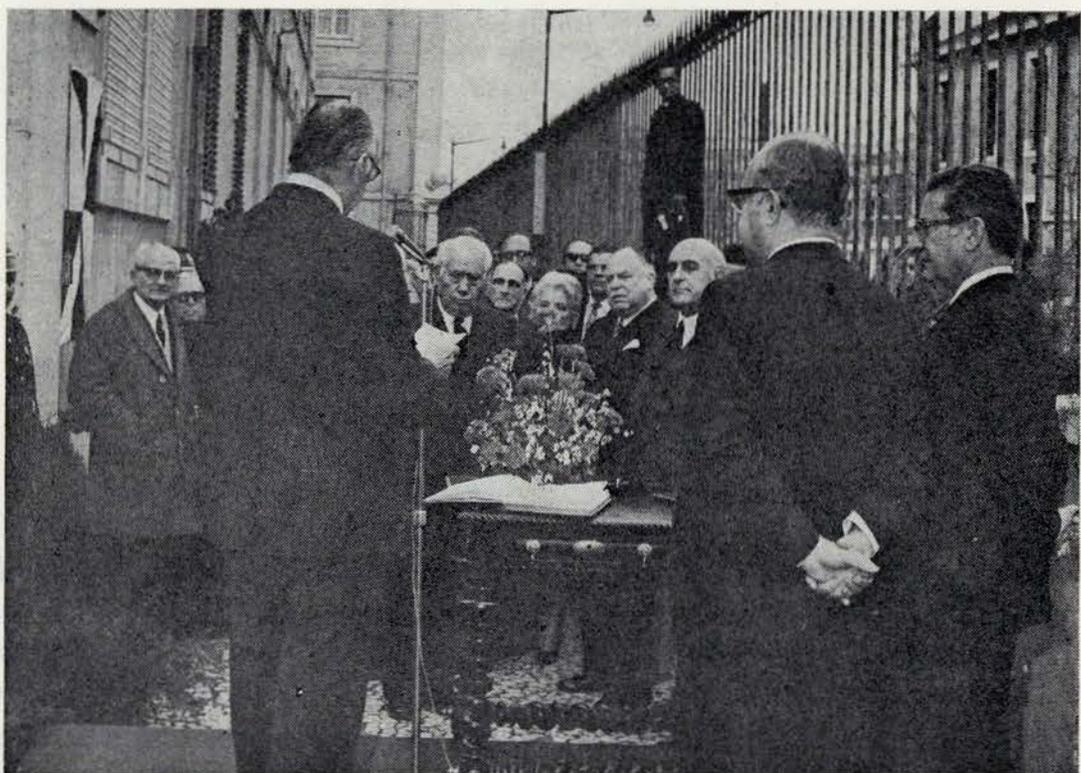
Carlos de Barros Queirós

ACTIVIDADE CULTURAL

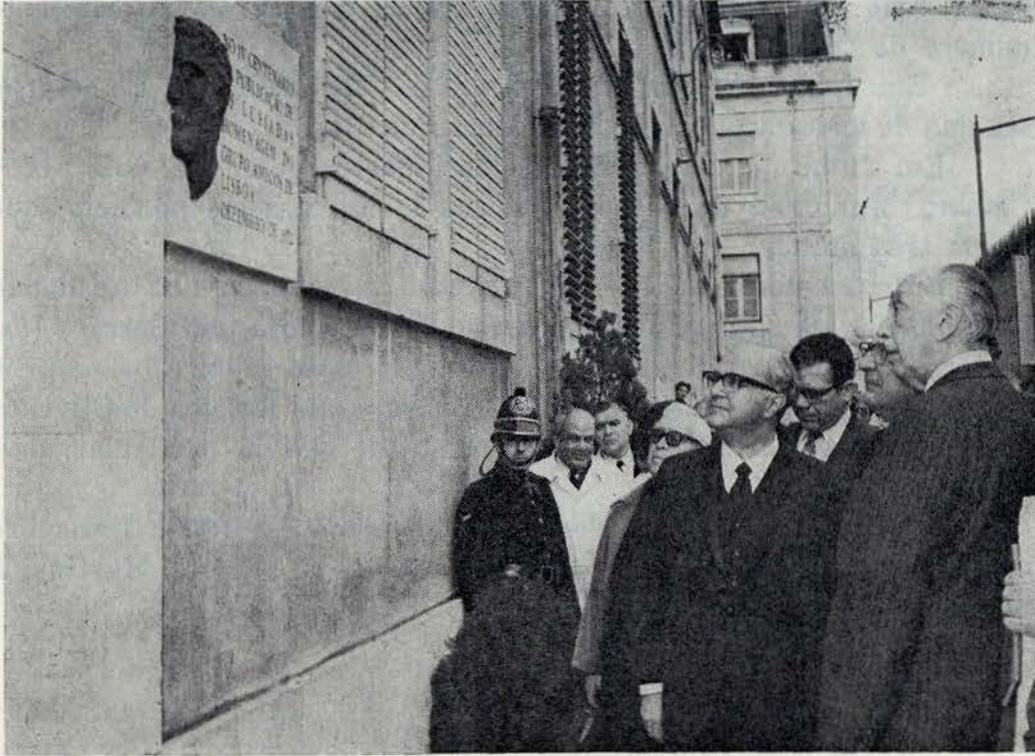
no ano de 1974

O ano cultural do Grupo, no decorrer do ano de 1974, foi particularmente notável, e tanto mais se considerarmos as dificuldades que afectaram a nossa vida associativa.

No dia 5 de Fevereiro, às 12 horas, com a presença dos Ex.^{mos} Senhores Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, coronel Silva Sebastião, e Embaixador do Brasil, Prof. Luís Gama e Silva, descerrou-se a lápida comemorativa do 4.º Centenário da publicação de *Os Lusíadas*, colocada num dos cunhais do edifício do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, ao Campo de Santana. A cerimónia, largamente divulgada pela Imprensa, decorreu ao ar livre, perante grande assistência, constituída por consócios e outras pessoas. Estiveram, além dos membros dos Corpos Gerentes, o 2.º Comandante do Batalhão de Sapadores Bombeiros, tenente-coronel Carreira, e o chefe da repartição de Acção Cultural da Câmara, Dr. Fernando Castelo Branco. O Presidente da Junta Directiva, Prof. João Cândido de Oliveira apresentou cumprimentos e explicou o significado da sessão: a lápida ficava junto do local, onde Camões fora sepultado e num cunhal do Instituto, que tem o nome de um dos maiores cientistas portugueses. Seguiu-se o descerramento, pelos convidados de honra, da lápida com o busto de bronze do Poeta e, em caracteres vermelhos, a legenda: «No IV Centenário da publicação de *Os Lusíadas*, homenagem do Grupo Amigos de Lisboa». Foi afixada sob outra, também relativa a Camões, ali colocada em 1925 pela Câmara Municipal. Tomou então a palavra o professor Oliveira Martins, que proferiu uma notável alocução, publicada noutra local deste número.



Momentos da Homenagem a Camões



Outro momento da Homenagem a Camões

Em Março, a 17, houve uma visita de estudo ao Museu e à Igreja de São Roque, durante a qual os nossos consócios ouviram as explicações da Senhora Conservadora. No dia 21, o senhor Prof. Doutor D. Fernando de Almeida proferiu uma conferência intitulada «Monumentos Arqueológicos Romanos de Lisboa», reproduzida no presente número. O mesmo ilustre professor dirigiu, em 24, a visita ao Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (Museu Etnológico Dr. Leite de Vasconcelos), com muita assistência. Em 31, grande número de associados esteve presente na visita cultural ao Castelo de São Jorge, onde o Dr. Paulo Caratão Soromenho falou sobre a «História Portuguesa do Castelo», e o Dr. Leonel Ribeiro sobre «O Pré-Romano no Castelo»; em seguida foi visitada a Igreja de Santa Cruz, sob a direcção do Dr. Manuel H. Mourinho.

Em Abril, a 18, o Grupo visitou o Museu Numismático Português (na Casa da Moeda); em 21, com a orientação do Dr. Leonel Ribeiro, os nossos consócios concentraram-se na Calçada do Livramento, junto dos prédios n.ºs 35, 37 e 41, doados ao Grupo pelo Comen-

dador João Maria Ferreira. A história da doação vem no presente número de *Olisipo*.

Em Junho, no dia 30, realizou-se uma sessão no Planetário, seguida de visita acompanhada ao Museu da Marinha.

Em Julho, 7, com bilhetes gentilmente oferecidos pela Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa, realizou-se um passeio no Tejo, que durou três horas.

Em Dezembro, dia 7, fez-se a visita às instalações da Academia das Ciências de Lisboa, onde o senhor Prof. Veríssimo Serrão, Inspector da Biblioteca, fez uma brilhante exposição sobre a origem e a finalidade do douto instituto. Em 12, o Grupo dos Amigos de Olivença visitou a nossa instituição, acontecimento de que dá particular notícia noutra local.

A actividade cultural deste ano terminou em 14 de Dezembro com a visita de estudo, dirigida pelo professor Oliveira Martins, à Sociedade de Geografia de Lisboa.



RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA

relativo ao ano de 1975

Ex.^{mos} Consócios:

Nos termos do Art. ° 33.º dos nossos Estatutos apresentamos a V.Ex.^{as} o Relatório do ano que findou.

Durante 1975 houve o seguinte movimento de sócios:

Existiam em 1-1-1975 Efectivos	751	
Honorários	2	753
Faleceram.	27	
Foram demitidos	227	254
Foram admitidos	20	
Foram readmitidos	1	21
		520

É tradição do Grupo, no seu Relatório anual, lembrar saudosamente os sócios falecidos e que foram:

- 234 — Francisco António da Silva e Costa
- 260 — Frederico de Matos
- 300 — Professor Armando de Lucena
- 412 — Dr. Francisco Cortez Pinto
- 516 — Dr. António Bravo
- 522 — Dr. Viriato Gouveia
- 640 — Dr. Eduardo de Araújo Coelho
- 648 — Dr. Manuel Vicente Moreira
- 834 — General Mário Nogueira
- 1117 — Dr. Alberto de Bettencourt
- 1505 — Eduardo Antão Marques
- 1609 — Ligório Canas S. da Silva
- 1798 — Dr. José Augusto Fragoso Fernandes
- 1935 — Carlos Queiroga Tavares
- 1943 — Coronel Álvaro Salvação Barreto
- 1970 — Henrique Abecassis

- 2235 — Jorge Magalhães dos Santos Lopes
2684 — Jorge Rebelo
2687 — Gastão Duarte Silva
3018 — Capitão Carlos Sérgio Arruda
3053 — Gilberto Guerreiro Galvão
3199 — Coronel Marino da Cunha Sanches Ferreira
3356 — Ventura Lourenço Salvador
3372 — Alberto Lamy dos Santos
3425 — Dr. Ruy Alberto Barbosa Vianna
3674 — Jorge F. Salgueiro de Vasconcelos

Destacamos o Professor Armando de Lucena, eminente artista, que foi nosso dedicado consócio e valioso colaborador nas actividades culturais do Grupo.

Todos lastimamos, e mais do que ninguém a Junta Directiva, a fraca actividade cultural do nosso Grupo, no passado ano, mercê de circunstâncias várias, que são do conhecimento geral, terem dificultado e até impossibilitado a nossa actividade. Várias instituições consultadas, ou estavam ausentes ou impossibilitadas de dar a sua colaboração. Assim decorreu o ano de 1975. Quanto ao nosso Boletim OLISIPO, entrou no prelo o n.º 137/138, graças a um subsídio de trinta mil escudos da Fundação Calouste Gulbenkian, sem o qual não seria possível a sua publicação. Trata-se sem dúvida, de uma verba importante, mas muito reduzida em relação às nossas necessidades, pois o Boletim anterior importou em 54 865\$00, ainda acrescido de 500\$00 para os portes de correio. Contudo a comprehensiva generosidade da Fundação Calouste Gulbenkian muito nos sensibiliza, pois nos permite realizar o principal empreendimento que o Grupo pode cumprir em favor de Lisboa. Será assim modesto o nosso Boletim, uma chama viva deste Grupo, que todos nós tanto estimamos, em memória dos seus fundadores aos quais tanto ficou devendo a nossa Capital; mas como a sua coordenação, revisão e compilação continuam a estar a cargo do nosso Vice-Presidente Dr. Paulo Caratão Soromenho, estamos certos de que não será o seu valor em nada diminuído; apenas o número das suas páginas será menor.

Quanto às actividades culturais, distinguem-se as visitas de estudo ao Museu Nacional dos Coches, dirigida pela sua Directora, Ex.^{ma} Sr.^a D. Maria Madalena Cajigal e Silva; ao Museu dos C.T.T., orientada pelas suas conservadoras e à Igreja do Convento de S. Domingos de Benfica e Capela dos Castros, estas dirigidas pelo Vice-Presidente da

Junta Directiva, Senhor Dr. Paulo Caratão Soromenho. Na mesma altura visitou-se também a Igreja Paroquial de S. Domingos de Benfca, novo e vasto edifício, e o seu Centro Social, amavelmente guiados pelo Senhor Prior Padre Carlos Santos.

Mais uma vez foram visitadas as instalações do jornal «Diário de Notícias», nosso sócio honorário, visita de muito interesse e que foi orientada por funcionários do Jornal; e em Abril, por amável deferência do seu Director, Ex.^{mo} Senhor Dr. Henrique Moutinho, que acompanhou os numerosos visitantes, foram pormenorizadamente observadas as instalações do Centro Infantil Hellen Keller, obra meritória e do mais alto valor.

Ainda na antiga sede do Grupo, a Ex.^{ma} Sr.^a Dr.^a D. Maria Madalena Cajical e Silva realizou uma conferência sob o tema «Aspectos Artísticos da Colecção de Arreios pertencente ao Museu Nacional dos Coches», profusamente ilustrada por projecções; e o escritor e jornalista Ápio Garcia, em brilhante conferência, dissertou sobre «Camilo, recluso por amor», na noite de 4 de Junho, com a colaboração das artistas Maria Bastos e Nunes Fortes.

Como os últimos são sempre os primeiros, aqui fica a nossa gratidão à Ex.^{ma} Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa e muito principalmente aos seus Serviços Culturais, representados pelo Ex.^{mo} Sr. Dr. Piteira Santos, pelo apoio moral e material que nos tem dispensado, sem os quais, decerto, o Grupo já teria desaparecido, tal é a grave situação económica que esta instituição atravessa.

A nossa instalação no antigo Museu da Cidade — Palácio da Mitra — trouxe ao Grupo uma economia mensal de 4 500\$00, relativa à renda da casa, despesas que se tornaram incomportáveis perante a debandada de cerca de 300 sócios (!!!), apesar de a cota mensal ter passado de 10\$00 para apenas 30\$00.

Tornou-se difícil, mesmo trágica, a administração dos «Amigos de Lisboa», instituição que só poderá sobreviver (e disso temos nós a certeza) com a ajuda dos seus sócios, ou angariando novos sócios, ou aumentando voluntariamente a sua cota, ou ainda com um subsídio extra, menor ou maior, conforme as possibilidades de cada um.

Ao Sr. Inocência Castelhana, nosso digno Tesoureiro, os restantes elementos da Junta Directiva desejam testemunhar o seu agradecimento muito especial, pela dedicação com que acompanhou a vida do Grupo nas dificuldades surgidas no decorrer do ano findo.

Anexo transcrevemos o Balancete de 1975.

Aos dirigentes das nossas visitas de estudo, aos que têm contribuído com trabalhos para o Boletim OLISIPO e aos que a esta Casa trouxeram o interesse da sua palavra, em conferências, muito reconhecidos agradecemos.

E em conclusão deste Relatório temos a honra de propor os seguintes votos:

- a) — um voto de sentimento pelos sócios falecidos.
- b) — um voto de agradecimento à Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa protecção e colaboração que nos tem dispensado.
- c) — um voto de agradecimento à Fundação Calouste Gulbenkian.
- d) — um voto de agradecimento ao Presidente da Comissão de Contas pelo interesse com que se seguiu os trabalhos da Junta Directiva.
- e) — um voto de louvor às funcionárias da Secretaria.
- f) — um voto de agradecimento à Imprensa, à Rádio e à Televisão, pelo apoio concedido às nossas actividades culturais.

Lisboa, 31 de Dezembro de 1975.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Dr. Paulo Caratão Soromenho

O SECRETÁRIO-GERAL

Dr. José Cassiano Neves

O TESOUREIRO

Inocêncio Castelhana

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho

OS VOGAIS DA JUNTA DIRECTIVA

Dr.^a Anna-Maria Pereira da Gama

P. Francisco dos Santos Costa

Prof. Francisco d'Assis de Oliveira Martins

Dr. Leonel Ribeiro

BALANÇO

	ACTIVO	PASSIVO
Subsídios		30.000\$00
Fundo Variável		28.131\$20
Emblemas	128\$00	
Biblioteca	14.729\$22	
Edições	3.185\$45	
Devedores e Credores	37.282\$50	64.596\$99
Móveis e Utensílios	2.749\$20	117.809\$48
Devedores e Credores c/ Consignação	40.060\$00	
Consignações de c/ Alheia	114.831\$20	
Valores à Cobrança	4.225\$20	
Caixa	9.497\$30	
Consignações de c/ Própria		40.067\$00
Olisipo	19.578\$00	
Resultado do Exercício	34.338\$60	
	280.604\$67	280.604\$67

	DÉBITO	CREDITO
Emblemas		47\$00
Jóias		390\$00
Cartões de Identidade		31\$50
Realizações Culturais	2.595\$00	
Consignações de c/ Alheia		11.178\$90
Gastos Gerais	177.440\$50	
Olisipo		1.438\$00
Cotas		132.611\$50
Resultado do Exercício		34.338\$60
	180.035\$50	180.035\$50

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS

referente ao exercício de 1975

Ex.^{mos} Consócios:

Tendo apreciado o relatório e contas da Junta Directiva, a Comissão de Contas vê, como já disse no parecer referente ao exercício de 1974, com grandes apreensões, a situação do Grupo, ainda maiores do que então.

O número de sócios diminuiu consideravelmente, pois em 31-1-75 existiam 753, e, em 1-1-76 estava esse número reduzido a 520, devido ao falecimento de 27 sócios e exoneração de 227, número assás assustador.

Ousa o Grupo esperar que não desistam mais sócios, lembrando-se dos serviços que tem prestado à cidade.

Há que assinalar o importante subsídio de 100.000\$00, com que a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Lisboa se dignou contribuir para a manutenção do Grupo, assim como o donativo de 30.000\$00, com que a Fundação Calouste Gulbenkian se dignou contribuir para a publicação do Boletim OLISIPO.

Nestes termos, tendo verificado a exactidão das contas, temos a honra de propor que aproveis o seguinte:

- a) — Relatório e contas do exercício, incluindo os votos consignados no mesmo;
- b) — Um voto de louvor à Junta Directiva, pelo zelo com que geriu os actos administrativos.

Lisboa, 2 de Janeiro de 1976.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos

O SECRETÁRIO

Eng.º Júlio Eduardo dos Santos

